



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

230ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 25 e 26 de fevereiro de 2015

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

230ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF

Data: 25 e 26 de fevereiro de 2015

1 Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze teve início a Ducentésima Trigésima
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da
4 Associação Brasileira de Deficientes Visuais – ABEDDEV, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos.
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:
6 Conselheira Luziele da Silva Tapajós, MDS; Conselheira Carolina Gabas Stucchi, MDS; Conselheira
7 Léa Lucia Braga, MDS; Conselheira Solange Teixeira, SENARC; Conselheiro José Dias Cruz, MDS;
8 Conselheira Juliana Picoli Agatte; Conselheira Elisabeth Cagliari Hernandez, MS;; Conselheira
9 Margareth Dallaruvera; Conselheira Maria das Graças Soares Prola, FONSEAS; Conselheira Maria
10 Lúcia Linhares Marquim, CONGEMAS; Conselheira Raimunda Cadó, Fundação Fé e Alegria do
11 Brasil; Conselheiro Thiago Ferreira Cabral, Fundação Dorina Nowill para Cegos; Conselheira Claudia
12 Laureth Faquinote; Conselheiro Naelson da Silva Ferreira, Rede Brasileira de Cooperação ao
13 Desenvolvimento; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Dulcinéia Reginato
14 Francisco, Pia Sociedade de São Paulo; Conselheiro Alceu Kuhn, Organização Nacional de Cegos do
15 Brasil; Conselheira Aldenora González, Instituto EcoVida; Conselheiro Anderson Lopes Miranda,
16 Movimento Nacional de População de Rua; Conselheiro Samuel Rodrigues, Fórum Nacional de
17 População de Rua; Conselheira Eufrásia Agizzio, Associação Brasileira de Autismo; Conselheira
18 Carmen Lúcia Fogaça; Conselheira Jucileide do Nascimento, Representante do Conselho Federal de
19 Serviço Social; Conselheira Clátia Regina Vieira, Federação Nacional dos Empregados em
20 Instituições Beneficentes Religiosas e Filantrópicas; Conselheira Patricia Alves Vieira, Central dos
21 Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Conselheiro Leovane Gregório, Conselho Federal de
22 Psicologia; Secretária-Executiva Substituta, Sra. Dorinha. **CONVIDADOS:** Secretária Denise Colin,
23 SNAS; Sra. Marlene Azevedo, Coordenadora Técnica da Comissão de Acompanhamento aos
24 Conselhos; Sr. Helmut, Secretário SENARC; Juliana Martins, COMAS/SP; Marlene Oliveira,
25 ESPRO/DF; Marlene Merisse, CFESS; Luciana Maranhão, COFFITO; Carolina Leal, SNAS; Carlos
26 Nambu, COMAS/SP; Maulo Martins, CONSEAS/SP; Maria Lúcia, CONSEAS/SP; Cláudia Silva,
27 COMAS/SP; Gabriela J. Silva, COMAS/SP; Mariana S. Silva, COSAPI; Thiago Freitas, ONCB; Ivana
28 Martins, SNAS; Marília Carvalho. **ABERTURA.** O Presidente iniciou a reunião, cumprimentando os
29 presentes, juntamente com a Conselheira Luziele, que informou sua saída do MDS, mas estando
30 sempre à disposição do CNAS. O Presidente solicitou à Secretária-Executiva a conferência do
31 quorum: Conselheiros presentes: Luziele Tapajós, Solange Teixeira, Léa Braga, José Crus, Maria das
32 Graças Prola, Maria Lúcia Marquim, Raimunda Nonata Cadó, Cláudia Faquinote, Márcia Rocha,
33 Alceu Kuhn, Anderson Miranda, Samuel Rodrigues, Clátia Regina Vieira, Edivaldo da Silva Ramos,

34 Patrícia Alves Vieira. Conselheiros suplentes: Carolina Gabas Stuchi, no exercício da titularidade,
35 Juliana Piccoli Agatte, Thiago Cabral, Naelson Ferreira, Dulcinéia Francisco, Aldenora Gonzalez,
36 Carmen Fogaça, Eufrásia Agizzio, Jucileide Nascimento, Leovane Gregório e Conselheira Margareth
37 Dallaruvera. O Presidente indicou a presença da Sra. Mariana Silva, Ministério da Saúde, que
38 substituiria a Conselheira Elizabeth Hernández e que cumprimentou os presentes e manifestou
39 sua satisfação em atuar nesse Conselho. Informou que o Ministério da Saúde, através da
40 Coordenação da Pessoa Idosa, em parceria com o MDS, estava organizando a pesquisa
41 Levantamento Censitário nas Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas, e que seria
42 encaminhada para os presentes. O Presidente registrou a chegada da Secretária Denise Colin,
43 dando-lhe as boas vindas. A seguir, procedeu à leitura da Pauta – Dia 23/02/2015 – COMISSÃO
44 TEMÁTICA – Manhã - 10h às 18h: Reunião da Comissão de Monitoramento das Deliberações da IX
45 Conferência Nacional de Assistência Social Reunião da Comissão de Acompanhamento de
46 Benefícios e Transferência de Renda. Dia 24/02/2015 – COMISSÕES TEMÁTICAS – Manhã e tarde:
47 9h às 16h: Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social:
48 Apreciação das contribuições das (os) conselheiras (os) para metas do Plano de Ação da Comissão,
49 para 2015, priorizando os desafios e propondo estratégias, entre outros assuntos. Reunião da
50 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Apresentação da forma de
51 pagamento, execução e prestação de contas do IGD PBF, entre outros assuntos. Reunião da
52 Comissão de Normas da Assistência Social: Apresentação pelo Departamento da Rede
53 Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/MDS do Relatório Anual com as informações sobre o
54 processos de certificação de entidades de assistência social, conforme disposto no art. 3º da
55 Resolução CNAS nº 18/2011, entre outros assuntos. Reunião da Comissão de Política da
56 Assistência Social: Pactos de Aprimoramento de Gestão do SUAS (Estadual e do DF e Municipal),
57 entre outros assuntos. 16h às 19h: Reunião da Presidência Ampliada Ranieri Braga - Pauta –
58 Assessoria de Publicação - Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2. Dia 25/02/2015 –
59 PLENÁRIA – Manhã: 9h às 09h15: Aprovação da ata da 229ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta
60 da 230ª Reunião Ordinária. 09h15 às 10h30: Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS,
61 CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. 10h30 às 12h: Relato da Comissão Organizadora da X
62 Conferência Nacional de Assistência Social. Tarde - 14h às 18h: Apresentação da Agenda de
63 Governo para o Fortalecimento do SUAS Convidada: Ministra de Estado do Desenvolvimento
64 Social e Combate à Fome – MDS. Dia 26/02/2015 – Manhã - 9h às 10h30: Relato da Presidência
65 Ampliada. 10h30 às 11h30: Relato da Comissão de Monitoramento das Deliberações das
66 Conferências Nacionais de Assistência Social. 11h30 às 12h30: Relato da Comissão de
67 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. Tarde - 14h às 15h: Relato da Comissão
68 de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. 15h às 16h: Relato da Comissão de Política
69 da Assistência Social. 16h às 17h: Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
70 Assistência Social. 17h às 18h: Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. Item
71 Aprovação da ata da 229ª Reunião Ordinária do CNAS. O Presidente submeteu a ata da 229ª
72 Reunião Ordinária à apreciação dos Conselheiros, com a mesma sendo aprovada pelo Pleno. Item
73 Pauta da 230ª Reunião Ordinária. A seguir, a Conselheira Luziele passou à leitura da Pauta, com a
74 Conselheira Solange solicitando a antecipação do Relato da Comissão de Acompanhamento aos
75 Conselhos, do dia seguinte, para esse dia ou na parte da manhã do dia seguinte, com o Presidente
76 informando que seria realizada à tarde ou uma inversão no dia seguinte. O Presidente submeteu a

77 pauta à apreciação do Pleno, com a mesma sendo aprovada com a alteração proposta pela
78 Conselheira Solange. Item informes da Presidência e da Secretaria Executiva, pela Secretária-
79 Executiva: "Ausências justificadas: a Conselheira Graça Prola, na reunião da Comissão
80 Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social, nos dias 10 e 11 de fevereiro, devido
81 a compromissos institucionais; conselheira Juliana Agatte nessa reunião, dia 24 e na tarde do dia
82 26 de fevereiro, por compromissos institucionais; a conselheira Solange Teixeira, nessa reunião, no
83 dia 26 à tarde, por motivo de viagem; a conselheira Fátima Aparecida Rampin, nessa reunião, por
84 motivo de férias; a conselheira Margarida Munguba, nessa reunião, por motivo de férias; o
85 conselheiro Fábio Bruni, nessa reunião, por motivo de férias; a conselheira Elizabeth Hernandez,
86 nessa reunião ordinária, devido a compromissos institucionais; o conselheiro Pedro Tomaz, nessa
87 reunião, devido a compromissos institucionais; a conselheira Márcia de Carvalho Rocha, no dia 24,
88 devido a compromissos institucionais. Convocações e Participação. O presidente do CNAS, Edivaldo
89 Ramos, participou dos seguintes eventos: Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Manaus, no
90 dia 17 de dezembro de 2014; Encontro Regional do Nordeste, do CONGEMAS, nos dias 5, 6 e 7 de
91 fevereiro de 2015, em Olinda- Pernambuco; a conselheira Solange Teixeira foi convocada e
92 participou do 2º Seminário de Funcionários e Peritos em Questões Populacionais do BRICS e da 1ª
93 Reunião de Ministros Responsáveis por Assuntos Populacionais do BRICS, representando o CNAS
94 nos dias 11 e 12 de fevereiro de 2015, em Brasília-DF; os conselheiros suplentes e titulares foram
95 convocados para a 230ª Reunião Ordinária do CNAS, a ser realizada no período de 24 a 26 de
96 fevereiro; o conselheiro Anderson Miranda foi convocado para participar 135ª Reunião da CIT, que
97 acontecerá no dia 27 de fevereiro de 2015, em Brasília; a conselheira Solange foi convocada para
98 participar da 8ª Comissão Nacional de População em Desenvolvimento, a ser realizada nos dias 12
99 e 13 de março de 2015, em Brasília; os conselheiros integrantes da Comissão Organizadora da X
100 Conferência Nacional de Assistência Social foram colocados para a segunda reunião a ser realizada
101 nos dias 11, 12 e 13 de março. E-mails aos conselheiros do CNAS: convite para Cerimônia de
102 Recondução ao Cargo, da ministra Tereza Campello, dia 6 de janeiro; Pauta da 230ª Reunião
103 Ordinária, dia 7 de janeiro; ata e degravação da 22IX Reunião, dia 28 de janeiro; manifestação do
104 cartunista Maurício de Sousa, dia 30 de janeiro; boletim SAGI, balanço de gestão 2011/2014, 3 de
105 fevereiro; documento CONAE 2014, para conhecimento, dia 3 de fevereiro; informativo "Cá entre
106 Nós", conversa com a ministra Tereza Campello, dia 4 de fevereiro; comunicado "Orientações
107 Gerais sobre as etapas da 5ª Conferência Nacional de Segurança, dia 4 de fevereiro. Segurança
108 Alimentar. Cópia da matéria publicada no Diário Oficial, dia 10 de fevereiro, da Portaria Conjunta
109 nº 1, que dispõe sobre a convocação extraordinária da X Conferência Nacional de Assistência Social
110 e dar outras providências; Informe Rede CONCESAN TAA, para conhecimento, encaminhado no dia
111 11 de fevereiro; notícia sobre consulta pública, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015,
112 para conhecimento, dia 11 de fevereiro; informe sobre o adiamento da Reunião Trimestral do
113 CNAS com o CEAS e CAS/DF, previsto para o dia 27 de fevereiro, ele foi enviado no dia 11 de
114 fevereiro; informe SUAS para conhecimento, no dia 12 de fevereiro; Boletim Brasil Sem Miséria,
115 resultados Brasil Sem Miséria; pauta da 230ª Reunião Ordinária do CNAS e convite para o Ato de
116 Lançamento da 3ª Conferência Nacional de Juventude, a ser realizada no dia 26 de fevereiro, às
117 13 horas, em Brasília, enviado no dia 19 de fevereiro. E-mails recebidos: resposta do cartunista
118 Maurício de Sousa sobre a manifestação do CNAS, referente ao Dia Internacional das Pessoas com
119 Deficiência; resoluções de portarias: Portaria nº 3, de 21 de janeiro de 2015, que altera a Portaria

120 nº 37, de 28 de abril de 2014, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que
121 dispõe acerca do cofinanciamento federal do Programa Nacional de Aprimoramento da Rede
122 Socioassistencial Privada do Sistema Único da Assistência Social, aprimoramento da rede; Portaria
123 nº 37, de 28 de abril de 2014, Diário Oficial de 13 de maio de 2014, que dispõe acerca do
124 cofinanciamento federal do Programa Nacional de Aprimoramento da Rede Socioassistencial
125 Privada do SUAS Aprimora Rede, dá outras providências; Portaria Conjunta nº 1, de 9 de fevereiro
126 de 2015, Diário Oficial, 10 de fevereiro Seção 1 Página 52, que dispõe sobre a Convocação
127 Extraordinária da X Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras providências; Resolução
128 nº 1, de 10 de fevereiro de 2015, que cria a Comissão Organizadora da X Conferência Nacional.
129 Aniversariantes de janeiro e fevereiro: Luziele Tapajós, 4 de janeiro; Fátima Rampin, dia 12 de
130 janeiro e Fábio Bruni 20 de fevereiro”. O Presidente indicou a falta da realização da 1ª Reunião da
131 Comissão Organizadora da Conferência, acrescentando esse registro nos informes. A Conselheira
132 Eufrásia informou a data do seu aniversário, dia 8 de fevereiro, e do Conselheiro Naelson, 18 de
133 janeiro. A Conselheira Aldenora indicou a falta nas convocações da 1ª Reunião da Comissão de
134 Monitoramento, no dia 23 e o Presidente indicou a falta do registro da Comissão
135 Acompanhamento dos Benefícios. Item Informes MDS, pela Secretária Denise: “Bom dia a todas e
136 a todos. Conselheiros, conselheiras, equipe do conselho, os nossos participantes. É de fundamental
137 importância que esse espaço de controle social esteja sempre absorvido pela população, pelas
138 entidades, pelos trabalhadores, pelos usuários, pelos nossos gestores. Eu queria desejar... Pare...
139 Dizem que o ano no Brasil começa depois do carnaval. Esse Conselho foi muito fiel a essa máxima.
140 Então, é muito estranho eu desejar feliz 2015 no final de fevereiro, não é? Mas a gente espera uma
141 bela ressurreição. Mas, de qualquer forma, as atividades estão iniciando, do conselho... Isso não
142 quer dizer que cada um de nós nos nossos espaços já não estejamos absolutamente envolvidos
143 desde muito cedo, do início de 2015, mas essa também se constitui numa nova gestão aqui do
144 Governo Federal e dos estados. Nós tivemos muitas mudanças da totalidade dos 26 estados... Dos
145 26 estados e do Distrito Federal, 21 secretários são novos na área, novos na pasta, o que vai exigir
146 com que esse conselho aprofunde a relação com os conselhos estaduais. E a ideia é mesmo da
147 gente postergar um pouquinho estas reuniões. É que muitos estão dizendo que estão assumindo,
148 estão se apropriando agora, estão conhecendo e que precisavam desse período para que se
149 estruturassem os órgãos e fizessem as suas indicações. E essa relação, então, será de fundamental
150 importância. Nós também teremos um ano de conferência. Um ano que exige muito aqui dessa
151 instância e exige dos demais, respectivamente, porque isso vai desdobrando para estados e
152 municípios, mas a gente está se organizando com o tempo para isso. Já teve uma reunião. Eu sei
153 que é matéria aqui de pauta desse conselho, estas explicações. E também é um ano que inicia a
154 segunda gestão no governo da presidenta Dilma, com a continuidade dos encaminhamentos da
155 ministra Tereza Campello e que, portanto, nós estaremos aqui com a presença dela no período da
156 tarde, logo depois do almoço, para que a gente reafirme os compromissos do MDS com o efetivo
157 funcionamento desse conselho, com as deliberações que daqui são emanadas. Nós tivemos a
158 oportunidade de fazer um balanço na reunião de dezembro, demonstrando o cumprimento, a
159 execução das deliberações que foram propostas aqui e que puderam ser desdobradas e
160 implementadas, em ações, em serviços, em programas, em benefícios, em capacitação, em
161 normatização, em reuniões, em ampliação dos espaços de participação. E, evidentemente, a gente
162 vem reafirmar este compromisso, esta continuidade e esta disponibilidade do Ministério na sua

163 totalidade, particularmente, na Secretaria Nacional de Assistência Social para estes... Para
164 continuidade deste trabalho conjunto e para os posteriores desdobramentos. Então, a gente pediu
165 um espaço e gostaria de agradecer, cumprimentar o nosso presidente, a nossa vice-presidente,
166 pedimos esses espaços para podermos trazer também o compromisso do Ministério na pessoa da
167 ministra e da Secretaria Nacional com as nossas exposições e manter a nossa tradição aqui de,
168 todo mês na reunião, trazermos os informes das execuções que estão sendo encaminhadas pela
169 Secretaria Nacional e ouvirmos. Ouvirmos as críticas, ouvirmos as sugestões, ouvirmos as
170 propostas, os encaminhamentos que são apontados por cada um de vocês conselheiros e pelos
171 presentes aqui nas respectivas reuniões do conselho. Então, já dá para perceber que a nossa
172 agenda, a nossa pauta para este ano será bastante ampla, bastante complexa, mas, efetivamente,
173 também muito profícua nas suas... Nas suas execuções. Eu gostaria de apontar o que foi feito
174 durante esse mês de janeiro e agora de fevereiro e trazer algumas informações de eventos que
175 depois a nossa conselheira Maria Lúcia, com certeza, complementa aqui a participação das nossas
176 presenças e do conselho, o presidente esteve também já na primeira, no primeiro encontro
177 regional, que aconteceu este ano, representando o Conselho, que foi na cidade de Olinda, agora no
178 mês de fevereiro. E nós teremos com uma participação muito efetiva. Tinha em torno de 1.200
179 pessoas, não é, Maria Lúcia? Não vou roubar o informe da Maria Lúcia, mas só comentar que a
180 SENARC, a SNAS, a SAGI, a SESAN, a Secretaria Executiva, a Ministra estiveram presentes, o
181 presidente aqui do conselho e todos os diretores da Secretaria Nacional, com a realização de
182 oficinas, mesas, debates, foi muito importante. Estes encontros ocorrerão ainda mais quatro.
183 Este... Não, mais três encontros regionais e um encontro nacional. Então, na semana que vem um
184 encontro da Região Norte, em Barcarena, no Pará, nos dias 5 e 6. Na próxima... Não, passando
185 uma, na outra, em Niterói, no Rio de Janeiro, o encontro da Região Sudeste, nos dias 16 e 17. Em
186 Balneário Comburuiú o encontro da Região Sul, nos dias 26 e 27 de março. E, em abril, no final de
187 abril, de 27 a 30... 27? 28 a 30 o Encontro Nacional, que será na cidade de Fortaleza, mas a Maria
188 Lúcia vai falar todo o informe. Nós também teremos... Não, porque é de fundamental importância.
189 Os gestores municipais são os executores de todos os serviços, programas, projetos e benefícios da
190 Assistência Social e, portanto, é preciso que nós estejamos absolutamente juntos, apoiando e
191 dando todo o suporte... O Governo Federal tem que dar todo o suporte técnico e o
192 cofinanciamento para que essas ações possam ser realizadas. Nós também, aproveitando a posse
193 dos nove secretários de estado, a ministra fez um chamado, um convite e amanhã, durante todo o
194 dia, no período da manhã, a fala da ministra com os... Nós já temos 25 secretários de estado
195 confirmados. Nós... E já dois informando a impossibilidade de comparecimento e que estão
196 encaminhando representantes. Dos 27 já menciona... 22 são novos. Novos na área, inclusive.
197 Então, é preciso que, desde pronto, a gente também, na mesma perspectiva que fazemos com o
198 colegiado de gestores, façamos com o fórum de secretários de estado. O Ministério se coloca
199 também, absolutamente, à disposição para esta execução e consolidação do Sistema Único de
200 Assistência Social. Então, nós teremos uma manhã de reunião com estes secretários e a fala deles e
201 da ministra. No período da tarde os secretários nacionais do Ministério, de Renda e Cidadania, de
202 Avaliação e Gestão da Informação, de Segurança Alimentar e Nutricional, o secretário executivo e
203 eu, pela Secretaria Nacional estaremos fazendo a exposição das atribuições das nossas respectivas
204 áreas e a relação que pode ser estabelecida com cada um destes estados. A maioria das
205 secretarias envolve todas as áreas do Ministério. E algumas envolvem outras áreas ainda de

206 políticas públicas. E ao final do dia eles vão fazer uma reunião dos próprios secretários, para
207 conversar, provavelmente, sobre as suas organizações... A sua organização e a convocação do
208 processo de composição da diretoria e de representação, aqui no Conselho Nacional e na Comissão
209 Intergestores Tripartite no mês de março, para que a gente possa ter esses espaços, essas
210 instâncias do SUAS, também asseguradas com a participação dos estados. Nós também teremos
211 na semana que vem um alinhamento com mais seis estados sobre a nova etapa do Capacita SUAS.
212 Dos módulos anteriores nós tivemos 13.766 trabalhadores já capacitados e mais 15.100 em
213 processo de conclusão da capacitação. Com a SAGI e o Fundo e a SENARC nós elaboramos outros
214 conteúdos e a ideia é exatamente essa, que os conteúdos sejam progressivamente estejam
215 abordando cada uma das temáticas e das áreas de intervenção e que a gente possa ultrapassar o
216 primeiro momento de alinhamento e de sensibilização e de homogeneização destes dados e desses
217 conhecimentos e possa adentrar na especificação das ofertas e do funcionamento e da gestão.
218 Então, nós estamos... E também agora muito alinhado não só para as categorias de nível superior,
219 mas para as categorias de nível médio e fundamental, que são as categorias que esse conselho
220 reconheceu como trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. Então, nós também
221 fizemos agora a junção de todas as capacitações que a SENARC faz para a gestão do cadastro
222 único e para a gestão do programa Bolsa Família, incorporado na nossa Política Nacional de
223 Educação Permanente e no nosso programa Capacita SUAS. E gostaria de agradecer aí a parceria
224 foi bastante produtiva. A SENARC também já com alguns módulos à distância, não é? Muito
225 fundamental. Na semana que vem nós teremos aqui, nos dias 2 e 3, os estados de Alagoas, Goiás,
226 Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Sul, para fazer o alinhamento. O alinhamento significa que a
227 gente homogeniza conteúdos e estabelece trocas de experiências de repasses metodológicos,
228 inclusive, de abordagem desses respectivos conteúdos. E assim a gente tem feito com a introdução
229 de cada tema novo e adicional chama um conjunto de estados de acordo com o estágio que cada
230 um está e com o módulo que ele já está passando a executar. Nós também tivemos a satisfação de
231 podermos estabelecer um termo de cooperação com a Fiocruz, no final do ano passado, e neste
232 termo anunciamos isso, inclusive, com o vice-presidente da Fiocruz presente, no nosso Seminário
233 de Direito e Assistência Social, no início de dezembro, em que eles estarão nos ajudando a
234 implementar, porque eles tem uma escola de saúde pública já bastante estruturada, que atua
235 junto a um sistema público que é mais assemelhado ao nosso, que é o SUS. E, portanto, vão nos
236 auxiliar também na construção deste processo continuado de capacitação e de educação
237 permanente e, inclusive, na produção de material à distância, de vídeos e tudo mais que a gente
238 possa estar repassando para o conjunto das universidades e para o conjunto dos estados a fim de
239 que reproduzam isso com maior capilaridade e com maior amplitude. Porque, pelo que vocês estão
240 observando, por mais que nós estejamos atendendo 30 mil, e a proposta é que a gente chegue a
241 45, 50 mil pessoas por ano, no nosso ritmo nós vamos levar dez anos para atender os 600 mil
242 trabalhadores. Então, nós não podemos continuar nessa nossa dinâmica, mas a gente não tem
243 estrutura e corpo técnico suficiente. Então, estabelecemos essa parceria com a Fiocruz, que já tem
244 esta expertise e que vai nos auxiliar nestas propostas. E também ampliamos as nossas... A nossa
245 rede nacional de instituições de ensino superior para as escolas de go... Não só as universidades
246 públicas e privadas, mas para as escolas de governo e para os institutos tecnológicos. Então, a
247 gente também dá maior capilaridade. E hoje nós temos um único estado, não é José? Que é o
248 estado do Acre que ainda está no processo de reconhecimento da sua universidade. Portanto, tem

249 ainda um único estado que já está fazendo capacitação, mas que ainda não está na... Inserido na
250 rede, porque a sua Universidade Federal está no processo de reconhecimento junto ao MEC para
251 todos aqueles pontos que nós elencamos aqui, que esse conselho deliberou, mas até o final desse
252 ano a gente terá instituições em todos os estados com capilaridade para execução desse curso.
253 Também na linha de termos de cooperação, nós assinamos com a FUNAI um Termo em que estará
254 uma parceira com a realização de várias oficinas, troca de experiências, visitas conjuntas,
255 produção de material, realização de capacitações para as equipes respectivas, que trabalham com
256 a população na área indigenista e do Sistema Único de Assistência Social para nos
257 instrumentalizarmos, afim de que a gente propicie a abordagem e o desempenho das nossas ações
258 junto a este público, que é muito específico, que tem características muito próprias, que há um
259 conjunto, são mais de 100, não é Léa? Etnias e línguas de populações indígenas em nosso país,
260 algumas, inclusive, sem nenhum contato. E que requer dos nossos gestores lá da ponta um
261 preparo. Então, nós estamos elaborando este material, estas oficinas e vamos chamar para vários
262 eventos para, não só contar com a participar de todos vocês, mas para também socializarmos
263 depois e reproduzirmos estas informações. Nós também assinamos com o Ministério da Justiça um
264 termo de cooperação para constituirmos um grupo de trabalho e iniciarmos uma aproximação de
265 duas ações que são muito eficazes na área do Sistema de Justiça e que, agora, estão requerendo a
266 participação de Sistemas Públicos de Políticas Sociais e que, no nosso entendimento, darão
267 respostas muito qualitativas para as demandas da população, particularmente para as violações
268 de direto. Em duas linhas, tanto na linha da Justiça Restaurativa, quanto na linha da Justiça
269 Comunitária e de Mediação de Conflitos. Então, o Ministério da Justiça tem estes dois programas.
270 Ela se relaciona na atuação destes programas com o Poder Judiciário, com o Ministério Público e
271 com as Defensorias Públicas. E, agora, está procurando a gestão da Política de Assistência Social
272 para fazer essa articulação. E nós estamos visualizando que ela pode ser preventiva no âmbito da
273 Proteção Especial através da Justiça Comunitária e da Mediação de Conflitos. E que ela pode ser
274 complementar aos nossos atendimentos da Proteção Especial na área de Violações de Direitos,
275 particularmente na Justiça Restaurativa e nas audiências de conciliação e de... No atendimento
276 que fazem para as unidades de acolhimento. Então, a gente vai também constituir... Constituimos
277 esses grupos de trabalho. Vamos avaliar em que maneira poderá ser feita essa intersecção e
278 depois trazemos aqui e para o conjunto de gestores na CIT, a realização de oficinas para validação
279 deste material e o entendimento da sua implantação e em que medida isso pode acontecer.
280 Portanto, nós vamos demorar este ano fazendo estes dois estudos de população indígena e de
281 articulação com o Sistema de Justiça. A ideia é que a gente conclui, inclusive, com aquele protocolo
282 de atribuições, responsabilidade e fluxos, e possamos dar uma resposta melhor às demandas que
283 estamos recebendo do Sistema de Justiça e que estão assoberbando as atividades dos gestores lá
284 nos municípios e nos estados. Também nesta linha nós fizemos uma... Um Termo de Cooperação
285 com a Organização Nacional do Trabalho, tudo isso nos meses de dezembro e agora de janeiro,
286 para darmos continuidade às ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Então, o
287 propósito é que, em função da Conferência Global que ocorreu aqui em outubro de 2013, nós
288 fizemos todo o reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, discutido e
289 aprovado nesse Conselho e pactuado na CIT. Começamos as discussões nos encontros regionais e
290 percebemos de que era preciso também termos aportes, tanto de experiências exitosas, que já
291 ocorreram no mundo, quanto um monitoramento crítico de um órgão externo que pudesse estar

292 nos trazendo esses novos conhecimentos e também nos monitorando e nos apoiando, que é a
293 Organização Internacional do Trabalho, para a execução das nossas atividades aqui. Então, nós
294 estamos fechando este plano de trabalho com a nossa... O Ministério de Relações Exteriores e com
295 a OIT, SAGI, SENARC e SNAS estão se debruçando e traremos essa proposta aqui também com
296 estes desdobramentos. E, por fim, dando resultado à nossa instrução operacional que foi assinada
297 com o MEC, em relação à integração do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que é
298 uma das ações que atendem também ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Mais
299 Educação, nós assinamos uma Instrução Operacional em que orienta os gestores da Educação e os
300 gestores da Assistência Social de como esta articulação se dará. Diretora Léa acabou de entregar
301 aqui o conjunto das cópias. Nós vamos passar para todo mundo. E também isso está no nosso
302 site. E também já foi encaminhado para os gestores municipais e estaduais. E agora nós estamos
303 também realizando um conjunto de oficinas para prepararmos um material mais operacional,
304 ilustrativo, com experiências, inclusive, e com material instrucional e didático, que possam
305 orientar... Obrigada, viu. Que possam orientar este trabalho de articulação lá na ponta. Então,
306 também esse material vem aqui para vocês se pronunciarem, evidentemente. Nós também temos
307 aqui exemplares da nossa Pesquisa de Entidades de Assistência Social, que eu não vou me deter,
308 porque eu sei que ontem teve uma explanação da nossa diretora Carolina sobre esse... Sobre esse.
309 Oi? Ah, foi na Comissão de Normas e a Comissão vai trazer aqui para o Plenário, mas a gente
310 trouxe aqui cópia da... Obrigada. Cópia de toda a pesquisa, comentando que esta é uma
311 abordagem preliminar. Vocês estão vendo aqui, está escrito: "Primeiro Resultados". Esse foi um
312 levantamento bastante amplo. Feito em parceria com o IBGE, Secretaria Nacional de Assistência e
313 SAGI... Já tenho meu bem. Sobre o conjunto de entidades que se intitulam de Assistência Social.
314 Agora, aqui é preciso todo um trabalho de depuração destes dados e de entendimento. E que é
315 esta nova fase que está prevista para ser concluído o levantamento em agosto de 2015 e depois a
316 análise dos dados até o final do segundo semestre, porque neste momento nós vamos, então, estar
317 adentrando ao levantamento das ações que são desenvolvidas, os serviços dos programas, dos
318 projetos, que são desenvolvidas por essas respectivas entidades, para que a gente, efetivamente,
319 possa caracterizá-las como de assistência social. Isto está sendo feito absolutamente de forma
320 integrada ao nosso cadastro de entidades de Assistência Social, para que a gente tenha, até o final
321 do ano, esse cadastro balizado, inclusive, validado com uma pesquisa por um órgão externo,
322 complementar que nos ajude a apoiar, além de todo o trabalho que gestores municipais e
323 conselhos municipais estão fazendo de visita a cada uma das entidades e de preenchimento de
324 todo o cadastro, com detalhamento das suas ações. Uma coisa muito interessante é que nós temos
325 entidades na nossa relação, um quantitativo de entidade. Esta pesquisa contou um outro
326 quantitativo. E quando nós fizemos o batimento existem entidades que nem estavam na pesquisa
327 do IBGE e da FASFIO. E entidades que estavam na deles e não estavam no nosso cadastro. Então,
328 isso é de fundamental importância, porque a gente, cada vez mais, vai ampliando a identificação e
329 incorporando à rede socioassistencial um conjunto de instituições que são essenciais para
330 consolidação do Sistema Único de Assistência Social. Por fim, nós fizemos também em meados de
331 janeiro uma oficina com a nossa consultoria que está tratando de Construção de Indicadores e
332 Processos de Trabalho que Caracterizem a territorialidade da intervenção da Política de Assistência
333 Social e possa nos balizar no sentido de referenciamos o quantitativo de atendimentos e de
334 serviços e trabalhadores para cada um dos serviços e programas da Política de Assistência Social.

335 *Isso é um trabalho inicial. Essa consultoria foi contratada. Quem está à frente é a professora Dirce*
336 *Koga, que muitos de vocês devem conhecer, trabalha na PUC de São Paulo e tem como*
337 *aperfeiçoamento da sua atuação profissional o tema: “Território e Territorialidade”. E a ideia é que*
338 *a gente possa trazer também esses subsídios para estar deliberando aqui neste conselho estas*
339 *referências. De informes para esses dois meses iniciais este foi o trabalho da Secretaria Nacional*
340 *para além das nossas rotinas. Eu gostaria de pedir, presidente, a sua licença. E também já*
341 *chorando, fazer um agradecimento público à nossa vice-presidente Luziele Tapajós - voz*
342 *embargada - que é assessora lá do gabinete. Desculpa, gente. (aplausos) Que é assessora do*
343 *gabinete. É bom, porque as emoções é que nos fazem caminhar para frente. Então, o*
344 *compromisso, eu acho que é inegável o compromisso da Luziele com o Sistema Único de*
345 *Assistência Social, com a Conferência Nacional, com esse Conselho. A Luziele está no Ministério*
346 *desde 2004. Por um curtinho espaço de tempo ela foi emprestada para o MEC, para ensinar alguns*
347 *aprendizados que nós tivemos aqui. E voltou com um conteúdo ainda de indicadores, de*
348 *monitoramento e de processo de organização de sistemas de informação, absolutamente*
349 *aprofundado. A tese dela de doutorado é nessa área. E... Mas, na verdade, para tudo tem o seu*
350 *tempo. Por vínculos profissionais e de trabalho, não parece, mas a gente já está iniciando o final*
351 *das nossas carreiras, a Luziele, como está aqui desde 2004 e tem um vínculo com a Universidade*
352 *Federal de Santa Catarina, vocês bem sabem, estas carreiras exigem as nossas presenças para que*
353 *a gente possa concluí-las percorrendo toda essas etapas e para que tenhamos uma aposentadoria.*
354 *Então, a Luziele terá que retornar, mas ela não só teve um excelente desempenho ao longo de*
355 *todos os anos, na primeira gestão do presidente Lula, na segunda, na primeira gestão da*
356 *presidente Dilma e agora no comecinho da segunda. Se compromete a ser a nossa colaboradora*
357 *eventual, parceira, Universidade de referência no estado de Santa Catarina. Ela... Com certeza, nós*
358 *vamos abusar dessa disponibilidade e chamar para muito. A nossa sugestão é que ela possa*
359 *contribuir muito, presidente, alguns de vocês sabem. A Luziele eu acho que coordenou todas as*
360 *relatorias de todas as conferências nacionais de 2003 para frente. Foi isso, Lu? Mais ou menos. Se*
361 *faltou, faltou uma ou duas, não é? Então, eu acho que seria uma boa aquisição essa colaboração.*
362 *Ela hoje é da comissão organizadora... Mas com esta sua ida para Santa Catarina... Mas eu queria*
363 *agradecer não só o trabalho de assessoria que ela deu ao gabinete, com toda sua experiência, com*
364 *toda sua contribuição, com toda sua disponibilidade, mas com o seu engajamento político,*
365 *profissional, ético, técnico, a sua postura de braveza, de radicalização da Democracia, da*
366 *participação popular. Então, essa radicalização sempre muito positiva, de representação no Fórum*
367 *de Conselhos, no seu desempenho enquanto presidente aqui do Conselho Nacional, mas também*
368 *com o coleguismo, o companheirismo, a amizade e a presença nos momentos de conquista, de*
369 *comemorações e de vitórias, mas nos momentos de dificuldade que temos e que são sempre*
370 *também muitos e que mexem conosco e, portanto, é preciso que esta rede esteja muito presente*
371 *de solidariedade, e a gente encontra isso na pessoa, na figura da Luziele. Eu queria pedir a sua*
372 *autorização para deixar isso registrado aqui nesse conselho. E dizer que a Lu estará numa, não só*
373 *nas fotos e na memória, mas estará na presença viva das suas propostas e da defesa do Sistema*
374 *Único de Assistência Social. Muito Obrigada”.* O Presidente registrou, em seu nome e em nome do
375 CNAS, agradecimentos pelo empenho da Secretária Denise, mediando todas as demandas desse
376 Conselho junto ao MDS, indicando a publicação da Portaria conjunta de convocação da X
377 Conferência Nacional de Assistência Social. Relatou as dificuldades havidas e sua participação,

378 juntamente com a Secretária Denise, cujo empenho destacou, diretora Simone, Secretaria
379 Executiva do CNAS e da Vice-Presidente para superar essa etapa. Registrou a ausência nos
380 Informes da audiência com a Ministra, ele no CNAS e a Secretária Denise no dia 12 de dezembro,
381 resultando na publicação da Portaria em 9 de fevereiro. Item Informes da CIT, pelo Conselheiro
382 Anderson, que informou não ter havido reunião da CIT em janeiro, com a de dezembro já tendo
383 sido encaminhada e com a próxima reunião no dia 27 de fevereiro. Item Informes do FONSEAS,
384 pela Conselheira Graça. Relatou que o FONSEAS, considerando a mudança de governos estaduais,
385 estava com uma proposta de recomposição, especialmente da sua diretoria em razão de prazo.
386 Informou que no dia seguinte, às 10 horas, haveria um encontro com a Ministra Tereza Campello e
387 à tarde com todas as Secretarias Nacionais. Que teriam uma reunião interna dos Secretários do
388 FONSEAS para discutir seu papel e representação nas instâncias do SUAS, CIT e CNAS, a realização
389 do Encontro Nacional do FONSEAS, com um dos objetos sendo o termo de cooperação firmado
390 entre o FONSEAS e o MDS, ademais de outros assuntos. Item Informes do CONGEMAS, pela
391 Conselheira Maria Lúcia: *“Quero dizer aqui em nome do CONGEMAS o privilégio que é ver a*
392 *secretária nacional, Denise, e por isso que insistimos que ela refaça, reveja as suas decisões. Por*
393 *que é um privilégio o CONGEMAS estar na mão da secretária nacional de assistência social, toda a*
394 *nossa agenda. Inclusive, nos alertando para somente reforçar. Então, dizer que a gente vai ser um*
395 *pouco repetitivo, esse ano de conferência. Por que a gente está na Comissão organizadora, e nós já*
396 *tivemos a oportunidade de trazer esse informe, da região Nordeste, que foi lá em Recife, em*
397 *Olinda, o centro de convenções fica em Olinda, que fica essa dúvida de onde é, mas é muito junto.*
398 *E tivemos, realmente, já agradecemos aqui, e vamos reforçar esse agradecimento, onde todo o*
399 *ministério e a SENARC também estava presente conosco. A SNAS, sem dúvida. E o privilégio, por*
400 *que foi guardado como uma surpresa. A gente tinha feito o convite, mas a nossa ministra estava lá*
401 *conosco. E Pernambuco queria muito esse momento da Ministra lá conosco na... Juntando toda*
402 *região nordeste. E foi um encontro muito bom, por que a gente esperava o que tinha acontecido lá*
403 *em Ilhéus, quase 1500 pessoas, 1400 e poucas pessoas, tinha sido atípico, que o Nordeste não*
404 *repetiria, que a nossa meta sempre são 700 pessoas, e é o Maior regional do CONGEMAS. Mas*
405 *quase que repete, passamos de 1200 participantes. Oficinas sensacionais. Avaliações muito boas.*
406 *Claro que tem algumas ressalvas e que já foram encaminhadas, e que já foi reavaliado pela SNAS,*
407 *quanto aos coordenadores de oficina. Coordenadores não. Aos palestrantes mesmo das oficinas.*
408 *Fizemos também, aqui, a nossa fala, que na de controle social estivemos junto ao nosso Presidente*
409 *Erivaldo, que foi muito elogiado também. Foi bastante feliz a programação da oficina. Eu não*
410 *estive lá pela manhã, por que como a gente estava na organização eu só pude estar a tarde. Mas*
411 *assim, o que escutei dos participantes, o que estamos vendo na avaliação, é muito positivo, é*
412 *muito bom, ele aponta o caminho, a gente só tem que dar, claro, sempre, as melhoradas. Mas que*
413 *isso vem sendo de suma importância para essa consolidação do SUAS. Está na agenda da*
414 *secretaria nacional da própria ministra. Quando era lá em Pernambuco, reforçou que está fazendo*
415 *um esforço muito grande para ainda ir essas 3 regiões mais que faltam, conforme nossa secretária*
416 *Denise falou, a próxima será dia 5 e 6 de Março, que é da região norte, em Barcarena. A segunda*
417 *16 e 17 de Março, vai ser no Rio, vai ser em Niterói, agora em Março, da região sudeste. E a última*
418 *regional em Comburui, 26 e 27 de Março, da região sul. E ela fez esse compromisso, a ministra*
419 *Tereza Campello, de fazer um esforço, que a gente que não vai ser fácil, mas que ela está*
420 *interessada nisso e para nós na região nordeste foi um privilegio tê-la conosco. E aí, culminância,*

421 como a secretária Denise está chamando atenção, da nacional em fortaleza. Em Abril, 28 a 30,
422 vendo aí quem o conselho, como é que vai deliberar essa participação que eu acho que ela muito
423 importante, que a gente esteja junto lá, não é? Nesse encontro da Maior parte dos gestores de
424 todo o Brasil, onde a gente discute uma agenda para política, e um encaminhamento para política
425 de assistência social, e também fazemos um balanço de como estamos. E aí, aqui, na última
426 reunião organizadora da conferência, tivemos o privilégio de ter a Doutora Márcia Lopes, que está
427 na comissão, e também está nos auxiliando do CONGEMAS. E nós estamos já, pensando em como
428 pautar para o encontro nacional, o tema da conferência, por que apesar da discussão aqui da
429 primeira comissão que vai ser a próxima fala aqui, não é? Mas foi muito boa, foi muito rica. A
430 gente fica com desejo de que aquilo ali se estenda como abrir os olhos, como nos provocou, nos
431 moveu a fazer uma conferência cada vez mais próxima da atenção aos nossos usuários. Então,
432 nesse sentido também, eu conversei aqui, particularmente com a Doutora Márcia Lopes, pedindo
433 que faça um encaminhamento também junto ao CONGEMAS para a gente estar pautando no
434 encontro nacional em Fortaleza, a temática de conferência. Por que, apesar dos temas terem a ver,
435 mas eles não estão diretamente ligados nesses encontros regionais. Então, sei que teremos um
436 momento como conselheiros aqui para falar em Luziele, que é muito bom falar nela. Muito mais
437 que o profissional que eu falo em você, de você gente, Luziele. Conheci sua espiritualidade logo que
438 cheguei aqui, e me deslumbro como nosso Presidente tem aberto nossas reuniões. Isso, poucas
439 pessoas, quando se tornam técnicos, em suas expertises, eles se permitem fazer. O sagrado é como
440 e fosse uma dúvida, se vai ser aceito, ou não. E a gente se priva muitas vezes de abrir esse
441 caminho, que é fundamental no ser humano, ser gente. É o que a gente mais ouve do nosso
442 usuário, é que na Assistência Social são tratados como gente. Meninos que a gente tem de pró-
443 jovem, conselheira Léa, que, assim, foram assassinados, os pais pediram para botar farda. Para
444 acompanhá-lo. Por que foi quando ele foi gente. Ou seja, houve a inclusão. E isso a gente se perde
445 um pouco. A gente fala muito mais do que a pessoa se tornou, por causa do conhecimento, do que
446 realmente somos pela essência, pelo que temos do divino Jesus Cristo, ou como cada um conceba.
447 E vamos ter esse tempo, sim, Luziele. E agradecer mais uma vez, à secretária Denise, parabenizar e
448 dizer que vamos fazer, um CONGEMAS consciente de que temos uma luta para não perde-la de
449 vista, de forma alguma. Por que essa agenda do CONGEMAS vai estar sempre dentro aí de sua
450 agenda, de sua bolsa, sobretudo de seu coração. Obrigada por tudo”. Item Informes dos
451 Conselheiros. A Conselheira Jucileide falou sobre uma resolução do CONAD, sob consulta até o dia
452 28 de fevereiro e que regulamentava as comunidades terapêuticas, sendo preocupação do
453 Conselho Federal de Serviço Social, que registrou o envio de um ofício para o CNAS sobre a
454 matéria. Solicitou autorização do Conselho para que a representante do SEFES, a Sra. Marlene
455 Malizzi, falasse sobre o tema, com o Conselho Federal construindo uma nota sobre o significado
456 dessa resolução. O Presidente consultou o Pleno, que autorizou a fala da Sra. Marlene, que falou
457 sobre a resolução que estava em consulta pública até sábado. Falou sobre a dificuldade de pautar
458 o tema no CNAS, tendo um documento no site, sobre a reforma psiquiátrica, com atendimento
459 pelo SUS. Que a pesquisa realizada pelo CFP apontava a falta de profissionais da saúde, apontando
460 diversos problemas nesses espaços. A Conselheira Jucileide solicitou que o Pleno avaliasse a
461 possibilidade de o CNAS solicitar ao CONAD, um adiamento desse prazo do sábado, para que
462 outros Conselhos pudesse analisar, entregando uma cópia da nota do Conselho Federal para a
463 representante do Ministério da Saúde, para o Presidente e para o Coordenador da Comissão de

464 Política de Assistência Social. O Presidente indicou que no relato da Presidência Ampliada constava
465 que haviam tratado desse pedido do CEFES, enviando para debate na Comissão de Política, que
466 trataria do tema em maio, considerando a pauta fechada, mas com esse pedido contemplando os
467 interesses de todas a sociedade. A Conselheira Jucileide sugeriu que um grupo, formado por
468 representantes da Sociedade Civil e do governo, fizesse uma análise dessa documentação, dando
469 uma posição ao CNAS até o dia seguinte, considerando que o prazo terminaria dia 28. O
470 Conselheiro Anderson falou sobre os programas existentes no MDS, concordando com a
471 Conselheira Jucileide a respeito dessa análise. Não houve objeção pelo Pleno desse pedido, sendo
472 indicado pelo governo o Conselheiro José Crus e a Conselheira Graça, com a colaboração da Sra.
473 Mariana; e, Conselheiros Anderson, Leovane e Jucileide pela Sociedade Civil. Dando
474 prosseguimento aos Informes dos Conselheiros, o Conselheiro Anderson informou que o
475 Movimento Nacional da População de Rua conquistou o seu décimo segundo estado de
476 coordenação estadual, Goiás. Que no mês de dezembro, o Movimento, na sua pessoa, havia sido
477 convidado a participar do programa na NBR, 10 anos de SUAS, juntamente com a Secretária
478 Denise, falando sobre o SUAS. Solicitou, como Movimento Nacional, ao MDS, SNAS e CNAS, o
479 reordenamento dos serviços a nível nacional, obsevando que dentro do reordenamento de
480 serviços para população em situação de rua existia prazo. Solicitou sua revisão e uma discussão
481 sobre o reordenamento dos serviços para populações em situação de rua, que não havia passado
482 pelo Pleno, relatando a situação ocorrida em um município. O Presidente informou que a matéria
483 seria encaminhada para a Comissão de Política. A Conselheira Clátia Vieira registrou os 83 anos de
484 conquista do voto feminino comemorado no dia anterior, discorrendo sobre a importância dessa
485 data. Parabenizou o CNAS pelo documento elaborado pela Vice-Presidente Luziele, considerada a
486 fala do Deputado Bolsonaro para a Deputada Federal Maria do Rosário, solicitando ao Pleno que o
487 mesmo fosse reenviado ao novo Congresso. Informou ter participado da reunião da bancada
488 feminina do Congresso Federal, quando havia falado do documento, ficando de pedir autorização
489 ao CNAS para seu envio. O Presidente indagou ao Pleno, que aprovou a proposta da Conselheira
490 Clátia para esse envio. A Conselheira Margareth falou sobre o convite, que chegaria formalmente
491 ao CNAS, do Seminário Nacional sobre judicialização no SUAS e que seria realizado no ano
492 anterior, com a presença do Promotor de Justiça, Sr. Leonardo. Que contaria o MDS, FONSEAS,
493 CONGEMAS, para esse grande debate no Rio de Janeiro, na sede da OAB Rio, com inscrições
494 limitadas, iniciando em 26 de março, de 9h às 17h. O Conselheiro Leovane informou a realização
495 de uma reunião na sexta-feira da Comissão Nacional, coordenação executiva do Fórum Nacional
496 dos Trabalhadores do SUAS, e no dia 7 de março, a Comissão Nacional dos Psicólogos da
497 Assistência Social do Conselho Federal de Psicologia. O Conselheiro Thiago registrou a criação do
498 Fórum Paulista das Entidades de Pessoas com Deficiência que congregava mais de 60 entidades na
499 cidade de São Paulo, relatando as atividades realizadas e a reivindicação para se estender a nível
500 nacional. Item Relato da Comissão Organizadora, pela Conselheira Luziele: *“Memória da reunião,
501 Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social. Reunião ordinária
502 número 1 de 2015. Data 10 e 11 de Fevereiro de 2015. Horário, 9 às 18. Local, esplanada dos
503 ministérios, anexo do bloco “F”, sala 108. Integrantes da comissão presentes: Edivaldo da Silva
504 Ramos, Presidente do CNAS; Luziele Tapajós, Vice-Presidente CNAS; Alceu Kuhn. Aldenora Gomes
505 Gonzalez; Clátia Regina Vieira; Fábio Brune; Léa Lúcia Cecílio Braga; Leovane Gregório; Maria Lúcia
506 Marquim; Raimunda Nonata Cadó; Solange Teixeira; Brenda Ferreira Silva; José Dirceu Galão*

507 *Junior. Convidados: Ana Maria Conegundes; Denise Colin; Márcia Lopes; Mariana Marcondes;*
508 *Telma Maranhão Gomes; e Valdete de Barros. Secretária Executiva: Bechara Rodrigues de Miranda;*
509 *Carolina Ribeiro da Silva; Celda Maria Charles de Souza; Maria Sonhadora Pereira; Marlene*
510 *Azevedo Silva; Rosângela da Silva Almeida; e Suzany Gonçalves. “A reunião da comissão*
511 *organizadora da décima conferência nacional de assistência social, teve início com as falas do*
512 *Presidente e da Vice-Presidente do CNAS, que agradeceram a presença dos conselheiros que*
513 *compõe a comissão organizadora ressaltando que ela estava composta também com os*
514 *representantes do gabinete da ministra e da Secretária Executiva do MDS. Agradeceram ainda a*
515 *presença da secretária Nacional de Assistência Social, Denise Colin, e das colaboradoras do CNAS,*
516 *doutora Márcia Lopes e professora Valdete de Barros, fazendo registro da contribuição destas no*
517 *fortalecimento do SUAS. Após, foi feita leitura da portaria conjunta MDS, CNAS número 1, de 9 de*
518 *Fevereiro de 2015, que dispõe sobre a convocação extraordinária da décima conferência nacional*
519 *de assistência social, que terá como tema consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026. E da pauta da*
520 *reunião da comissão organizadora. Em seguida, a secretária nacional de assistência social, Denise*
521 *Colin, fez uma exposição sobre a NOB SUAS, enfatizando a importância do planejamento, como*
522 *ferramenta do aprimoramento do SUAS, ressaltou ainda a relevância do momento coincidente,*
523 *entre a realização da décima conferência, e a construção do segundo plano decenal, que proporrá*
524 *novos rumos para a política de assistência social. Neste sentido, é importante que se garanta no*
525 *processo de conferências, a ampliação da participação e a construção coletiva dos planejamentos,*
526 *de modo que estes sejam pactuados, na perspectiva do futuro, definindo as atribuições das*
527 *diferentes esferas das instâncias, prevendo a articulação entre as políticas públicas e vislumbrando*
528 *a garantia dos direitos socioassistenciais, com a oferta de serviços qualificados, demarcando desta*
529 *forma, o programa ético político numa concepção do estado brasileiro. A conselheira vice-*
530 *presidenta Daniele Tapajós apresentou o histórico e avaliação do plano decenal, discorrendo sobre*
531 *a sua construção iniciada na quinta conferência nacional de Assistência Social em 2005, mas*
532 *reforçando que a revisão de um plano nacional encontra-se na LOAS. Após falar das etapas do*
533 *plano decenal, ressaltou que sua apresentação e legitimação aconteceu na sexta conferência*
534 *nacional em 2007 e que o referido plano deu a direção para construção dos pactos de*
535 *aprimoramento subsequente do SUAS, bem como para elaboração do plano de ação do CNAS, e as*
536 *discussões sobre o assunto, feitas nas reuniões trimestrais e regionais do CNAS com os conselhos*
537 *estaduais, e com o SAGI DF. Reforçou a necessidade de construção de metas e estratégias, de*
538 *forma mais coletiva, e que a realização de conferências nas várias esferas vai possibilitar este*
539 *processo. As discussões realizadas no período da tarde do dia 10 de Fevereiro, constituíram-se em*
540 *um diálogo de como se dá a construção e o planejamento participativo, que metodologia utilizar,*
541 *como se prioriza, e formas de fechamento das propostas. Neste sentido, a Senhora Mariana Mazini*
542 *Marcondes, coordenadora de gestão de participação da secretaria de participação... Ou melhor, da*
543 *secretaria de planejamento orçamento e gestão do município de São Paulo, realizou uma*
544 *apresentação sobre o planejamento participativo local que tem como objetivo promover a*
545 *participação, a transparência e o controle social no orçamento planejamento, monitoramento e*
546 *avaliação da administração pública municipal. São dois anos de gestão e planejamento*
547 *participativo, em que a estratégia de mudança na linguagem foi fundamental para garantir a*
548 *compreensão das pessoas sobre o planejamento e o orçamento. As instâncias e os mecanismos dos*
549 *ciclos participativos são audiências públicas, conselho de planejamento e orçamento participativo,*

550 CPOP, e planeja Sampa, e sistema de monitoramento do programa de metas. Outra importante
551 estratégia utilizada no ciclo participativo do planejamento e orçamento, que contribui para o
552 dialogo com a população, foi detalhamento das ações de modo a territorializar a oferta dos
553 serviços e favorecer a articulação e a integração intersetorial. Segundo Mariana, esse
554 planejamento priorizou a participação durante o planejamento das ações, a efetivação e
555 monitoramento dos projetos. A devolutiva à população se dá por meio de audiências públicas. Em
556 seguida, a senhora Ana Maria Conegundes, que na oportunidade substituiu o deputado André
557 Quintão, expôs a experiência da comissão de participação popular da assembleia legislativa de
558 Minas Gerais, ALMG, sob a participação dos cidadãos no parlamento. Essa comissão foi criada pela
559 resolução número 5212 de 2013. Ressaltou que para a inclusão da participação popular na
560 assembleia legislativa de Minas Gerais, houve a necessidade de modificações regimentais, que
561 propiciasse a incorporação da sociedade no processo legislativo. A discussão em negociação de
562 propostas e emendas populares ao plano plurianual popular, e a lei orçamentária anual LOA, são
563 realizadas por meio de audiências públicas, eventos institucionais, seminários legislativos, fóruns
564 técnicos e ciclos de debates. O senhor Jorge Abraão de Castro, diretor do departamento de
565 planejamento da secretaria de planejamento e investimento estratégicos do ministério do
566 planejamento e orçamento de gestão, convidado a participar da reunião, justificou sua
567 impossibilidade de comparecimento. No segundo dia foram realizadas apresentações das
568 colaboradoras do CNAS, doutora Márcia Lopes, e professora Valdete de Barros. Fez-se um resgate
569 sobre a realização das conferências a cada 2 anos com uma questão política e estratégica.
570 Enfatizou a decisão acertada do CNAS, em relação a metodologia da nona conferência nacional,
571 que trouxe para reflexão o olhar retrospectivo desde 2005. Ressaltou que o desafio da décima
572 conferência está em como ampliar e fortalecer as conferências municipais e estaduais, criando
573 condições que favoreçam o debate qualificado sobre o segundo plano decenal do SUAS, na
574 perspectiva das três esferas. E pensar num formato diferenciado para etapa nacional. Chamado a
575 atenção da comissão sobre o desafio que essa conferência traz de fortalecer a participação social
576 dos atores envolvidos no projeto de discussão do plano decenal no SUAS, com a presença cada vez
577 Maior dos usuários do SUAS. Foi lembrando também que a oitava conferência nacional teve seus
578 eixos definidos a partir dos princípios da LOAS. “Os integrantes da comissão e convidados fizeram
579 importantes contribuições e reflexões, que serão consideradas na construção da metodologia e
580 formato da conferência.”. Encaminhamentos. 1) Definição no calendário de reuniões ordinárias da
581 comissão organizadora. Março, 11, 12 e 13. Abril, 9 e 10. Maio 4 e 5. Junho, 11 e 12. Julho, 16 e 17.
582 Agosto, 6 e 7. Setembro, 10 e 11. Outubro, 15 e 16. Novembro, 5 e 6.”. Item 2, “formato e tamanho
583 da décima conferência nacional de Assistência Social para efeito de construção e iniciação da
584 tramitação do termo de referência.”. “2.1) Que a Secretaria Executiva do MDS, a Secretaria
585 Executiva do CNAS revisem e complementem o cronograma de operacionalização da décima
586 conferência em relação ao TR. O cronograma será encaminhado para os integrantes da comissão
587 organizadora para contribuições.”. 2.2) Elaborar um texto que contextualize a temática da décima
588 conferência que será encaminhado para consulta ao SEAS, CAS-DF, CONGEMAS, FONSEAS, Fórum
589 de usuários trabalhadores e entidades, convidamos a encaminharem contribuições.”.
590 “Responsáveis: Doutora Márcia Lopes e professora Valdete. Prazos: 23 de Fevereiro. As
591 colaboradoras, doutora Márcia e a professora Valdete enviarão texto para o CNAS. 5 de Março,
592 recebimento das contribuições do SEAS, CAS-DF, CONGEMAS, FONSEAS, Fórum de usuários

593 *trabalhadores e entidades.”. “Desde Março a Secretaria Executiva sistematizará as contribuições*
594 *recebidas que serão apreciadas na próxima reunião da Comissão Organizadora, nos dias 11, 12 e*
595 *13 de Março.”. “2.3) Pauta da próxima reunião da comissão organizadora, 11, 12 e 13 de Março.*
596 *Apreciação das contribuições recebidas pelo SEAS, CAS-DF, CONGEMAS, FONSEAS, Fórum de*
597 *usuários trabalhadores e entidades. Discussão sobre o formato e metodologia da décima*
598 *conferência nacional de assistência social. Definição do calendário do processo e conferências em*
599 *2015. Discussão sobre a logomarca da décima conferência nacional. Discussão e apreciação do*
600 *informativo do CNAS número 1, 2015, que dá as orientações aos conselhos e gestores para*
601 *garantia de acessibilidade das conferências de Assistência Social em 2015.”. “Outros assuntos:*
602 *Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do CNAS. Luziele Maria de Souza Tapajós, Vice-Presidente do*
603 *CNAS.” O Presidente, em não havendo nenhuma observação, considerou o relato da Comissão*
604 *Organizadora da X Conferência aprovado pelo Pleno. O Conselheiro José Crus parabenizou pelo*
605 *amadurecimento do debate a respeito da Conferência Nacional, registrando o trabalho da*
606 *Comissão, com o Presidente discorrendo sobre os procedimentos tomados. A Conselheira*
607 *Aldenora indicou o item 2.2, com relação ao texto, que seria enviado para todas as instituições*
608 *para as contribuições, e cujo prazo de envio havia sido alterado, o que mesmo devendo acontecer*
609 *com a data do retorno desse documento, propondo dia 9 de março, esclarecendo sua proposta. O*
610 *Presidente ponderou que a data do dia 5 decorria da necessidade de sistematização das*
611 *contribuições pela Secretaria-Executiva para apresentar para a Comissão Organizadora que se*
612 *reuniria nos dias 11, 12 e 13, mas podendo estender até o dia 6, com a Conselheira Aldenora*
613 *concordando com essa proposta. O Presidente solicitou aos Conselheiros da Sociedade Civil e do*
614 *governo, que socializassem para que suas redes pudessem contribuir e com o texto sendo enviado*
615 *por e-mail. Item Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, pela Conselheira Maria*
616 *Lúcia: “Dia 24/02/215, horário de 9h as 16h aqui no nosso Conselho. Conselheiros presentes*
617 *Solange Teixeira, Coordenadora; Maria Lúcia Marquim, Coordenadora adjunta; Aldenora Gonzalez;*
618 *Clátia Regina Vieira; Naelson da Silva Ferreira; Raimunda Nonata Cadó. Ouvinte: Carlos Nambu,*
619 *Conselheiro de São Paulo; Secretaria Executiva do CNAS, Marlene Azevedo Silva; Celda Chaves,*
620 *Lilian Guedes; Josué Santos. Informamos que está sendo distribuído, foi só o tempo que estavam*
621 *xerocando, mas já está chegando às mãos de todos vocês. Aproveitamos agora do início para*
622 *agradecer a toda participação dos conselheiros, membros dessa Comissão que avaliamos como*
623 *uma reunião muito bem discutida, muito bem democrática a gente fechou cada ponto com tempo*
624 *suficiente para ouvirmos todos os conselheiros. Muito obrigada pelo sucesso de nossa reunião. 1-*
625 *Apresentação do relatório final do ID Conselhos, era nosso primeiro ponto de pauta.*
626 *Encaminhamentos: enviar memorando pra SNAS solicitando uma data de conclusão do documento*
627 *para agendamento da reunião da comissão de acompanhamento aos conselhos em 17 de março*
628 *de 2015, isso porque a SNAS junto a SAGI ainda não fez o estudo e nos pediu esse tempo. 2-*
629 *Discutir agenda e metodologia para as reuniões regionais, aí já está no quadro tudo definido,*
630 *locais, datas e mês. A reunião regional da região norte é agora em março próximos dias 30 e 31 em*
631 *Palmas, Tocantins. A reunião da região Sul, Sudeste será em Abril, 23 e 24 em Belo Horizonte,*
632 *Minas Gerais. A região nordeste será em Maio, 06 e 07, São Luiz do Maranhão. Centro Oeste*
633 *Junho, 2 e 3, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Discutiu-se todos os procedimentos e*
634 *metodologia das regiões regionais priorizando a realização de duas oficinas com as seguintes*
635 *temáticas: oficina 1: Controle Social: mecanismo de mobilização para participação dos usuários,*

636 *trabalhadores e entidades do SUAS e processo de interação e integração entre Conselho e gestão*
637 *local. Oficina 2: Controle Social: fortalecendo e aperfeiçoando, competência, estrutura e*
638 *orçamento. 2.1- Proposta de programação. Primeiro dia pela manhã: 1) Mesa de abertura; 2)*
639 *apresentação do CEAS sobre a situação frente aos desafios do controle social no que se refere a*
640 *gente estadual e municipal. Tarde: Oficina 1: Controle Social: mecanismo de mobilização para*
641 *participação dos usuários, trabalhadores e entidades do SUAS e processo de interação e integração*
642 *entre Conselho e gestão local. Oficina 2: Controle Social: fortalecendo e aperfeiçoando,*
643 *competência, estrutura e orçamento. Segundo dia pela manhã: oficina se repete e com*
644 *participação alternada. Tarde: Retorno a plenária. Conhecer o tema da X Conferencia Nacional e*
645 *Controle Social e seus respectivos desdobramentos e encerramento. 2.2 – Indicação de*
646 *participação nas oficinas. Região Norte: Oficina 1: Coordenador conselheiro Naelson Ferreira.*
647 *Facilitador, isso são sugestões, Professor Edval Bernardino Campos ou Eli Almeida, sugestão.*
648 *Oficina 2: Coordenador deliberação aqui da plenária e facilitador técnicos da SNAS, SENARC.*
649 *Região Sul/Sudeste: Oficina 1: Coordenadora Conselheira Aldenora Gonzalez. Facilitadores: Simone*
650 *Albuquerque, Geraldo Gonçalves, como sugestões. Oficina 2: coordenadora Solange Teixeira.*
651 *Facilitadores: Técnicos da SNAS, SENARC. Região Nordeste, oficina 1: coordenador Conselheira*
652 *Raimunda Cadó. Facilitador: deliberação nessa plenária. Oficina 2: coordenador Conselheira*
653 *Solange Teixeira. Facilitador: Técnicos da SNAS, SENARC. Região Centro Oeste, oficina 1:*
654 *coordenadora conselheira Clátia Vieira. Facilitador: Valdete de Barros e Heloisa de castro,*
655 *sugestões isso. Oficina 2: coordenadora Solange Teixeira. Facilitadores: Técnicos da SNAS, SENARC.*
656 *Observação: Todas as oficinas terão a participação da relatoria técnica da Secretaria Executiva do*
657 *CNAS. 2.3 – orientações prévias aos conselhos estaduais de Assistência Social sobre a participação*
658 *nas reuniões regionais. Enviar uma orientação aos conselhos sobre a representação paritária.*
659 *Solicitar os fóruns constituídos dos segmentos da sociedade civil que provoquem as bases para*
660 *participarem das reuniões. Reforçar junto ao CEAS que realize reuniões plenárias com os SNAS*
661 *anteriormente as reuniões regionais. 3 – Apreciar as contribuições das e dos conselheiros para*
662 *meta de plano de ação da comissão para 2015 priorizando os desafios e propondo estratégias.*
663 *Encaminhamento: considerando as metas do plano de ação para 2015, a comissão priorizou os*
664 *desafios e propôs estratégias de operacionalização que vai seguir um anexo para cada um de nós*
665 *conselheiros. Já está pronto. 4 – Discutir o tema da conferencia nacional de Assistência Social de*
666 *2015. Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026. Encaminhamentos: 1) sugerir que o CNAS promova*
667 *ampla divulgação junto aos estados e municípios para deflagrarem suas respectivas conferencias*
668 *extraordinárias. 2) Sugerir que CNAS oriente sobre a impossibilidade de conferencias conjuntas*
669 *entre Assistência Social e direitos humanos considerando que chegou a essa comissão o*
670 *conhecimento de uma situação de Pernambuco de realização conjunta considerando ainda que a*
671 *realização conjunta estará ferindo os princípios do comando único, defesa da política, do sistema*
672 *único da Assistência Social prejudicando a discussão do tema definido para X Conferencia Nacional*
673 *de Assistência Social. 5- Definição de pauta para março de 2015. 1 - ID Conselhos a confirmar, a*
674 *gente está aguardando retorno da SNAS de estar pronto. Destacar a questão da paridade*
675 *composição da sociedade civil por CEAS e CAIS do Distrito Federal. 2 – Reunião conjunta com a*
676 *comissão de política. 3 – Discussão do tema da X Conferencia Nacional de Assistência Social. Maria*
677 *Lúcia Marquim, coordenadora adjunta da comissão de acompanhamento aos conselhos que vou*
678 *fazer aqui uma parte para Coordenadora Solange para desinformes. Nós temos aqui um*

679 documento que vamos distribuir, documento não, uma texto que vamos distribuir para os
680 conselheiros por e-mail que é o ordenamento das nossas prioridades para o trabalho da comissão
681 de acompanhamento aos conselhos de 2015 e com as suas respectivas estratégias de trabalho.
682 Então nós elencamos, tirarmos o nosso macro, o plano de ação do conselho e fizemos 10
683 prioridades para esse ano já com as respectivas estratégias, algumas delas inclusive estão em
684 articulação com a coordenação de política. Nós colocamos aí na tela são todas conhecidas, porque
685 nós extraímos ela do nosso plano de ação, as estratégias que estão foram a novidade desse
686 trabalho. Então, acompanhar a evolução do funcionamento e atuação dos CAIS com os mesmos
687 resultados do Censo, reuniões trimestrais e reuniões regionais. As estratégias é orientar os CAIS
688 sobre a importância de preencher adequada o Censo SUAS indicando preferencialmente um
689 técnico da secretaria que procederá ao preenchimento considerando as orientações e
690 normatizações bem como o aval do colegiado. Eu só gostaria de lembrar que essas prioridades e as
691 estratégias já estão no plano e estão embasadas no que nós, no relatório, nos relatos das reuniões
692 trimestrais de 2014, da dificuldade que o CAIS tem de cumprir algumas agendas que já está posta
693 pela própria norma e legislação. Dar continuidade as orientações aos CAIS sobre o mecanismo de
694 repasse de recurso do Fundo Nacional de Assistência Social para os estados e municípios com
695 respectivo controle no âmbito municipal e do Distrito Federal conforme prevê a LOAS. Sugerir a
696 SNAS e o FNAS a elaboração de cartilha com orientação sobre o tema. Colocar como conteúdo de
697 oficina reuniões trimestrais e regionais e acrescentar como conteúdo as capacitações a exemplo do
698 Capacita SUAS. Lembrando que nas próximas oficinas regionais nós estamos trazendo alguns
699 temas que é orçamento que é um dos itens da oficina, acho que é oficina número 2. Definir
700 orientações que permitam aos conselhos municipais e Assistência Social realizarem o
701 acompanhamento de programas, projetos e serviços da rede socioassistencial e seu âmbito de
702 atuação. Estratégia: orientar os CAIS e conhecer por meio de instrumentos e acompanhamento e
703 fiscalização já existente a sistemática do órgão gestor no que se refere a execução dos programas,
704 projetos e serviços da rede socioassistencial. Recomendar a elaboração de um plano de
705 acompanhamento e fiscalização. O trabalho, esse trabalho em articulação com a comissão de
706 política. Orientar os CAIS sobre a metodologia de operacionalização de acompanhamento e
707 avaliação da gestão de recursos bem como dos ganhos sociais e desempenho de programas,
708 projetos e serviços da rede socioassistencial e seu âmbito de atuação. Orientar os CAIS que conste
709 em sua legislação lei de criação e/ou regimento interno. Apresentação pelo órgão gestor da
710 execução orçamentária e financeira bem como relatórios quali-quantitativos que permitam
711 análise, acompanhamento de serviços, programas, projetos e benefícios. Estimular o
712 acompanhamento da constituição das peças orçamentárias a exemplo de PPA e LOA. Também
713 trabalho com a coordenação de orçamento e finanças. Orientar os CAIS sobre o acompanhamento
714 dos CRAS e CREAS e entidade de Assistência Social que prestam serviços vinculados a programas e
715 projetos para que este insira o tema distância deliberativa como a pauta da reuniões periódicas
716 junto aos usuários tendo em vista divulgar forma de organização e mobilizá-los para participação
717 do controle social do SUAS em parceria com as entidades que atuam no território. Propor a criação
718 de instâncias de mobilização de usuários priorizando a organização daquele vinculado aos serviços,
719 programas, projetos e benefícios socioassistenciais, exemplo: PBF, BPC, PED, população em
720 situação de rua, outros serviços de atenção às pessoas vítimas de violência/violação de direitos e
721 demais serviços socioassistenciais a exemplo daquele desenvolvido por entidade que compõe a

722 rede complementar. Estimular a organização de fóruns de usuários e outros espaços de
723 organização. Esse trabalho é em articulação com as demais coordenações desse conselho.
724 Promover debates e orientações com o CEAS para que este acompanhe junto ao CNAS a
725 implementação da Resolução CNAS nº 14/2014 sob as instruções de entidades de Assistência
726 Social e programas, projetos e serviços socioassistenciais no âmbito do CNAS e CAIS/DF. A
727 estratégia é estabelecer mecanismos de conhecimento, acompanhamento da adequação de
728 legislação existente no CNAS em consonância com a Resolução nº 14/2014. Estabelecer fóruns de
729 debates entre os conselhos capacitando contra a nova legislação incluindo o espaço de
730 capacitação já existente a exemplo o Capacita SUAS bem como possibilitando a troca de
731 experiência entre os colegiados, trabalhar essa pauta em articulação com a coordenação de
732 normas. Orientar os CAIS (incompreensível) a resolução CNAS nº 27/2011 que trata da
733 caracterização das ações de entidade, assessoramento de defesa de garantia de direitos.
734 Estratégia: estabelecer mecanismo de conhecimento/accompanhamento da adequação da
735 legislação existente no CNAS em consonância com a resolução nº 27/2011. Estabelecer fóruns e
736 debates entre os conselhos capacitando com a legislação incluindo espaço de capacitação, a
737 exemplo: Capacita SUAS possibilitando a troca de experiência entre colegiados. Trabalhar essa
738 agenda em articulação com a coordenação de norma, essa estratégia, quer dizer. Promover
739 debate de orientação aos CEAS e SNAS para que este conheça, implemente, acompanhe a
740 Resolução CNAS nº 15/2014 que orienta os conselhos de Assistência Social CAIS, quanto a sua
741 organização e seu funcionamento como instância de participação de controle social do Programa
742 Bolsa família, PDF. Estratégia: estabelecerem mecanismo de conhecimento e acompanhamento de
743 adequação da individualização existente no CNAS em consonância com a Resolução nº 15/2014,
744 estabelecer fóruns de debate entre os conselhos, capacitando-os quanto à legislação incluindo
745 espaço de capacitação, a exemplo, Capacita SUAS estimulando a troca de experiência entre os
746 conselhos. Trabalhar em articulação com a coordenação de normas. Divulgar junto aos conselhos,
747 conselheiros e conselheiras, os conceitos e normas do funcionamento da vigilância social para que
748 utilize esse diagnóstico da Assistência Social em deliberações no seu âmbito de atuação.
749 Estratégia: estimular a criação de instrumentos de acompanhamento dos serviços, programas e
750 benefícios socioassistenciais bem como dos dados apontados nos diagnósticos locais a exemplo
751 existente no Plano Municipal de Assistência Social, plano de ordenamento de serviço
752 socioassistenciais. Solicitar avaliação qualitativa das ações socioassistenciais elaborada pelo órgão
753 gestor do SUAS com regularidade bem como de outros instrumentos de diagnóstico a exemplo dos
754 sistemas de informação do MDS agregar ao conteúdo das capacitações. Essa estratégia está
755 prevista trabalho em articulação com a coordenação de normas. Orientar os CAIS sobre o
756 procedimento para divulgação, disseminação das legislações e normas afeta as atribuições dos
757 conselheiros e competência do conselho quanto as instâncias deliberativas do SUAS. Construir
758 agenda de reuniões com participação das unidades estatais de atendimento socioassistenciais bem
759 como das entidades da rede complementar estimulando a participação dos usuários da Assistência
760 Social trabalhando de forma a estimular sua organização a partir da problemática vivenciada por
761 este e ao serviço nos quais estão inseridos. Trabalhar em articulação com as demais coordenações
762 do Conselho Nacional de assistência social. Para finalizar, no que se refere a nossas oficinas dos
763 encontros regionais eu só gostaria de enfatizar que essas duas oficinas foram pensadas a partir
764 também das nossas avaliações dos encontros regionais de 2014 como um espaço de qualificação

765 da informação para os conselheiros do CEAS até mesmo como multiplicadores desses respectivos
766 temas, respectivos assuntos para os conselheiros municipais. É esta observação que nós tínhamos
767 a fazer senhores, obrigada”. Aparteando, o Conselheiro Anderson registrou a presença da
768 Secretária Nacional. Sra. Tânia Garib, que relatou sua passagem pelo CNAS e o trabalho realizado
769 em prol da Assistência Social, agradecendo o aprendizado nesse Conselho e colocando-se à
770 disposição, com o Presidente retribuindo esse oferecimento. A Conselheira Graça indicou o item 2
771 discorrendo sobre a necessidade de pautar nas regiões regionais, em todos os eventos, os pactos
772 municipais de gestão e os pactos estaduais, sugerindo incluir esse tema dentro da metodologia
773 das programações. O Conselheiro José Crus destacou a relevância das oficinas regionais e o
774 excelente trabalho realizado pela Comissão de Acompanhamento, destacando a importância de os
775 CEAS sejam multiplicadores desses encontros, fortalecendo o controle social e os CMAS. Relatou o
776 debate feito na Comissão de Política com o CONGEMAS, discorrendo sobre a fragilidade dos
777 Conselhos Municipais e as dificuldades existentes em diversas regiões. O Presidente registrou os
778 cumprimentos pelos apontamentos do Conselheiro José Crus, com a Comissão podendo realizar
779 esses procedimentos. Relatou que uma conselheira estadual havia informado sobre o
780 desconhecimento sobre a realização da Conferência em 2015, e a impossibilidade de sua
781 realização por não constar no orçamento desse ano. Lembrou que em agosto haviam
782 encaminhado um ofício para todos os CEAS para orientar os CMAS para esse evento, concordando
783 com o Conselheiro José Crus sobre a necessidade de encontrar mecanismos para fortalecer mais
784 essa relação dos CEAS e CMAS. Destacou o tema da oficina 2, propondo que quando se falasse da
785 estrutura do Conselho se pressupunha discutir também o seu orçamento, discorrendo sobre as
786 dificuldades com a prestação de contas. A Conselheira Luziele manifestou preocupação, com a
787 metodologia precisando ser revista, com envolvimento da Comissão de Financiamento,
788 considerando que esse tema ampliaria a realização da oficina. O Conselheiro Leovane falou sobre,
789 mecanismos de mobilização e participação dos usuários, trabalhadores e entidades, não
790 conseguindo identificar os Conselhos que atuassem efetivamente, com as oficinas trazendo essa
791 discussão. Falou sobre o tema do orçamento, com o valor continuando o mesmo, conforme havia
792 tratado com a Coordenadora do Fundo Nacional, havendo necessidade de discutir a estrutura dos
793 Conselhos e melhorar a execução do orçamento. O Conselheiro José Crus falou sobre as gestões
794 feitas na SNAS e cuja estratégia havia trazido para a Comissão de Acompanhamento, ressaltando a
795 importância de fortalecer os CEAS, falando sobre a inclusão de municípios de grande porte e
796 capitais e metrópoles e os temas que estavam discutindo, sendo que apenas o CEAS de Mato
797 Grosso do Sul tinha representação dos três segmentos, discorrendo sobre a situação. Que na
798 oficina 2 poderiam discutir a competência, estrutura e verificar se o Conselho tinha conhecimento
799 da previsão orçamentária, falando sobre a questão. O Presidente retirou sua proposta sobre a
800 inclusão do tema orçamento, considerando a magnitude do assunto. A Conselheira Graça
801 ponderou que não deveriam transformar esses encontros regionais em cursos de capacitação,
802 com a oficina 1 estando de acordo e sendo preciso despertar nos Conselhos essa preocupação e
803 acompanhar o orçamento disponibilizado nos níveis estadual e municipal para a Assistência Social,
804 discorrendo sobre a necessidade de informação e propondo se mantivesse a temática e a dos
805 pactos. A Conselheira Clátia falou sobre a oficina 1, embasada nas experiências das oficinas
806 regionais anteriores, mostrando a necessidade de diálogo dos CEAS e CMAS e destacando a
807 necessidade de pontuar mais os objetivos. A Conselheira Solange esclareceu que as indicações dos

808 nomes era apenas sugestão, tendo discutido sobre a representação local, mas estando aberto a
809 novas indicações, falando sobre essa possibilidade e sobre o tema da oficina. Que na oficina 2
810 haviam colocado informações fundamentais para que o Conselho fizesse um bom trabalho,
811 discorrendo sobre o desconhecimento dos Conselhos sobre a maioria dos assuntos tratados.
812 Ponderou que queriam uma oficina simples, específica, para que os Conselheiros conhecessem o
813 mínimo de informação sobre estrutura, orçamento, planejamento, citando a participação de
814 técnicos da SENARC e da SNAS, para transmitir melhor as informações necessárias. Esclareceu que
815 o relatório, da participação das capitais e metrópoles, dependeria dos espaços disponíveis,
816 contando com a colaboração dos CEAS locais, com a Conselheira Maria Lúcia complementando
817 essas informações e destacando a efetividade desse modelo de oficina. O Conselheiro Anderson
818 informou que a Comissão de Política estava discutindo uma nova metodologia do pacto, sendo
819 preciso trazer inovações para alcançar os objetivos propostos e não usar os procedimentos
820 anteriores, que não haviam alcançado seus objetivos. O Presidente, em não havendo mais
821 nenhuma colocação, considerou aprovado pelo Pleno o Relato da Comissão de Acompanhamento
822 aos Conselhos. Registrou a participação da nova servidora, a Coordenadora da Comissão de
823 Conselhos, Sra. Marlene, falando sobre sua participação anterior no CNAS e na área da Assistência
824 Social. A Conselheira Solange lembrou que trariam a sugestão c do nome do Coordenador para a
825 Região Norte e o facilitador da Oficina 1, com o Conselheiro José Crus tendo sugerido que esses
826 nomes viessem dos CEAS estaduais, deixando esse encaminhamento. Informou estar sem
827 coordenador da Oficina 2, da Região Norte, solicitando indicação de membro do governo, por ser
828 paritário, Oficina 1 com a Sociedade Civil e Oficina 2 na coordenação do governo. O Presidente
829 propôs que a Comissão reunisse seu segmento governamental e escolhesse esse nome e
830 consultariam o estado sede para ver se havia alguma indicação e depois os demais estados. O
831 Conselheiro José Crus sugeriu o presidente ou um conselheiro representante do Conselho Estadual
832 para estar nas referidas mesas. A Conselheira Solange ponderou ser importante que o Conselheiro
833 indicado tivesse qualificação para ministrar uma aula sobre o tema. O Presidente ponderou que
834 levariam esse evento para atender os anseios dos Conselheiros da região como um todo, com os
835 mesmos participando como ouvintes. Que se fossem envolvidos na programação, isso significaria
836 separar, dar tratamento diferenciado, sendo ideal que atendessem o objetivo da Comissão, de
837 perfil técnico e que talvez não fosse encontrado dentro do Conselho, com a Conselheira Solange
838 manifestando-se contemplada com a fala do Presidente e com o Conselheiro José Crus
839 concordando com essa sugestão. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião para o
840 almoço, convidando a todos para retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o
841 Presidente informou a presença da Ministra, solicitando à Secretária-Executiva a conferência do
842 quorum: Conselheiros Titulares presentes, Luziele Maria de Souza Tapajós, Solange Teixeira, Léa
843 Cecílio Braga, José Ferreira da Crus, Maria das Graças Prola, Maria Lúcia Nogueira Linhares
844 Marquim, Raimunda Nonata Cadó, Cláudia Laureth Faquinote, Márcia de Carvalho Rocha, Alceu
845 Kuhn, Anderson Lopes Miranda, Samuel Rodrigues, Clátia Regina Vieira, Edivaldo da Silva Ramos,
846 Patrícia Alves Vieira. Conselheira no exercício da titularidade, Carolina Gabas Stuchi. Conselheiros
847 Suplentes, Fábio Meireles de Castro, Juliana Piccoli Agatte, Elisabeth Hernandez, Thiago Cabral,
848 Naelson Ferreira, Dulcinéia Francisco, Aldenora Gonzalez, Carmem Fogaça, Eufrásia Agizzio,
849 Margareth Dallaruvera, Jucileide Nascimento e Leovane Gregório. O Presidente destacou a
850 satisfação em receber a Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

851 Sra. Tereza Campello, para apresentação do Item Apresentação da Agenda de Governo para o
852 Fortalecimento do SUAS. que discorreu sobre a importância da agenda da participação do controle
853 social e os avanços alcançados, destacando o olhar de vigilância permanente da Sociedade Civil, a
854 diferença de papéis e opiniões diferentes, mas estavam em um mesmo sentido de construção
855 estratégica, no caso do CNAS, da Política de Assistência Social no Brasil e o fortalecimento do
856 SUAS. Manifestou a relevância dessa participação, mas sendo obrigação de todos os gestores, o
857 que deveria ser cobrado. Agradeceu ao Presidente pelo convite feito e à Conselheira Luziele pelo
858 importante trabalho prestado, ademais da presença dos Secretários do MDS. Informou a
859 solicitação feita ao Presidente para vir falar sobre os resultados do Plano Brasil sem Miséria, o que
860 agendado para a próxima reunião do Conselho, discorrendo sobre o desafio que esse Plano havia
861 apresentado. Ponderou que havia muito a fazer, querendo ouvir a opinião do Conselho sobre
862 diversas questões, ademais de tratar de outras questões, primordiais para a política pública.
863 Concluindo sua apresentação, a Ministra Teresa entregou um livro ao Presidente para ficar na
864 biblioteca do Conselho. O Presidente manifestou que haviam ficado contemplados com sua fala,
865 apresentando uma série de avanços, mas não omitindo os desafios que havia pela frente. Falou
866 sobre a realização da X Conferência, convidando a Ministra Teresa para participar da Reunião
867 Descentralizada e Ampliada a ser realizada em Brasília em abril, trazendo o relato feito para os
868 participantes desse evento. A seguir, agradeceu a presença da Secretária Denise e do Secretário
869 SENARC, Sr. Helmut. A Secretária Denise destacou a satisfação em participar da reunião, com a
870 Secretaria se colocando à disposição do CNAS para concluir a agenda colocada também pela
871 Ministra, de aprimoramento, consolidação e qualificação do SUAS, em parceria com entidades e
872 organismos. O Presidente cumprimentou o Secretário Helmut, destacando a ligação que sua
873 Secretaria tinha com o CNAS, considerando a Comissão de Acompanhamento aos Benefícios e
874 Transferência de Renda. O Secretário Helmut destacou sua satisfação em assumir a SENARC, a
875 convite da Ministra, colocando-se à disposição quando fosse necessário. O Presidente,
876 aproveitando a oportunidade, abriu a palavra ao Pleno, para fazer alguns questionamentos para a
877 Ministra. A Conselheira Maria Lúcia destacou a relevância desse momento, discorrendo sobre o
878 papel do CONGEMAS, em parceria com o MDS, trabalhando para o crescimento da política e a
879 participação dos usuários nos Conselhos Municipais e Estaduais. Concluindo, convidou o
880 Secretário Helmut a estar sempre presente no CNAS, participando nas suas ações. O Presidente
881 registrou a chegada da Secretária-Executiva Mercês, que foi recebida com uma salva de palmas. O
882 Conselheiro Anderson relatou que a Ministra havia recebido o Movimento Nacional, e ao qual não
883 havia participado, destacando a participação dos seus usuários e o apoio do MDS. Discorreu sobre
884 a importância dos benefícios prestados e a sua melhoria, trazendo dignidade aos seus usuários.
885 Deu as boas vindas ao Secretário Helmut, destacando a importância da SENARC para os usuários
886 na discussão sobre o CADÚnico e sua indicação dos beneficiários do Bolsa Família. A Conselheira
887 Eufrásia entregou uma camiseta para a Ministra e a Secretária que divulgava a causa do autismo. A
888 Conselheira Margareth parabenizou a Ministra pelo compromisso com o controle social e com o
889 SUAS, destacando a pouca visibilidade para a Sociedade Civil, assim como a divulgação para as
890 ações da Assistência Social. Ressaltou a necessidade de valorizar os trabalhadores, sendo preciso
891 instalar imediatamente a mesa de negociação do SUAS para discutir as questões relacionadas ao
892 trabalho. A Conselheira Cadó registrou a fala da Ministra sobre a importância da rede de
893 atendimento não estatal, com esse reconhecimento devendo ser permanente e sobre a qual

894 apresentaria algumas questões no próximo encontro. A Ministra informou que a mesa estava
895 instalada com reunião marcada para abril, ressaltando o esforço para efetivar essa política e
896 comprometendo-se a voltar ao conselho em março, e relatando as ações para escuta dos usuários,
897 com debates com o CONGEMAS e FONSEAS e demais organizações. O Presidente solicitou ao
898 Conselheiro Anderson a entrega de um certificado e estatueta à Secretária Denise pelos relevantes
899 serviços prestados na gestão e controle social do SUAS. A Secretária Denise agradeceu pela honra,
900 discorrendo sobre a importância desse vínculo para a efetivação da política, com o Presidente
901 destacando o seu empenho. Solicitou ao Secretário Helmut que recebesse a homenagem em
902 nome do ex-Secretário Luiz Henrique, que agradeceu em seu nome. O Presidente destacou o
903 trabalho realizado pela ex-Diretora Simone, solicitando ao Conselheiro Anderson que fizesse
904 entrega da estatueta durante a reunião da CIT. A seguir, solicitou à Conselheira Cláudia que fizesse
905 entrega da estatueta à Conselheira Luziele, que agradeceu pela homenagem, destacando o
906 trabalho realizado pela Secretária Denise. A Secretária Denise falou sobre sua saída do MDS, por
907 motivos de saúde na família, mas colocando-se à disposição do CNAS e com o Presidente
908 entregando um presente, em nome do Conselho. O Presidente solicitou à Conselheira Luziele que
909 fizesse entrega de um certificado para a Conselheira Elisabeth Hernandez, que estaria deixando o
910 CNAS, agradecendo pela sua colaboração. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião,
911 convidando para estarem presentes no dia seguinte. **ABERTURA.** Aos vinte e seis dias do mês de
912 fevereiro de dois mil e quinze, o Presidente iniciou a 230ª RO do conselho Nacional de Assistência
913 Social, cumprimentando os presentes, juntamente com a Conselheira Luziele. A seguir, a
914 Secretária-Executiva procedeu à conferência do quorum: Conselheiros Titulares Presentes, Luziele
915 Tapajós, Solange Teixeira, Léa Braga, Maria das Graças Prola, Maria Lúcia Marquim, Raimunda
916 Nonata Cadó, Cláudia Faquinote, Márcia Rocha, Alceu Kuhn, Anderson Miranda, Samuel
917 Rodrigues, Clátia Vieira, Edivaldo Ramos, Patrícia Vieira. Conselheira no exercício da titularidade,
918 Carolina Stuchi. Conselheiros Suplentes presentes, Juliana Agatte, Elizabeth Hernandez, Thiago
919 Cabral, Naelson Ferreira, Dulcinéia Francisco, Aldenora Gonzalez, Carmem Fogaça, Eufrásia
920 Agizzio, Margareth Dallaruvera, Jucileide Nascimento, Leovane Gregório. O Presidente lembrou
921 que a Ministra havia solicitado ao CNAS que formulasse uma moção de solicitação de atenção
922 diferenciada dos parlamentares sobre a tramitação da Medida Provisória sobre o marco
923 regulatório, mas que a Conselheira Carolina havia informado que havia sido votado no dia
924 anterior. A Conselheira Carolina falou sobre a matéria, relatando as alterações propostas e com o
925 texto original da MP sendo votado, não contemplando as discussões feitas, trazendo mais
926 informações em março. O Presidente passou a palavra para a Conselheira Elizabeth, que destacou
927 a importância de sua participação nesse Colegiado, ressaltando o aprendizado recebido e a
928 importância do trabalho do SUS e do SUAS. O Presidente reiterou a importância do SUS,
929 agradecendo a participação da Conselheira Elisabeth. Item Relato da Presidência Ampliada, pela
930 Conselheira Luziele: *“Contextualização do tema da X Conferência Nacional de Assistência Social.
931 Novamente 2015 será um ano de Conferências e agora já será a X Conferência de Assistência Social
932 Brasileira envolvendo todos os municípios, estados e União. Uma história de 20 anos que fortalece
933 a democracia e amplia a participação de todos os setores engajados na Consolidação da Política de
934 Assistência Social pelo SUAS, Sistema Único de Assistência Social. Desde a primeira Conferência
935 Nacional de Assistência Social, precedida pelas municipais e estaduais em 1995, temos trilhado um
936 caminho árduo de construção do direito ao acesso e participação nos benefícios e serviços*

937 socioassistenciais pela população brasileira na perspectiva pública e da cobertura universal em
938 todo o país. Foi precisamente a partir da Constituição Federal de 1988 que no Artigo 193
939 conquistamos a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado e em 1993 a
940 promulgação da LOAS confirmou a responsabilidade do Estado nas três esferas de governo em
941 implantar um sistema descentralizado e participativo de assistência social. A LOAS, portanto, foi o
942 grande referencial dos pressupostos do SUAS, pois ao mesmo tempo em que afirma o pacto
943 federativo, propõe uma ação compartilhada entre os gestores com participação social de modo a
944 garantir as ofertas dos benefícios e serviços socioassistenciais na perspectiva do Direito, buscando
945 romper com uma lógica que vigorou por longo período nessa política. A partir daí tanto os
946 governos comprometidos com a nova concepção de assistência social, como a sociedade civil, a
947 rede não governamental e os trabalhadores passaram a mobilizar-se e investir corajosamente nos
948 esforços necessários para pôr em prática uma nova ordem jurídica, institucional e política da
949 assistência social prevalecendo o direito do usuário e a participação da sociedade num projeto
950 ousado de política pública. Em 2003, a 4ª Conferência Nacional de Assistência Social delibera pela
951 implantação de um Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, que carrega grande
952 responsabilidade de concretizar os preceitos da LOAS e implantar de fato uma rede de benefícios e
953 serviços permanentes e de qualidade, assegurar os direitos socioassistenciais, realizar a gestão
954 compartilhada entre as esferas com financiamento e controle social, instituindo-se e consolidando-
955 se como política de Estado e Federativa no contexto do sistema de proteção social brasileiro. Em
956 2015, o SUAS comemora 10 anos de existência. Passado uma década de implantação do SUAS no
957 Brasil são indiscutíveis os avanços e as conquistas coletivas dessa política, tanto em relação à sua
958 estruturação e regulação nacional como resultado dos indicadores sociais alcançados pela
959 ampliação do acesso da população usuária aos seus direitos fundamentais ainda que em um
960 estágio inicial. Para tanto, foi decisivo criar e fortalecer a estrutura de gestão nos municípios,
961 estados e União com a ampliação do comando único, os órgãos de deliberação, como os Conselhos
962 e as Conferências também nas três esferas, as instâncias de pactuação, como a CIB e a CIT, os
963 fóruns de representação de gestores, como o FONSEAS e CONGEMAS, além de outros espaços
964 coletivos e abertos de representação de categorias de entidades, de segmentos e trabalhadores.
965 Tal desenho que integra o SUAS vem oportunizando que a rede pública estatal de benefícios e
966 serviços da assistência social e a rede pública não estatal brasileira atuem de forma planejada a
967 contínua e propositiva para enfrentar os enormes desafios do país, principalmente pela grande
968 diversidade das realidades em cada estado e região. Queremos cada vez mais um sistema único
969 que respeita as diferenças e desenvolva a capacidade e autonomia no cumprimento dos objetivos e
970 metas da Política de Assistência Social com base na estrutura federativa que temos. É importante
971 ressaltar que a Política Nacional de Assistência Social de 2004 buscou assegurar uma visão de
972 totalidade do país quando estabelece princípios, diretrizes, objetivos, níveis de proteção social
973 básica e especial, a hierarquização de serviços, a consideração dos portes dos municípios e assim
974 também a corresponsabilidade de cada ente na gestão, financiamento e controle social. Um
975 processo intenso de criação e formulação do que seria o SUAS brasileiro, construído sempre
976 coletivamente, publicizado e aprovado pelo CNAS, expresso em documentos oficiais partilhados em
977 todas as instâncias e organismos da área, a exemplo da NOB SUAS, NOB RH, tipificação do serviço
978 socioassistencial, censo SUAS, sistemas informatizados, Plano Decenal, protocolos, resoluções, lei
979 do SUAS e de Certificação de Entidades, entre outros. E nesse contextos as conferências municipais,

980 estaduais e Nacional sempre tiveram papel determinante como espaços coletivos e políticos de
981 mobilização, engajamento, debates, construção de novas propostas preservando o caráter
982 deliberativo e de participação. Chegamos em 2015 com a responsabilidade de convocar a X
983 Conferência Nacional de Assistência Social sempre no sentido de fazer avançar do já alcançado nas
984 conferências anteriores. A memória e os registros das nove conferências passadas identificam cada
985 qual nos seus próprios temas os acertos e erros na execução da política de assistência social
986 brasileira no que se refere à gestão aos resultados, ao funcionamento dos conselhos, as condições
987 de trabalhadores, ao financiamento, a rede de serviços, a participação de usuários, o controle
988 social, aos sistemas de informação e monitoramento, a relação oferta e demanda, as velhas
989 práticas de culturas conservadoras ainda. Enfim, todos os aspectos e dimensões intrínsecas à
990 gestão de uma política pública. Acumulamos centenas de deliberações nesses vinte anos de
991 conferências. A IX Conferência, em 2013 se diferenciou ao orientar os municípios, estados e
992 Governo Federal a avaliar o cumprimento das deliberações anteriores entre 2005 e 2013,
993 analisando o contexto do SUAS, os avanços, os desafios e novas proposições. O CNAS instituiu um
994 processo de monitoramento das deliberações da Conferência Nacional de 2013 e por sua
995 responsabilidade desencadeou o processo de convocação da Conferência de 2015 seguindo os
996 protocolos técnicos, operacionais e políticos devidos. A Reunião descentralizada do CNAS dia 17 e
997 19 de setembro de 2014, realizada em Salvador-BA, deliberou sobre o tema da X Conferência
998 Nacional de Assistência Social consolidar o SUAS de vez rumo a 2026. Considerando neste contexto
999 o debate e o compromisso com a construção do segundo Plano Decenal. O CNAS desencadeou o
1000 processo organizativo da X Conferência Nacional de Assistência Social compondo a Comissão
1001 Organizadora, que teve sua primeira reunião nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2015. Avaliação da IX
1002 Conferência Nacional pelos participantes, convidados, comitê acadêmico e Conselheiros apontou
1003 importante ponto de reflexão e indicativos para a Conferência seguinte. O que será considerado
1004 certamente com ênfase para o fortalecimento da gestão federativa. Do que trata o tema geral e
1005 qual é a expectativa para a X Conferência Nacional de Assistência Social. O Plano SUAS 10 foi
1006 sendo debatido e implementado ao longo desses anos com resultados já apresentados
1007 formalmente na IX Conferência Nacional e em espaços coletivos nos diversos eventos e em
1008 instâncias do SUAS. Um processo ainda não concluído do ponto de vista de uma análise mais
1009 aprofundada e que pode envolver um projeto mais sofisticado de avaliação, análise e conclusões.
1010 Mas se o prazo limite para a execução das metas é 2015, foi consensuado a expectativa e
1011 necessidade de uma nova etapa de planejamento do SUAS para os próximos 10 anos. Assim, o
1012 entendimento e deliberação do CNAS foi formular um tema para a X Conferência Nacional que
1013 apontasse um processo de construção de um novo plano decenal do SUAS conforme determina a
1014 NOB no que se refere à centralidade do planejamento. Significa aproveitar o processo das
1015 conferências municipais e estaduais até a nacional para fazer uma avaliação do SUAS que temos e
1016 do SUAS que queremos, sem a pretensão de formular o plano neste ano, mas sim mobilizar e
1017 aprimorar os debates nessa direção. Neste âmbito, portanto, discutir sobre os principais desafios
1018 para consolidar o SUAS e sobre as principais estratégias para tornar realidade as metas pactuadas
1019 pelas instâncias de deliberação objeto do Plano Decenal SUAS, Plano 10, e dos pactos de
1020 aprimoramento. O reconhecimento da travessia da assistência social para a esfera pública exige
1021 compromisso e atitude das três esferas de governo no cumprimento do pacto federativo em torno
1022 do SUAS. Olhar para as atribuições e responsabilidade de cada ente, para as especificidades locais

1023 e regionais, estabelecer mais do que tudo estratégias e metas que expressem a demanda dos
1024 usuários da rede das realidades concretas. Assim, as Conferências ganham mais legitimidade.
1025 Nesse contexto, as conferências municipais, estaduais e nacional são parte de um mesmo processo
1026 de avaliação e novas proposições, uma instância não sobrevive sem a outra. Os resultados e
1027 avanços de uma Conferência Nacional são reflexos de resultados, dinâmicas, força e capacidade de
1028 articulação das Conferências municipais e estaduais. Neste momento em que a Comissão
1029 Organizadora discute definir os conteúdos, metodologias e formato da X Conferência a partir do
1030 tema geral e da construção federativa, o CNAS entende fundamental buscar contribuições junto
1031 aos Conselhos, FONSEAS, CONGEMAS e outras instâncias no campo da assistência social quanto
1032 aos aspectos relevantes para este debate. Aspectos estes relacionados ao aprimoramento do pacto
1033 federativo, ao papel da assistência social na diminuição da desigualdade, a superação da situação
1034 de desproteção social, ao enfrentamento das situações de discriminação, preconceito e
1035 intolerâncias entre alguns desafios vivenciados hoje, como possíveis temáticas pertinentes a serem
1036 objeto de debate nas Conferências nos três níveis. Assumir coletivamente a preparação das
1037 conferências municipais, estaduais e nacional nos fortalece enquanto gestão intergovernamental
1038 democrática participativa e comprometida com o efetivo cumprimento das deliberações por nós
1039 construídas, na perspectiva da garantia dos direitos socioassistenciais e protagonismo
1040 compartilhado. Portanto, a realização das conferências municipais e estaduais revestem-se da
1041 maior importância para a Consolidação do SUAS e para o próprio sucesso da Conferência Nacional.
1042 Nesse contexto, o CNAS se mobiliza no sentido de apoiar e acompanhar a realização das
1043 conferências, buscando qualificar os debates e valorizar a participação e o controle social na
1044 direção de assegurar um futuro mais promissor para o SUAS, onde as deliberações de todas as
1045 conferências sejam cada vez mais implementadas e os objetivos e as metas da assistência social
1046 alcancem e ampliem os seus resultados no país. Assim, os convidamos para mais uma vez serem
1047 protagonistas neste processo, participando de uma ampla mobilização no Brasil no sentido de
1048 afirmar o direito à assistência social, o compromisso com a concretização do SUAS em todo o país,
1049 com um sistema efetivamente público, inclusivo e participativo. Para tanto, solicitamos que
1050 encaminhem ao CNAS pelo e-mail cnas@mds até o dia seis de março suas contribuições sobre os
1051 subtemas, eixos e outros assuntos que nos leve à consecução dos objetivos que cercam o tema da
1052 X Conferência Nacional de Assistência Social”. É o texto, Presidente. O Presidente observou a
1053 necessidade de inclusão do CAS/DF. A Conselheira Luziele ponderou que como ainda não tinham o
1054 formato da Conferência, não poderiam tratar de subtemas e eixos, mas podendo solicitar
1055 sugestões sobre temas. O Presidente acatou a sugestão, retirando o último parágrafo sugerido. A
1056 Conselheira Graça sugeriu que suprimissem a redação inicial “novamente 2015 será um ano de
1057 Conferência”, retirando o termo novamente, e também no sétimo parágrafo, não sendo convocar
1058 a Conferência, mas sim realizar. A Conselheira Luziele sugeriu colocar os termos “convocar e
1059 realizar”, esclarecendo a sugestão. A Conselheira Cadó indicou a redação do terceiro parágrafo,
1060 sugerindo que ficasse apenas “tanto a Sociedade Civil organizada quanto governos
1061 comprometidos com a nova concepção de Assistência Social passaram a mobilizar-se” A
1062 Conselheira Jucileide concordou com a Conselheira Luziele em relação ao último parágrafo,
1063 sugerindo que o termo “tema” fosse substituído por “assuntos”, com o Presidente concordando
1064 com essa sugestão. O Conselheiro Anderson indicou que no último parágrafo da primeira página,
1065 na última linha havia faltado o “segmento dos usuários ou entidades de usuários.”. O Conselheiro

1066 Samuel propôs suprimir a palavra “segmento”, ao que o Conselheiro Anderson sugeriu colocar
1067 “Fórum de representação de usuários e a Conselheira Luziele indicando “espaços coletivos e
1068 abertos de representação de usuários, entidades e trabalhadores”, o que foi acatado. O
1069 Conselheiro Samuel indicou o terceiro parágrafo, sugerindo “ampliação da participação da
1070 sociedade e a efetivação dos direitos da Assistência”.Após algumas observações ficou o texto
1071 “Prevalecendo a ampliação da participação da sociedade e efetivação dos direitos
1072 socioassistenciais”. A Conselheira Carolina sugeriu que no último parágrafo, ficasse “Sobre os
1073 aspectos que nos levem à consecução dos objetivos que cercam o tema da X Conferência”. A
1074 Conselheira Margareth indicou o quarto parágrafo, sugerindo “Fóruns de representação dos
1075 gestores, além de outros espaços coletivos e abertos de representação no fórum dos usuários e
1076 entidades de trabalhadores”. A conselheira Luziele ponderou que a palavra Fórum excluiria outros
1077 coletivos, colocando todos os nomes ou deixando em aberto. A Conselheira Léa propôs a redação:
1078 “Fóruns de representação dos gestores, como o FONSEAS e o CONGEMAS, os fóruns já
1079 constituídos, entidades, trabalhadores e usuários, além de outros espaços coletivos e abertos de
1080 representação da Sociedade Civil”, sendo acordada essa redação e procedendo á leitura de todo o
1081 parágrafo. O Presidente informou que o texto seria socializado para as entidades, para os
1082 FONSEAS, CONGEMAS, com as bases podendo ser consultadas com prazo até 06 de março para ser
1083 encaminhado para sistematização e repasse para a Comissão Organizadora que se reuniria nos
1084 dias 11, 12 e 13 de março. O Presidente indicou que havia um ponto na Comissão de
1085 Financiamento que requeria quórum qualificado, procedendo à inversão de pauta, o que foi
1086 consensuado pelo Pleno. Item Relato da Comissão de Financiamento, pelo Conselheiro Leovane:
1087 *“Reunião da Comissão de financiamento, orçamento e assistência social. Nós vamos tratar só do*
1088 *aspecto do quórum qualificado ou vai tudo? Tudo? Então, vamos lá. Reunião nº 01/2015, de 24 do*
1089 *02 de 2015, das 9h às 16h, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F 1º Andar Sala 115.*
1090 *Conselheiros presentes? Zilene Santana Silva Rabelo, Samuel Rodrigues, Leovane Gregório, Patrícia*
1091 *Alves Vieira, Carmen Lúcia Lopes Fogaça. Convidados: Dulcelena Martins, Diretora-Executiva do*
1092 *Fundo Nacional de Assistência Social, Sérgio Monteiro, Coordenador-Geral de Execução*
1093 *Orçamentária e Financeira da SENARC, Laurimara Batista de Almeida Campos, Chefe de Divisão do*
1094 *Fundo Nacional de Assistência Social e da Secretaria Nacional, Fábio Santos de Gusmão Lobo,*
1095 *Assessor da Diretoria do Fundo, Cláudia Elizabete Silva, do Conselho Municipal de Assistência*
1096 *Social de São Paulo. Secretaria-Executiva do CNAS, Bechara Miranda, Suzane Gonçalves, Lucileila*
1097 *Montalvão e Talita Eleto. Item um, apresentação de forma de pagamento, execução e prestação*
1098 *de contas do GD Bolsa Família. Convidada, SENARC, que quem fez a apresentação pela SENARC foi*
1099 *Sérgio Monteiro. O Coordenador-Geral de Execução Orçamentária e Financeira, SENARC, Sérgio*
1100 *Monteiro, explanou a apresentação referente ao índice de gestão descentralizada do Bolsa Família*
1101 *focando nos seguintes pontos: primeiro a legislação, Artigo 8º da Lei 10.836/2004, execução e a*
1102 *gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e dar-se-ão de forma*
1103 *descentralizada por meio de conjugação de esforços entre os entes federados, observada a*
1104 *intersectorialidade, a participação comunitária e o controle social. Parágrafo 2º, fica instituído o*
1105 *índice de gestão descentralizada no Programa Bolsa Família, o IGD, para a utilização em âmbito*
1106 *estadual, distrital e municipal cujo os parâmetros serão regulamentados pelo Poder Executivo. O*
1107 *valor mínimo de repasse do Programa Bolsa Família para o IGD é de R\$ 687,50, para a gestão do*
1108 *Programa Bolsa Família dos municípios, o prefeito designa um servidor para assumir a*

1109 *responsabilidade de execução das atividades de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro*
1110 *Único, tendo importante papel em referência no município sobre os temas do Programa Bolsa*
1111 *Família e que planeje, coordene, articule-se com as demais áreas, acompanhe as diretrizes do*
1112 *MDS, estando sempre em contato com o coordenador estadual do Programa Bolsa Família e do*
1113 *Cadastro Único, buscando sempre o aprimoramento da gestão, sendo responsável pela*
1114 *observância da aplicação dos recursos do IGDM nas finalidades que se destinam, planejando e*
1115 *coordenando os trabalhos por meio da propositura e discussões intersetoriais com as áreas de*
1116 *assistência social, saúde, educação, dentre outras. Premissas para gastar o recurso. Recomenda-se*
1117 *que o gestor do Programa Bolsa Família articule com o gestor do fundo municipal da assistência*
1118 *social e com os demais atores, a exemplo da área de licitação para que sejam feitas aquisições de*
1119 *bens e serviços necessários à gestão do Programa Bolsa Família e do CAD Único com vistas a*
1120 *reduzir os valores a serem reprogramados para o exercício seguinte. Planeje a cada ano, se*
1121 *possível no quarto trimestre, quais as atividades serão desenvolvidas no exercício seguinte. Essas*
1122 *informações serão utilizadas no preenchimento do Plano de Ação Constante da rede SUAS. Embora*
1123 *haja a participação dos outros atores na gestão do programa Bolsa Família, a exemplo das áreas*
1124 *de educação, saúde e assistência social os recursos não podem ser transferidos a outras contas*
1125 *ainda que vinculadas à Secretaria a que o fundo esteja vinculado. Os recursos não podem ter*
1126 *contingenciamento em sua utilização pela prefeitura. O repasse IGD não exige contrapartida da*
1127 *prefeitura. Os gastos precisam necessariamente estar vinculados aos processos e ou rotinas*
1128 *operacionais do Programa Bolsa Família ou CAD Único. Lei 10.836/2004, Artigo 8º, Artigo 2º, Inciso*
1129 *1º, medir os resultados da gestão descentralizada com base na atuação do gestor estadual,*
1130 *distrital ou municipal na execução dos procedimentos de cadastramento na gestão de benefícios e*
1131 *de condicionalidades na articulação intersetorial, na implementação das ações de*
1132 *desenvolvimento das famílias beneficiárias e no acompanhamento e execução de procedimentos*
1133 *de controle, incluindo pela Lei 12.058 de 2009. Comprovação dos gastos passo a passo. O gestor do*
1134 *Fundo de Assistência Social reúne e organiza todos os documentos necessários. Item II, o gestor do*
1135 *Fundo de Assistência Social preenche o formulário de geração de gastos que será enviado ao*
1136 *Conselho para apreciação. Três, o gestor do Fundo de Assistência Social informa ao MDS sobre a*
1137 *relação dos gastos acessando o preenchimento, o formulário demonstrativo físico financeiro no*
1138 *SUAS Web. Quatro, o gestor do Fundo de Assistência Social envia o formulário da relação de gastos*
1139 *e as cópias dos documentos ao Conselho de Assistência Social. Cinco, de posse dos documentos*
1140 *encaminhados pelo gestor do Fundo, a Secretaria-Executiva do Conselho analisa os documentos e*
1141 *confronta com as informações prestadas pelo gestor do fundo sobre os recursos IGD gastos. Seis,*
1142 *posteriormente, o Conselho se reúne para que a Secretaria-Executiva preste informações a respeito*
1143 *da análise documental. Ao final o Conselho deliberação pela aprovação, reprovação e ou*
1144 *aprovação parcial da prestação de contas. Após deliberar, o Conselho publica a Resolução com a*
1145 *decisão tomada. Oitavo, o Presidente do Conselho da Assistência Social informa ao MDS sobre a*
1146 *deliberação acessando o preenchimento o formulário de parecer de prestação de contas no SUAS*
1147 *Web. Encaminhamentos. A Comissão sugere à plenária primeiro inserir na pauta de discussão com*
1148 *o CFC, Conselho Federal de Contabilidade, a compreensão do modelo de peça orçamentária dos*
1149 *recursos da Assistência Social e do IGD Programa Bolsa Família com vista a aprimorar a*
1150 *contabilidade da execução orçamentária. Dois, manter a discussão sobre a execução orçamentária*
1151 *dos recursos destinados à gestão, incluindo também como tema de oficinas nas reuniões regionais*

1152 e na Conferência Nacional de Assistência Social. Terceiro, encaminhar apresentação para os
1153 Conselheiros da Comissão. Dois, parceria com o Conselho Federal de Contabilidade para a
1154 colaboração de material específico para contadores dos fundos de assistência social, convidado o
1155 Conselho Federal de Contabilidade. A representante da Secretaria-Executiva, Bechara Miranda,
1156 informou que já foram realizadas duas tentativas via ofício assim como também por contatos
1157 telefônicos, mas, no entanto, não houve esse no agendamento de participação do Presidente do
1158 Conselho Federal de Contabilidade. Encaminhamentos. A Comissão sugere à plenária visita dos
1159 Conselheiros Leovane Gregório e Fábio Bruni, juntamente com a equipe técnica da Secretaria
1160 Executiva ao Conselho Federal de Contabilidade com o objetivo de esclarecer a demanda
1161 apresentada no âmbito dessa comissão por meio de ofício encaminhado anteriormente e
1162 elaboração de ofício contextualizando as tratativas anteriores e as discussões dessa reunião para
1163 ser entregue ao Presidente do Conselho Federal de Contabilidade. Três, relatório final de execução
1164 orçamentária e financeira do exercício de 2014. Apreciação do relatório final de execução
1165 orçamentária e financeira relativo ao exercício de 2014. Convidado, o Fundo Nacional de
1166 Assistência Social. A Coordenadora-Geral de Execução Orçamentária e Financeira da Diretoria
1167 Executiva do Fundo Nacional de Assistência, Dulcelena Alves Vaz Martins, apresentou o relatório
1168 de execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, apurado pelo
1169 regime de classe de janeiro a dezembro referente ao exercício de 2014, conforme quadro abaixo. A
1170 Lei 12.952, de 20 de janeiro de 2014, Lei Orçamentária Anual, aprovou para o Fundo Nacional de
1171 Assistência Social o orçamento de R\$ 39.768.983.702,00. Foi acrescido à dotação inicial o valor de
1172 R\$ 1.480.855.299,00, totalizando o valor de R\$ 41.249.839.001,00 de dotação final para os
1173 benefícios assistenciais, serviços, programas e projetos. E aí vamos aqui ao quadro de despesas
1174 com benefícios assistenciais. Primeiro, nós temos lá em cima do quadro programa e depois vem lei
1175 mais crédito, depois crédito descentralizado, recursos financeiros repassados, percentual de
1176 execução com descentralizado e repassado. Na primeira coluna temos aqui o Benefício de
1177 prestação Continuada e aí temos o Item A, B, C, depois o D, que é igual a B dividido pelo A, e o E
1178 igual a C por B. No item 053, na rubrica 053, os benefícios de prestação continuada para a pessoa
1179 idosa foram colocados o crédito de R\$ 17.292.441.682,00, o crédito descentralizado foi o mesmo,
1180 R\$ 17.292.441.682,00. Aqui tem o somatório dos dois recursos. Então, eu vou falar o outro recurso
1181 também. O BPC para pessoa com deficiência, que é o 0575, que tem o crédito de R\$
1182 18.649.948.806,00. O crédito descentralizado foi no mesmo valor, de R\$ 18.649.948.806,00.
1183 Totalizando R\$ 35.940.068.020,00, totalizando o descentralizado 100% e repassado 99%. Total BPC
1184 R\$ 35.942.390.438,00. NO crédito descentralizado é o mesmo valor, R\$ 35.942.390.438,00.
1185 Recursos financeiros repassados foram de R\$ 35.940.068.020,00. Totalizando descentralizado
1186 100%, descentralizado 99%. Renda mensal vitalícia, que é a rubrica 0561. Por idade, R\$
1187 423.246.831,00. O crédito descentralizado foi de R\$ 423.246.831,00. O 0565, que é renda mensal
1188 vitalícia para invalidez, R\$ 1.233.129.593,00, o crédito descentralizado foi no mesmo valor, de R\$
1189 1.233.129.593,00, totalizando de recursos repassados R\$ 1.657.376.424,00, totalizando na
1190 questão do percentual de execução descentralizada e 100% de repassado 100% também. Total da
1191 renda mensal vitalícia, R\$ 1.656.376.424,00, de crédito descentralizado a mesma coisa, R\$
1192 1.656.376.424,00. No recurso financeiro repassado foi também de R\$ 1.656.376.424,00.
1193 Percentual de recursos de execução descentralizada 100% e repassado 100%. Operações especiais,
1194 cumprimento de sentença judicial transitado e julgado, 005 aí a rubrica, R\$ 49.320.952,00, o

1195 descentralizado também foi R\$ 49.320.952,00. Recursos financeiros repassados R\$ R\$
1196 49.320.952,00, descentralizados 100% e repassados também 100%. 065 a rubrica, cumprimento de
1197 sentença judicial transitado e julgado de pequeno valor R\$ 820.642.257,00. O crédito
1198 descentralizado também foi nesse mesmo valor, de R\$ 820.674.257,00. O recurso financeiro
1199 repassado também de R\$ 820.674.247,00. O percentual descentralizado foi 100% e repassado
1200 também 100%. Total de tudo R\$ 869.985.209,00. No crédito descentralizado também foi de R\$
1201 869.985.209,00. Recursos financeiros repassados R\$ 869.985.209,00. Percentual de execução
1202 descentralizado 100%, repassado também 100%. Reforçamos que o orçamento do Benefício de
1203 Prestação Continuada da Assistência Social, BPC, e da renda mensal vitalícia, RMV, é alocado no
1204 MDS a quem compete a sua gestão, acompanhamento e avaliação. A operacionalização desses
1205 benefícios compete ao Instituto Nacional de Seguro Social, INSS. A execução orçamentária e
1206 financeira do BPC e do RMV aqui apresentada corresponde respectivamente às descentralizações
1207 de crédito orçamentários e repasses de recursos financeiros realizados pelo Fundo Nacional de
1208 Assistência Social e o Instituto Nacional de Seguro Social. Quando à execução orçamentária e
1209 financeira das ações de cumprimento de sentenças judiciais corresponde à descentralização do
1210 crédito orçamentário e repasse de recursos financeiros realizados automaticamente pela
1211 Secretaria de Orçamento Federal aos tribunais regionais federais. 2.2 Despesas com serviços,
1212 programas e projetos. O quadro a seguir demonstra a apuração, o orçamento disponibilizado e a
1213 execução orçamentária e financeira dos valores transferidos aos estados, aos municípios e ao
1214 Distrito Federal no decorrer do exercício. Vamos lá, então. No quadro, a descrição da ação,
1215 dotação realizada, empenhada até 31 do 12, liquidada até 31 do 12 e paga até 31 do 12. Então,
1216 vamos lá. A ação 8662, concessão de bolsa a crianças e adolescentes em situação de trabalho, a
1217 dotação orçamentária era de sete milhões, empenhado até 31 do 12 R\$ 6.359.667,00, 91%.
1218 Liquidado R\$ 5.408.380,00, 77%. Pago até 31 do 12 R\$ 5.408.380,00. Então, foi um percentual de 12
1219 77%. Ação 2A 60, serviço de proteção social básica R\$ 1.522.556.783,00, empenhado até 31 do 12
1220 R\$ 1.522.556.783,00, 100% empenhado. Liquidado, R\$1.187.244.009,00, 78%, pago até 31/12,
1221 R\$1.181.470.509,00 totalizando 78%. 2A65, Ação 2A65, serviço de proteção social de média
1222 complexidade, R\$ 499.323.272,00 empenhado até 31/12 R\$ 491.885.514,00, 99%, liquidado R\$
1223 344.600.659,00, totalizando 69%, pago até 31/12 R\$ 323.709.385,00 totalizando 65%. Ação 2A69,
1224 serviço de proteção social especial de alta complexidade, a dotação orçamentária de R\$
1225 232.078.591,00 empenhado até 31/12 R\$ 230.020.189,00 99%, liquidado até 31/12 R\$
1226 165.720.357,00 71%, pago R\$ 164.907.357,00 totalizando 71%. Subtotal das ações
1227 socioassistenciais de caráter continuado, R\$2.260.957.646,00 empenhado até 31/12
1228 R\$2.250.824.093,00 100%. Liquidado até 31/12 R\$1.702.975.405,00 totalizando 75%, pago até
1229 31/12 R\$1.675.495.631,00 totalizando 74%. Ação 2V30 estruturação da rede de proteção social
1230 básica. R\$113.881.382,00 empenhados R\$74.293.023,00 65%, liquidado até 31/12
1231 R\$10.187.903,00 9%. Pago até 31/12 R\$9.670.865,00 8%. Estruturação da rede de proteção social
1232 especial, R\$81.050.500,00, empenhado até 31/12 R\$45.904.269,00 57%, liquidado R\$7.871.949,00
1233 10% de execução, liquidado. Pago R\$6.821.949,00 8%. Subtotal, convênios e contratos,
1234 R\$194.961.882,00, empenhados R\$120.197.292,00 62% de empenhado, liquidado até 31/12 R\$
1235 18.059.852,00 9% e pago R\$16.492.814,00 totalizando 8% de pago. Ação 20V5, ações
1236 complementares de proteção básica, R\$120.000.000,00, empenhados R\$118.160.863,00 98%,
1237 liquidado R\$64.324.586,00 totalizando 54%, pago até 31/12 R\$47.037.206,00 39%. Subtotal

1238 ACESSUAS R\$120.000.000,00 da dotação orçamentária empenhado até 31/12 R\$118.160.863,00
1239 98%, liquidado R\$64.324.586,00 54% e pago R\$47.037.206,00 39%. Ação 2583 serviço de
1240 processamento de dados do BPC e do RMV, DATAPREV, R\$51.112.602,00 isso a dotação
1241 orçamentária, empenhado até 31/12 R\$51.11.602,00 100% de empenho, liquidado até 31/12
1242 R\$51.112.602,00, 100% de liquidado. Tem mais, avaliação e operacionalização do benefício de
1243 prestação continuada que somam, que tem uma dotação orçamentária de R\$12.000.000,00,
1244 empenhado R\$12.000.000,00 100% de empenho liquidado até 31/12 R\$11.224.813,00 totalizando
1245 94% e pagos desses dois recursos, R\$55.820.272,00 totalizando 88%. Subtotal do item
1246 processamento de dados e manutenção da operacionalização do BPC EMV, R\$63.112.602,00 de
1247 dotação orçamentária, empenhado R\$63.112.602,00 100% de empenho, liquidado até 31/12
1248 R\$62.337.415,00 com 99% de liquidado e pago R\$55.820.272,00 88% de recursos pagos. Ação
1249 8893, apoio a vigilância e a gestão, e vigilância social no território no âmbito do sistema único de
1250 assistência social SUAS e GDSUAS, R\$142.083.800,00, é a dotação orçamentária, empenhado
1251 R\$148.312.452,00, aí teve uma execução além do que estava previsto na dotação orçamentária
1252 que foi para 104%, liquidados até 31/12 R\$117.572.657,00 83% de liquidado, pago até 31/12
1253 R\$68.298.313,00 totalizando 48%. Subtotal cinco, apoio à gestão, R\$142.083.800,00 de dotação
1254 orçamentária, empenhado R\$148.312.452,00 104% de empenho, liquidado até 31/12
1255 R\$117.572.656,00 83%, pago até 31/12 R\$68.298.313,00 48%. Total geral do item, um mais dois,
1256 mais três, mais quatro, mais cinco, R\$2.781.086.930,00, empenhado até 31/12
1257 R\$2.700.607.312,00 totalizando o empenhado 97%, liquidado R\$1.965.269.914,00 liquidado até
1258 31/12 71%, pago até 31/12 R\$1.863.144.236,00 totalizando pago 67%. 2.2.1 da execução do
1259 orçamento positivo, Ação 2630, estruturação da proteção social básica, dotação atual de
1260 R\$38.925.000,00 o orçado, o orçamento deste contingenciado foi de R\$26.731.186,00 empenhado
1261 até 31/12, R\$26.324.416,00 totalizando 98%. Liquidado até 31/12 R\$26. 324.416,00 totalizando
1262 98%, pago até 31/12 R\$3.688.640,00 14%. Ação 2631 estruturação da rede de proteção social
1263 especial R\$43.038.000,00 orçamento desse contingenciado de R\$32.520.269 empenhando até
1264 31/12 R\$ 31.391.769,00 97% de empenho liquidado até 31/12 R\$31.391.769,00 97% de liquidado,
1265 e pago R\$6.821.949,00 pago 21%. Total R\$81.963.000,00 orçamento desse contingenciado de
1266 R\$59.251.456,00, empenhado até 31/12R\$57.716.185,00 97% de empenhado, liquidado até 31/12
1267 R\$57.716.185,00 97% de liquidado e pago R\$10.510.589,00 18%. 2.2.2 despesas com créditos
1268 recebidos, descrição, ação, descrição da ação, orçamento recebido, empenhado até 31/12,
1269 liquidado até 31/12 pago até 31/12. Ação 8893, apoio à organização a gestão e a vigilância social
1270 no território no âmbito do Sistema Único de Assistência Social Capacita SUAS, R\$5.951.392,00,
1271 empenhado R\$5.951.392,00, 100% de liquidado também, R\$5.951.392,00 100% de empenhado e
1272 aqui nesse caso não teve, nada ainda foi pago. Ação 8893 apoio à organização, apoio a
1273 organização, a gestão e a vigilância social no território no âmbito do Sistema Único de Assistência
1274 Social Aprimora Rede, R\$277.260,00 essa era a dotação orçamentária, o empenhado é de
1275 R\$277.260,00 100%, o liquidado de R\$112.700,00 41%, e pago também R\$112.700,00 41%. A Ação
1276 8446, serviço de apoio a gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, R\$529.135.100,00
1277 essa era a dotação orçamentária, o empenhado R\$529.135.100,00 100% empenhado, liquidado
1278 R\$388.521.1329,00 73%, e pago R\$360.548.701,00 67%, o valor descentralizado para o Capacita
1279 SUAS foi para complementar a dotação alocada na unidade orçamentária de 55901. 2.2.3
1280 Despesas com créditos concedidos, Ação 2589, avaliação e operacionalização do benefício de

1281 prestação continuada da assistência social pela Fio Cruz, crédito destacado R\$163.119,00
1282 empenhado até 31/12 R\$163.119,00 100%, não foi liquidado e não foi pago até 31/12. A ação
1283 2630 estruturação da rede de proteção social básica, Marinha do Brasil, o crédito destacado era de
1284 R\$5.982.225,00, o empenhado foi R\$5.982.225,00, 100%, liquidado até 31/12 R\$5.982.225,00
1285 100% de liquidado e pago até 31/12 R\$5.982.225,00, portanto 100% de pagamento. Total
1286 R\$535.363.752,00 de crédito destacado, empenhado até 31/12 R\$53.363.752,00 100% de
1287 empenhado, liquidado até 31/12 R\$308.521.121,00 totalizando 73%, pago até 31/12
1288 R\$360.540.701,00 67% disso. Do total do orçamento aprovado para o fundo nacional de
1289 assistência social foi empenhado o valor de R\$2.700.606.302,00 que representa um percentual de
1290 97%, sendo R\$2.250.824.093,00 relativos aos serviços socioassistenciais e R\$449.783.209,00 das
1291 demais ações. A execução financeira do fundo nacional de assistência social foi de
1292 R\$1.675.495.631,00 concernentes aos serviços socioassistenciais e R\$187.648.605,00 aos outros
1293 programas totalizando R\$1.863.144.236,00. O fundo nacional de assistência social FNS é o
1294 responsável pela execução orçamentária e financeira dos recursos da Ação 8446, serviço de apoio
1295 de ação descentralizada ao Bolsa Família, IGD Bolsa. O Orçamento é descentralizado pela
1296 Secretária Nacional de Renda e Cidadania, SENARC, em favor do fundo. Dos recursos
1297 descentralizados pela referida secretaria no valor de R\$529.135.100,00 foram empenhados na
1298 totalidade e execução financeira foi de R\$360.436.000,00. Três, dos restos a pagar, RAP. As tabelas
1299 abaixo demonstram os saldos de restos a pagar inscritos, cancelados, pagos e a pagar das
1300 unidades UG330113 e 550115, posição até 31/12 total, RP não processadas, inscritos R\$
1301 855.811.964,00, cancelados R\$415.003.438,00, pagos R\$226.086.915,00, a pagar
1302 R\$214.691.611,00. Posição 31/12 total RP processados, inscritos R\$7.453.728,33, cancelados
1303 R\$7.458.028,33, pago R\$700,00 a pagar R\$0. Encaminhamentos, a comissão sugere a plenária
1304 aprovar, a plenária aprovar o relatório final de execução orçamentária e financeira relativo ao ano
1305 de 2014, resolução anexo. Recomendar ao fundo nacional que aponte no relatório final o quanto
1306 faltou de recursos financeiros de 2014, e encaminhar listagem dos municípios que possuem saldo
1307 superior a seis parcelas de recursos em conta. Quatro, definição de pauta para reunião de março.
1308 4.1 apresentação digital número 85 de 2014, que é de realizar estudos para diagnosticar os
1309 problemas no cumprimento das atribuições dos conselhos municipais de assistência social, e do
1310 Conselho de Assistência Social do Distrito Federal CAS/DF, que dificultam o processo de apreciação
1311 e aprovação do plano municipal, do plano de ação, da proposta orçamentária, do órgão gestor, do
1312 fundo municipal de assistência social e do CAS/DF. Assim como também as ações de
1313 acompanhamento, fiscalização e controle da execução orçamentária e financeira dos programas e
1314 dos serviços socioassistenciais e do demonstrativo sintético de execução física financeira
1315 SUASWEB. Apresentação Secretária Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social. 4.2
1316 Relatório da execução, da ação 8249, funcionamento dos conselhos, exercício de 2014. Apreciação
1317 do relatório final da execução orçamentária e financeira referente a ação 8249, funcionamento dos
1318 conselhos. A apresentação será feita pela Secretária Executiva do Conselho Nacional. 4.3
1319 Monitoramento trimestral do plano de ação e 4.4 retorno da visita do Conselho Federal de
1320 contabilidade com possibilidade da presença de um representante do Conselho Federal de
1321 Contabilidade. Assina o documento a Zilene Santana Silva Rabelo, Conselheira da Comissão de
1322 Financiamento e Orçamento do Conselho de Assistência Social - CNAS.” O Presidente observou que
1323 em dois itens havia o percentual de 104%, com o Conselheiro Leovane informando ter sido

1324 colocado mais recurso nessa ação. A seguir, o Conselheiro Leovane passou à leitura da Resolução:
1325 *“Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Conselho Nacional de Assistência Social,*
1326 *minuta, resolução x, de x de fevereiro de 2015, no caso aqui hoje, 26. A plenária do Conselho*
1327 *Nacional de Assistência Social em reunião ordinária realizadas nos dias 24,25 e 26 de fevereiro de*
1328 *2015 no uso de sua competência, que lhe confere os incisos oito e 14 do artigo 18 da lei 8.742 de*
1329 *sete de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS, resolve. Artigo 1º, aprovar o*
1330 *relatório final de execução orçamentária e financeira do fundo nacional de assistência social,*
1331 *exercício 2014 apresentada pela diretoria executiva do Fundo Nacional de Assistência Social DE*
1332 *FNAS, da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e*
1333 *Combate à Fome, planilha anexa. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação,*
1334 *Edvaldo da Silva Ramos, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.”* A seguir, em não
1335 havendo nenhuma observação, o Presidente passou à Secretária-Executiva para a votação
1336 nominal: Conselheira no exercício da titularidade, Elisabete Hernandez: “Pela aprovação”.
1337 Conselheiro titular Alceu Kuhn: “Pela aprovação”. Conselheira Titular Clátia Vieira: “Pela
1338 aprovação”. Conselheiro no exercício da titularidade Thiago Cabral: “Bom dia a todos senhores
1339 Conselheiros. Pela aprovação”. Conselheiro titular Anderson Miranda: “Aprovação”. Conselheira
1340 Titular Patrícia Vieira: “Pela aprovação”. Conselheira Titular Maria Lúcia Marquim: “Pela
1341 aprovação”. Conselheiro titular Samuel: “Pela aprovação da resolução”. Conselheira titular Márcia
1342 Rocha: “Bom dia a todos e todas. Pela aprovação”. Conselheira titular Cláudia Faquinote: “ Bom
1343 dia a todos e todas. Pela aprovação”. Conselheira titular Vice-Presidenta Luziele Tapajós: “Pela
1344 aprovação”. Conselheiro titular Presidente Edivaldo: “Pela aprovação”. O Presidente considerou
1345 aprovado o orçamento pela Resolução por unanimidade pelo Pleno, assim como o Relatório da
1346 Comissão de Financiamento. Indicou a solicitação de Financiamento, muito obrigado. Olha só,
1347 novamente nós temos aqui uma solicitação de alteração da pauta da Comissão de
1348 Acompanhamento de Benefícios e Transferências de Renda, com a Conselheira Juliana informando
1349 que não poderia fazer esse relato no período da tarde, com o Pleno aprovando essa solicitação.
1350 Aparteando, a Conselheira Solange informou ter um tópico no relato da Presidência Ampliada que
1351 era de seu interesse, mas como teria que se retirar, deixaria para o Conselheiro Anderson a
1352 questão. Item Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefício e Transferência de Renda,
1353 pela Conselheira Juliana: *“Comissão de Acompanhamento de Benefício e Transferência de Renda,*
1354 *memórias de reunião. Reunião, a primeira de 2015, data e horário, dia 23/02 das 10h às 18h, local*
1355 *CNAS, Esplanada dos Ministérios, anexo ao bloco F, ala A, sala 108. Conselheiros presentes, Juliana*
1356 *Piccoli Agatte coordenadora, Léa Lúcia Cecílio Braga coordenadora Adjunta, Alceu Kuhn, Leovane*
1357 *Gregório, Margarete Alves Dallaruvera. Convidados, Jarbas Cunha Coordenador Geral Substituto*
1358 *da Coordenação de Regulação do Departamento de Gestão do SUAS, Simone Almeida,*
1359 *Coordenadora Geral do Departamento de Benefícios Assistenciais. Raquel Martins, Coordenadora*
1360 *Geral de Regulação dos Benefícios Assistenciais, Roberta Freitas Lemos MSD, Assessoria*
1361 *Parlamentar, ASPAR. Participante, Daniela Cristina Gerquim Santanta, Marcio Alves Crispim, MDS*
1362 *SNAS, Renan Alves MDS SNAS, Ricardo Romênia CFESS, Secretária Executiva do CNAS, Maria*
1363 *Auxiliadora Pereira, Carolina Ribeiro, Maria Antônia P Valente, Rosiele Bomfim. Um. Apresentação*
1364 *do status de implementação sobre o protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e renda*
1365 *no âmbito do SUAS. Resolução CIT número 07/2009, bem como situar o debate em torno da sua*
1366 *revisão após NOB, Norma Operacional Básica de 2012. O protocolo de gestão integrada de*

1367 *serviços, benefícios e renda tem como objetivo estabelecer procedimentos para oferta prioritária*
1368 *de serviços para as famílias do programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho*
1369 *Infantil, Benefício de Prestação Continuada. No âmbito do protocolo, compete a vigilância*
1370 *socioassistencial nortear o planejamento e a execução de ações a partir do processamento e*
1371 *análise de informações afim de identificar as famílias e seus territórios e promover a inserção delas*
1372 *nos serviços socioassistenciais. Considerando que o protocolo é de 2009, a necessidade de revê-lo e*
1373 *adequá-lo frente as mudanças ocorridas no SUAS. Diante desse cenário, a coordenação geral de*
1374 *regulação do departamento de gestão do SUAS, DGSUAS decidiu realizar estudo para verificar*
1375 *como a aplicação do protocolo está ocorrendo no âmbito dos CRAS e dos CREAS e apoiar na*
1376 *construção de um modelo de fluxo que contempla a real necessidade dos municípios na*
1377 *problemática da integração de serviços e benefícios. Com isso foi contratada consultoria sobre*
1378 *levantamento e análise dos fluxos e procedimentos de integração dos serviços e benefícios,*
1379 *desenvolvidas pela consultora Maria Ângela Ribeiro de Almeida. A metodologia e os resultados da*
1380 *consultoria realizada em 2014 foram apresentadas pelo senhor Jarbas Cunha, Coordenador Geral*
1381 *Substituto da Coordenação de Regulação DGSUAS. Proposta de metodologia da consultoria.*
1382 *Depoimentos da gestão e técnicos que atuam nos CRAS e CREAS por meio de entrevistas em dez*
1383 *municípios brasileiros e no DF, questionário online para averiguar a existência de regulamentação*
1384 *da referida integração e sobre o atendimento dos beneficiários pelos CRAS e CREAS, dados*
1385 *secundários do Censo SUAS disponibilizados nas bases das SAGI. Só uma observação, essa*
1386 *consultoria, ela foi apresentada no final do ano passado, eu estive presente pelo Conselho Nacional*
1387 *e como a gente está falando aqui do protocolo, a gente considerou importante mencionar*
1388 *rapidamente aqui nesse relato, nessa memória, os principais resultados dessa consultoria já que é*
1389 *um assunto pertinente ao SUAS e acho que é importante que todos nós saibamos como é que está*
1390 *esse processo de integração serviço e benefício. Então, rapidamente eu vou apresentar alguns*
1391 *resultados dessa consultoria e depois vai para os encaminhamentos da comissão em si. Resultados*
1392 *da consultoria, apesar do baixo índice de regulamentação municipal os resultados indicam um alto*
1393 *índice de ações voltadas para integrar os usuários do BPF, BPC e PETI, as ações do CRAS e CREAS.*
1394 *Essas ações estão vinculadas, sobretudo, ao acompanhamento de condicionalidades do Programa*
1395 *Bolsa Família e ao reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. O*
1396 *acompanhamento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, esforço de tentar inverter a*
1397 *lógica, de identificar as famílias do programa com antecedência e acompanhá-las independente do*
1398 *descumprimento. Busca pela porta de saída do programa através da preocupação de se incluir*
1399 *todas as crianças vinculadas na escola e visitas as famílias que solicitam entrada no programa. Em*
1400 *relação ao reordenamento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. O SCFV*
1401 *facilitou e estimulou tal integração ao definir seus públicos prioritários, o processo de*
1402 *reordenamento ainda está em transição e os próprios técnicos dos CRAS se perdem em falar de*
1403 *CSV, utilizando-se da nomenclatura PETI e Pró Jovem. A necessidade de explorar mais a*
1404 *complementaridade entre o SCFV e outros serviços do SUAS. Integração espontânea. O público vai*
1405 *aos equipamentos de forma espontânea e é inserido no CAD Único ou se torna beneficiário do PBF*
1406 *tornando-se público prioritário. A integração do beneficiário do BPC não ocorre espontaneamente*
1407 *com a do PBF, pois pensa que pode perder o benefício, precisa de mobilização, comunicação e*
1408 *capacitação. Dados colhidos pelo questionário online indicam que um alto índice de secretarias*
1409 *afirma que os beneficiários do PBF e do BPC percorrem o mesmo percurso feito pelos usuários do*

1410 CRAS, isso é chegam por demanda espontânea e são inseridos conforme suas demandas. Portanto,
1411 a necessidade de se perceber que o processo de integração proposto pelo protocolo exige esforços
1412 para além do espontaneísmo do usuário. O PETI está em fase de transição, os municípios
1413 compreendem que o programa foi absorvido pelo serviço de convivência e foi crescimento de
1414 vínculos, outros estão em fase de revisão das antigas listagens e busca de criança e
1415 adolescentes que esteja em situação de trabalho infantil e não parece haver consenso sobre o que
1416 é trabalho infantil, não apenas na sociedade, mas também entre os profissionais das secretarias de
1417 assistência visitadas. Um baixo número de secretaria que atuam com um gestor específico par ao
1418 programa. Considerações finais da consultoria, sugestões e propostas cabe aos equipamentos do
1419 SUAS trabalhar pelo cumprimento de condicionalidades na linha da prevenção, o foco não é a
1420 família em descumprimento, mas a família PBF, planejar ações que respondam aos anseios da
1421 população e que sejam divulgadas de forma a mobilizar o interesse dos beneficiários do BPC. O
1422 PETI deve ser compreendido como algo fluído que perpassa tanto a proteção social básica quanto
1423 a proteção social especial e que se limita a frequência da criança e adolescente no serviço de
1424 convivência, mas que pressupõe também o trabalho com suas famílias. Vontade política de
1425 organizar a gestão no sentido da vigilância socioassistencial e protagonismo dos processos de
1426 articulação interinstitucional necessários nos termos do protocolo de gestão integrada.
1427 Encaminhamentos. A comissão recomenda a plenária os seguintes encaminhamentos.
1428 Apresentação pela Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS do plano operacional para a
1429 revisão do protocolo de gestão integrada de serviços e benefícios e renda do SUAS, afim de que
1430 essa comissão possa contribuir nas discussões. Recomenda a presidência ampliada solicitar a SNAS
1431 uma apresentação dos resultados do encontro nacional sobre o trabalho social com famílias de
1432 2014 na plenária do CNAS. Afim de que o Conselho conheça o teor do debate sobre serviços no
1433 âmbito do SUAS. Dois. Informe sobre a discussão da regulamentação dos benefícios eventuais na
1434 reunião da Comissão Intergestores Tripartite, CIT, leitura do ofício e a Secretaria Técnica da CIT,
1435 DGSUAS, CNAS número 10 de 2014. Encaminhamentos. A comissão recomenda a plenária os
1436 seguintes encaminhamentos: oficializar ao SEAS sobre a minuta de lei municipal do SUAS.
1437 Recomendar a presidência ampliada que retome a discussão sobre a Resolução CNAS número 39
1438 de 2010 com o Conselho Nacional de Saúde que dispõe sobre o processo de reordenamento dos
1439 benefícios eventuais no âmbito da política de assistência social em relação a política de saúde.
1440 Então para quem não conhece, essa resolução, ela traz o que não é da assistência social e o que
1441 seria da saúde. No entanto, no âmbito dos municípios quando os assistentes sociais têm
1442 interlocução com os profissionais da saúde, ainda não há uma convergência de opiniões em
1443 relação ao que é da assistência e ao que é da saúde, então propõe-se que esse conselho retorne o
1444 diálogo com o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, para que eles aprove
1445 também uma resolução que reforce essa questão dos benefícios eventuais deixando claro o que é
1446 da assistência, o que é da saúde no que tange a essa regulamentação. Demanda recebida pelo
1447 CNAS, ofício número 40 de 2014 do Conselho Municipal de Assistência Social de Toledo, discussão
1448 sobre benefício eventual, situação de vulnerabilidade temporária. O encaminhamento, a comissão
1449 recomenda a plenária o seguinte encaminhamento, que solicite maiores informações para o
1450 município de Toledo referente ao conteúdo do ofício supra citado porque o objeto para a gente não
1451 ficou claro quanto a melhor decisão a ser tomada. Três. Apresentação das propostas e emendas
1452 aos projetos de leis sobre o benefício de prestação continuada e benefícios eventuais visando

1453 *subsidiar a definição de estratégias de atuação da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e*
1454 *Transferência de Renda do Conselho Nacional de Assistência Social em conjunto com a Secretaria*
1455 *Nacional de Assistência Social. A Senhora Raquel Martins, Coordenadora-Geral de Regulação dos*
1456 *Benefícios Assistenciais fez a apresentação dos seguintes conteúdos dos projetos de lei relativos*
1457 *aos benefícios eventuais e ao BPC por tema. Então, aqui são as principais propostas de emendas*
1458 *que surgem ao BPC no âmbito do Congresso Nacional. Alteração do critério econômico.*
1459 *Geralmente alterar o critério de renda de um quarto do salário mínimo, estabelecer outros critérios*
1460 *para caracterizar a incapacidade de promover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa,*
1461 *isentar a pessoa idosa em internação domiciliar mantida pela família da avaliação social, isentar*
1462 *da avaliação social, excluir do cálculo da renda per capita familiar, alteração na avaliação médica*
1463 *do BPC, estender o benefícios às pessoas que possuam incapacidade moderada para a vida*
1464 *independente para o trabalho, portadores de insuficiência renal, portadores de Alzheimer, mal de*
1465 *Parkinson, síndromes de Van hetin hall, microfibromatose, hiperatividade, epilepsia, doenças*
1466 *graves ou crônicas, surdo-mudez desde o nascimento até os 16 anos, doença hereditária associada*
1467 *a fatores raciais, síndrome da imunodeficiência, AIDS, autismo e deficiência múltipla e deficiência*
1468 *mental. Nesse aspecto aqui teve a presença da Secretaria Nacional de Assistência Social, que disse*
1469 *que já evoluiu muito nesse processo de avaliação porque agora não é só uma avaliação medica,*
1470 *mas tem sempre um assistente social que participa dessa perícia considerando outros fatores que*
1471 *não só esse relacionado a essas situações específicas, tem um escopo mais alto, mais de um tema,*
1472 *critério econômico, renda per capita, exclusão de índice de cálculo, doenças, pendência, não*
1473 *compito, redução da idade mínima, abono natalino, mundo do trabalho, prazo de prioridade,*
1474 *prazo de revisão, pagamento pós morte, conceito de pessoa com deficiência, gratuidade.*
1475 *Alterações no Benefício de Prestação Continuada. As alterações sugeridas. Aumentar o valor do*
1476 *BPC pago à pessoa idosa, incluir no BPC as pessoas vítimas de escarpelamento em decorrência de*
1477 *acidentes com embarcações, garantir o empréstimo consignado aos titulares do BPC, eliminar os*
1478 *entraves burocráticos na concessão do benefício, garantir o BPC a pessoa estrangeira, conceder o*
1479 *BPC ao cônjuge, companheiro, companheira na ocasião da morte do beneficiário, normatizar o uso*
1480 *do BPC por parte das unidades de acolhimento ofertar a gratuidade no transporte público ou*
1481 *isenção de impostos para pessoas com deficiência ou idosos, garantir o atendimento prioritário do*
1482 *público do BPC no programa Minha Casa Minha Vida, inclusão do usuário com deficiência no*
1483 *mundo do trabalho, abono natalino, critério idade e processo, dependência e cuidados, elevar o*
1484 *valor pago aos beneficiários que possuam a necessidade de cuidado. Com relação aos benefícios*
1485 *eventuais. Alterar todo o Artigo da LOAS referente aos benefícios eventuais, atribuir à União a*
1486 *responsabilidade sobre a prestação do auxílio funeral, impossibilitar o recebimento do auxílio*
1487 *federal da previdência juntamente com o benefício eventual da assistência social pago em caso de*
1488 *morte, conceituar a vulnerabilidade temporária, conceder auxílio natalidade às mulheres, ou em*
1489 *sua ausência ou morte ao pai ou responsável legal que não possui direito à licença maternidade e*
1490 *que tenham realizado acompanhamento do pré-natal. Novos critérios de acesso em discussão.*
1491 *Embora haja decisão do STF para a adoção de outros fatores de aferição da vulnerabilidade do*
1492 *requerente ao BPC, a definição de novos critérios deve ser feito mediante a realização de estudos*
1493 *específicos considerando inclusive fatores que limitam a participação social de pessoas com*
1494 *deficiência, idosos e os mecanismos para aferição de tais fatores. Em 2014 a cobertura do BPC*
1495 *alcançou 4,1 milhões de beneficiários, sendo 2,25 milhões de pessoas com deficiência e 1,87*

1496 milhões de idosos, representando um investimento em 35,8 bilhões. Para 2015, estima-se que o
1497 BPC beneficiará aproximadamente 2,3 milhões de pessoas com deficiência e 1,95 milhões de
1498 idosos, com investimentos de 39,9 bilhões. Dados de 2014 indicam que a ampliação do atual corte
1499 de renda per capita de um quarto do salário para meio salário mínimo provocaria um aumento de
1500 40,9% na previsão de investimentos no BPC neste ano, requerendo um aporte de 13,3 bilhões, o
1501 que elevaria a estimativa orçamentária à cifra de 53,2 bilhões para garantir o pagamento dos
1502 benefícios naquele exercício. O debate com o Conselho Nacional de Assistência Social sobre
1503 projetos de lei que impactam a vida dos beneficiários do BPC reverbera nos fóruns de discussões
1504 contribuindo para tomada de decisões efetivamente democráticas. Encaminhamentos. A Comissão
1505 recomenda à plenária os seguintes encaminhamentos, que se faça a interlocução com a Comissão
1506 Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social juntamente com a Comissão de
1507 Monitoramento das deliberações, pensando em estratégias para a Conferência haja vista que o
1508 BPC, sempre objeto de proposições em diversos fóruns de discussões e que em virtude disso essa
1509 comissão considera pertinente um maior apreciação e análise deste Conselho em torno das
1510 alterações e reformulações propostas no benefício e levar para a Presidência Ampliada a
1511 importância do CNAS fazer a interlocução ou retomar com a Frente Parlamentar em Defesa da
1512 Assistência Social aqui em diversos assuntos, especificamente no caso da comissão nesses que
1513 lidam com benefícios e renda. Outros Assuntos. Leitura do memorando nº 10 da SNAS, do MDS,
1514 com informações relativas ao BPC, discussão sobre a proposta de evento, atividade conjunta da
1515 SNAS/MDS em comemoração aos vinte anos do BPC, discussão sobre produção pelo MDS de
1516 material específico sobre o BPC para as conferências de assistência social 2015, discussão e
1517 definição de estratégia e divulgação do PBF e do BPC no âmbito dos conselhos de assistência e a
1518 convidada foi a Simone Almeida, Coordenadora-Geral do Departamento de Benefícios Assistenciais
1519 e a Raquel de Fátima Martins. E os encaminhamentos: a comissão recomenda ao plenário os
1520 seguintes encaminhamentos: participar como parceiro da SNAS na divulgação e comemoração dos
1521 20 anos do BPC. E os Conselheiros Leovane Gregório e Juliana Piccoli Agatte estão responsáveis em
1522 rever o plano de ação da comissão e materiais orientadores para a X Conferência Nacional de
1523 Assistência Social". O Presidente indagou se no primeiro encaminhamento a proposta da comissão
1524 era de apresentação para a Comissão, com a concordância da Conselheira Juliana. No item três, o
1525 Conselheiro Thiago questionou a limitação de idade de surdo-mudez desde o nascimento até os 16
1526 ano, com a Conselheira Juliana esclarecendo ser um compilado da ASPAR não sabendo explicar
1527 essa questão. O Conselheiro Thiago citou a questão sobre a garantia de empréstimo consignado
1528 aos titulares do BPC, sendo complexa para análise. A Conselheira Elisabeth observou que não teria
1529 como responder sobre a limitação de idade, tendo que pautar o Conselho Nacional de Saúde e
1530 incluir na agenda uma apresentação talvez para a próxima reunião da Comissão, esclarecendo
1531 diversos pontos. O Conselheiro Leovane indagou sobre o item alteração na avaliação médica do
1532 BPC, com a Conselheira Juliana informando que os textos constavam na apresentação da
1533 Secretaria Nacional de Assistência, inclusive o termo "deficiência mental", que havia sido
1534 questionado. A Conselheira Maria Lúcia parabenizou a Comissão, com esse trabalho retratando o
1535 que os municípios vinham pautando, com a dificuldade de entendimento desses benefícios
1536 eventuais com a saúde, o protocolo de gestão, ademais dos outros itens, que repassaria para o
1537 CONGEMAS. Em não havendo mais nenhuma observação, o Presidente considerou o Relato da
1538 Comissão de Acompanhamento de Benefício e Transferência de Renda aprovado pelo Pleno. Item

1539 Relato da Comissão de Política, pelo Conselheiro Anderson: *“Reunião da Comissão de Política de*
1540 *Assistência Social, fevereiro de 2015, memória da reunião. Reunião 001/2015. Data e horário, 24*
1541 *de fevereiro de 2015, 9h às 16h. Local: CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo ao Bloco F, Ala A,*
1542 *sala 108. Conselheiros e Conselheiras presentes: Anderson Lopes Miranda, Edivaldo da Silva*
1543 *Ramos, Eufrásia Agizzio, José Ferreira da Crus, Jucileide Ferreira do Nascimento, Maria das Graças*
1544 *Soares Prola, Mariana Souza Silva, Margareth Alves Dallaruvera. Convidados: Jaime Adriano,*
1545 *Diretor Substituto DGSUAS, Secretaria Nacional de Assistência Social, Márcia Cristina L. Goes,*
1546 *CONGEMAS, Maria das Graças S. Prola, FONSEAS. Participantes: Paulo Martins CONSEAS São*
1547 *Paulo, Marlene Merisse, CFEAS, Maria Silvia Boscaiano, CONSEAS São Paulo, Gabriela Biazzi,*
1548 *COMAS São Paulo, Jadir de ASSIS, BPS/MDS, e Raquel Pinheiros, Departamento PSI/MDS.*
1549 *Secretaria-Executiva, Maria Auxiliadora Pereira, Carolina Ribeiro, Maria Antônia P. Valente, Rosiele*
1550 *Bonfim. Ponto um, Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS Estadual, Municipal e do DF.*
1551 *Convidados, Jaime Adriano, Diretor Substituto DGSUAS/SNAS, Márcia Cristina L. Góes, CONGEMAS,*
1552 *e Maria das Graças S. Prola, FONSEAS. Na Reunião da Comissão de Política de Assistência Social*
1553 *em dezembro de 2014 foram discutidos os desafios para o ano de 2015 considerando as ações*
1554 *previstas pelo seu plano de ação e definiu como ação prioritária o acompanhamento e a*
1555 *fiscalização por parte do CNAS dos Conselhos Municipais, Estaduais e do Distrito Federal no*
1556 *cumprimento das prioridades e metas dos pactos de aprimoramento da gestão do SUAS,*
1557 *considerando que as prioridades e metas constantes desse pacto abrange parte das ações do plano*
1558 *de ação e apresenta-se como o principal desafio dessa comissão para o fortalecimento e a*
1559 *consolidação do Sistema Único de Assistência Social como política de proteção social como política*
1560 *de proteção social. O senhor Jayme, diretor substituto do DG SUAS, informou que, em relação ao*
1561 *Pacto de Gestão Municipal, que o debate sobre os pactos é de fundamental importância e função,*
1562 *que em 2015 haverá o processo de conferências. Que está focado no planejamento do Sistema*
1563 *Único de Assistência Social para os próximos dez anos. Informou que a apuração das metas do*
1564 *Pacto de Gestão Municipal é anual. Foi feita uma apuração das mesmas, com base no Censo SUAS*
1565 *de 2013, e está prevista outra avaliação, com base no Censo SUAS 2014. Anunciou que será*
1566 *disponibilizado para os gestores e conselheiros o relatório de informações que traz dados de cada*
1567 *município em relação ao cumprimento das prioridades e metas do Pacto de Gestão Municipal.*
1568 *Uma importante ferramenta, que, em construção, e que orientará os municípios no seu*
1569 *planejamento da gestão do controle social do SUAS. Quanto ao Pacto de aprimoramento do*
1570 *Sistema Único de Assistência Social Estadual e do DF, informou que o Pacto de Gestão Estadual e*
1571 *do DF está em sua terceira edição. E a NOB traz o indicativo de que esse processo de planejamento*
1572 *seja casado com a elaboração do Plano Plurianual. Ressaltou que está prevista a Avaliação do*
1573 *Pacto Estadual e do DF com os dados do Censo SUAS 2014 e em 2015 será feita a pactuação para o*
1574 *próximo quadriênio com os estados e DF. Informou, que no caso das prioridades e metas dos*
1575 *estados e DF, tem-se dificuldade em elaborar um relatório de informação, considerando que as*
1576 *mesmas são mais amplas. Representante do CONGEMAS. A senhora Márcia Cristina Leal Góes,*
1577 *representante do CONGEMAS apresentou como desafio questões relacionadas à falta de equipe de*
1578 *trabalhadores do SUAS, necessidade de nivelamento conceitual, dificuldade territorial. No caso da*
1579 *Região Norte que interfere no atendimento dos prazos para implementação da política em relação*
1580 *à dificuldade de comunicação, informatização, transporte entre outros. Representante do*
1581 *FONSEAS. A senhora Maria da Graça S. Prola, representante do FONSEAS, apresentou avaliação*

1582 coletiva do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e do DF, feito por representantes dos
1583 estados, enumerou os principais desafios e contribuições para avançar na implementação do SUAS,
1584 a saber. Prioridade 1: adequação de nomenclaturas, sendo que a maioria segue a lógica
1585 organizacional do próprio Ministério do Desenvolvimento Social. Prevalece como dificuldade a
1586 composição das equipes dos quadros próprios. Um desafio importante é: avançarmos nos estudos
1587 a serem conduzidos pela Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS, quanto à composição das
1588 equipes estaduais. Prioridade 2: na regionalização de serviços o que se demandou, a redução de
1589 estudos territoriais e planejamento, é necessário fazer uma avaliação mais detalhada dos quais
1590 regionais avançaram, mas em alguns estados pactuaram na CIB valores maiores que o patamar
1591 mínimo, ou seja, seus pactos na esfera estadual avançaram para além dos pactos específicos
1592 produzido entre 2013 e 2014. Prioridade 3: uma das ações previstas no pacto é estreitar a relação
1593 com o Governo Federal no sentido de unificar as orientações, o que constitui o desafio a ser
1594 priorizado. Prioridade 4: algumas capacitações podem ser ofertadas nacionalmente para
1595 atingirmos uma escala maior, considerando as possibilidades dos recursos formativos. Prioridade
1596 5: o sistema de informação e monitoramento unificado é um pleito antigo dos estados. Sobretudo,
1597 na produção de estudos e diagnósticos de violações. Os estados produzem seu próprio sistema,
1598 sendo um desafio presente à unificação. Prioridade 6: alguns estados, especialmente, em relação
1599 de maior vulnerabilidade social, persistem serviços de Proteção Social Básica como de
1600 responsabilidade dos estados. Uma nova avaliação deverá indicar que quase a totalidade dos
1601 estados cumpriram essa meta. Prioridade 7: uma nova apuração dos pactos indicará a realidade
1602 do cofinanciamento e instituição do repasse fundo a fundo. Não é uma realidade de todos os
1603 estados, mas muitos avançaram nesse sentido. Esta prioridade certamente será redimensionada
1604 no novo patamar de desenvolvimento já que precisamos realizar o estudo de custo a ser
1605 apresentado pelo Governo Federal, mas cada CIB pode produzir estudos para a viabilidade às
1606 realidades. Prioridade 8: o apoio aos conselhos estaduais tem sido um avanço relatado pelos
1607 secretários, considerando que a maioria já desenvolvia tal responsabilidade, assim como não
1608 proveram da adequação legislativas. Encaminhamento: I. A Comissão recomenda à Plenária os
1609 seguintes encaminhamentos: A - A conselheira Graça Prola irá submeter à direção do FONSEAS a
1610 sugestão de inclusão na pauta da discussão do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e do
1611 DF no Encontro Nacional, em maio de 2015; B - que a Comissão de Política pautar, na reunião de
1612 maio, a discussão das prioridades, respectivas metas de gestão municipal 2014, 2017, focando nas
1613 prioridades e metas específicas da Proteção Social Básica, conforme a Resolução CNAS nº 18/2013
1614 Artigo 2º Inciso Alínea AH. Solicitar ao Departamento de Gestão do SUAS dados detalhados sobre
1615 acompanhamento das metas e prioridades específicas para os municípios no âmbito da Proteção
1616 Social Básica. Convidar o DG SUAS e o Departamento de Proteção Social Básica para apresentar
1617 esses dados relacionados no âmbito da Proteção Social Básica em consonância com o Relatório de
1618 Informações - RI - e as estratégias que estão sendo adotadas ou possíveis ações que possam vir a
1619 ser implementadas para apoiar os municípios na superação sobre os acompanhamentos das metas
1620 e prioridades específicas para os municípios; II. Definição de pauta para março de 2015,
1621 Representação e Representatividade dos Trabalhadores e Usuário. A - apresentação pela
1622 Subcomissão de Trabalhadores, José Crus - Comissão de Política de Assistência Social, Margareth
1623 Dallaruvera - Comissão de Política de Assistência Social e Clátia Vieira - Comissão de
1624 Acompanhamento aos Conselhos, do documento que tratará dos seguintes aspectos: da concepção

1625 e o mérito sobre a representação e participação do governo e sociedade civil dos trabalhadores nos
1626 conselhos e nas conferências de Assistência Social; quem são os trabalhadores do Sistema Único de
1627 Assistência Social; considerar os portes dos municípios entre outros. B - Apresentação pela
1628 Subcomissão de Usuários: Juliana Agatte - Comissão de Política de Assistência Social, Anderson
1629 Miranda - Comissão de Política de Assistência Social, e Aldenora Gonzalez - Comissão de
1630 Acompanhamento aos Conselhos, do documento que tratará dos seguintes aspectos: da concepção
1631 e o mérito sobre a representação e participação do governo e sociedade civil dos usuários nos
1632 conselhos e nas Conferências de Assistência Social; da participação dos usuários nos espaços de
1633 controle social no âmbito de Assistência Social.” O Presidente destacou a ferramenta apresentada
1634 pelo diretor Jaime e que traria muitos avanços, apresentando ponto a ponto do Pacto, as metas
1635 alcançadas e as que não haviam conseguido, facilitando para os CMAS monitorarem a execução do
1636 pacto no âmbito do município. A Conselheira Maria Lúcia cumprimentou a Comissão pelo trabalho
1637 realizado, a inclusão na pauta da discussão do Pacto de Aprimoramento e as dificuldades
1638 existentes nos municípios, mas que certamente com as novas ações haveria a consolidação de
1639 muitas metas. O Conselheiro Anderson destacou a importância do debate realizado na Comissão,
1640 sentindo a fragilidade dos municípios, dos estados nas reuniões regionais de não conhecerem o
1641 Pacto, com a Comissão buscando nova metodologia para esse entendimento, ademais da
1642 importância do SUAS. A Conselheira Cláudia indicou a pauta de 2015, sendo que no relato da
1643 Comissão de Normas traziam uma proposta para o mês de março, sobre a análise, o debate e a
1644 discussão da revisão do Decreto 5.003 de 4 de março de 2004, que dispõe sobre o processo de
1645 escolha dos representantes da sociedade civil no CNAS, sugerindo a realização de um debate
1646 conjunto Normas e Política para tratar do tema. O Conselheiro Anderson informou que a Comissão
1647 de Política se reuniria com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, indagando se esse
1648 encontro poderia ser em maio, com a concordância da Conselheira Cláudia. A Conselheira Márcia
1649 indicou que haviam deixado pré-agendado para maio a discussão do Vínculo SUAS com a Comissão
1650 de Normas sendo que esses temas seriam tratados nessa oportunidade. Que a pedido da
1651 Secretaria, para fins de registro, ratificava-se que no mês de março ficavam mantidas as pautas já
1652 estabelecidas pelas Comissões. Em não havendo mais nenhuma observação, o Presidente
1653 submeteu à apreciação do Pleno o relato da Comissão de Política, com o mesmo sendo aprovado.
1654 **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para
1655 retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente solicitou à Secretária-
1656 Executiva a Conferência do quorum: Conselheiros titulares presentes: Luziele Tapajós; Maria Lúcia
1657 Marquim; Raimunda Cadó; Cláudia Faquinote; Márcia Rocha; Alceu Kuhn; Anderson Miranda;
1658 Samuel Rodrigues; Kátia Vieira; Edvaldo da Silva Ramos. Conselheiras no exercício da titularidade:
1659 Juliana Piccoli Agatte. Conselheiros suplentes: Thiago Cabral; Naelson Ferreira; Aldenora Gonzalez;
1660 Carmen Fogaça; Jucileide Nascimento; Leovane Gregório e Dulcinéia Francisco. Item Relato da
1661 Reunião da Presidência Ampliada, pela Conselheira Luziele: “*Memória da reunião da Presidência
1662 ampliada. Reunião 1, 2015. Data: 24 de Fevereiro de 2015. Horário: 16h e 30 minutos às 20 horas.
1663 Participantes da Presidência ampliada: Edvaldo da Silva Ramos, Presidente do CNAS; Luziele
1664 Tapajós, Vice-Presidente do CNAS; Anderson Miranda, coordenador da Comissão de Política de
1665 Assistência Social; Cláudia Faquinote, Coordenadora da Comissão de Normas da Assistência Social;
1666 Zilene Rabelo, membro da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência social; Solange
1667 Teixeira, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social.*

1668 *Secretaria Executiva: Maria Auxiliadora Pereira. Secretaria Executiva Substituta do CNAS: Silva Nice*
1669 *Souza, Apoio ao Gabinete; Thaís Braga, Apoio ao Gabinete; Maria do Socorro Cruz, Apoio ao*
1670 *Gabinete. “Item 1 – Informe sobre as reuniões das comissões do CNAS: os coordenadores*
1671 *informaram nos principais assuntos discutidos nas reuniões das comissões, realizadas nos dias 23 e*
1672 *24 de Fevereiro de 2015. Alguns assuntos foram trazidos ao conhecimento da Presidência*
1673 *ampliada para discussão e encaminhamentos.”. “A) Comissão de acompanhamento aos Conselhos:*
1674 *a Presidência ampliada propõe que a relatoria das reuniões regionais do CNAS com os Conselhos*
1675 *Estaduais e CAS-DF, sejam realizadas pela equipe técnica da Secretaria Executiva, por meio de*
1676 *leituras, sistematização da degravação das referidas reuniões.”. “B) Comissão de normas: quanto a*
1677 *sugestão de criação da Subcomissão de Entidades, a Presidência ampliada encaminha a demanda*
1678 *para Comissão de Normas, para que posteriormente pautar essa discussão em conjunto com a*
1679 *Comissão de Política.”. “C) Comissão de Acompanhamento e Transferência de Renda: foram*
1680 *propostas à Presidência ampliada os seguintes pontos: pautar no CNAS a apresentação pela SNAS*
1681 *do resultado do encontro nacional sobre trabalho social com famílias realizado em 2014; que o*
1682 *CNAS retome o Conselho Nacional de Saúde a discussão da resolução do CNAS 39 de 2010 que*
1683 *dispõe sobre o processo de reordenamento dos benefícios eventuais; retomada pelo CNAS da*
1684 *articulação com a frente parlamentar em defesa da assistência social, visando a garantia dos*
1685 *benefícios socioassistenciais e a transferência de renda nas propostas de emendas aos projetos de*
1686 *lei sobre o BPC, benefícios eventuais e bolsa família...” Deve ser aí, não é? “2) Pedido de*
1687 *substituição da representante do Ministério da Saúde no CNAS: a Secretaria Executiva do*
1688 *Ministério da Saúde encaminhou a indicação da Senhora Mariana Souza Silva para compor o CNAS*
1689 *em substituição a conselheira Elizabeth Souza Calhare, na qualidade de membro suplente do*
1690 *Governo.”. “Encaminhamentos: enviar ofício a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde*
1691 *reconhecendo e agradecendo a excelente contribuição da conselheira Elizabeth pela sua atuação*
1692 *no CNAS representando aquele Ministério.”. “A Secretaria Executiva fará o encaminhamento do*
1693 *período de substituição a SNAS, com vistas ao gabinete da ministra para publicação de portaria de*
1694 *substituição.”. “Item 3) Solicitação do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) de inclusão na*
1695 *pauta do CNAS da discussão do documento elaborado pelo CONAD, que visa regulamentar as*
1696 *comunidades terapêuticas. Apesar deste tema ser do âmbito da saúde o CFESS afirma que este*
1697 *documento apresenta diversos aspectos que precisam ser debatidos pelos espaços de controle*
1698 *social da Assistência Social considerando a importância do debate e a urgência dessa temática. Em*
1699 *encaminhamento, a Presidência ampliada propõe que o tema seja pautado na reunião da*
1700 *Comissão de Política em Maio, tendo como convidados, um representante do CONAD e um*
1701 *representante do CFESS.” “Item 4) Denúncias: 4.1) expediente enviado pela Vereadora de Campo*
1702 *Grande, Thaís Helena, relatando caso, onde o Prefeito de Campo Grande, Mato Grosso do Sul tenta*
1703 *interferir no controle social. Ao convocar reunião extraordinária do Conselho Municipal de*
1704 *Assistência Social, tendo como pauta assinada por ele, a formação de uma comissão ad hoc, com a*
1705 *finalidade específica de apreciar, aprovar, deliberar sobre repasse de recursos as entidades*
1706 *governamentais e não governamentais que mantém convênios com administração municipal e que*
1707 *dizem respeito ao planejamento de cofinanciamento encaminhado pela secretaria de assistência*
1708 *social. A Vereadora ressaltou que será de suma importância para o bom andamento do controle*
1709 *social de Campo Grade, Mato Grosso do Sul, um parecer do CNAS constando papel do Conselho.”.*
1710 *“Encaminhamentos: enviar expediente à Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo*

1711 Grande externando preocupação do CNAS com o impedimento da atuação do Conselho de
1712 Assistência Social, cópia desse ofício ao CNAS deve ser encaminhado para conhecimento do
1713 Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Grande; Solicitar ao Conselho Estadual do
1714 Mato Grosso do Sul que acompanhe a situação junto a gestão municipal; Encaminhar a demanda
1715 ao Ministério Público; Responder a Vereadora sobre os encaminhamentos dados pelo CNAS.”. “4.2)
1716 O Conselho Municipal de Assistência Social de Unai, Mato Grosso... Minas Gerais, encaminhou
1717 ofício número 60, 2014, CMAS, referente ao remanejamento da destinação dos recursos públicos
1718 até então repassados ao serviço de acolhimento institucional da modalidade abrigo, mantido por
1719 uma entidade da Sociedade Civil, para manutenção do serviço da modalidade casas lares. Diante
1720 da prestação precária, em que vinham sendo mantidos os referidos equipamentos e após
1721 discussões, foi deliberado o redirecionamento do recurso para as casas lares, que contou com voto
1722 favorável de uma Assistente Social que detém uma cadeira na representação do CMAS. Após o
1723 posicionamento da profissional, a mesa foi demitida pela referida entidade, o que pode estar
1724 relacionado a retaliação pelo seu posicionamento no exercício da sua função como conselheira.
1725 Diante do exposto, o Conselho Municipal de Unai solicita manifestação do CNAS com vistas a
1726 apurar os fatos e a proceder com providências cabíveis.”. “Encaminhamento: encaminhar ofício ao
1727 Conselho Municipal de Unai e sugerir que encaminhe a demanda às entidades de classe ao fórum
1728 estadual dos trabalhadores do SUAS, e ao Comitê de Ética do CMAS para apuração dos fatos.”.
1729 “4.3) Manifestação formalizada da ouvidoria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a
1730 Fome que versa sobre supostas irregularidades na atuação do Conselho Municipal de Assistência
1731 Social de Louveira, São Paulo. Segundo denúncia, o Conselho Municipal de Louveira, realiza
1732 cadastramento de entidades que não existem, não fiscaliza o CRAS e CREAS, não realiza
1733 acompanhamento de recursos, utiliza recursos de forma incorreta, dentre outras irregularidades.”.
1734 “Encaminhamentos: pedir ofício ao Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo e à
1735 Gestão Municipal, para conhecimento e providências cabíveis, e retorno ao CNAS, e dar retorno do
1736 andamento à ouvidoria do MDS sobre os encaminhamentos adotados pelo CNAS.”. “4.4) O
1737 Conselho Estadual de assistência social de Roraima, (CEAS-Roraima) solicita ao CNAS uma
1738 orientação acerca de como proceder junto à Gestão Estadual, em relação a autonomia de seu
1739 colegiado. Seguem trechos da mensagem eletrônica enviada em 12 de Fevereiro de 2015. Desde
1740 que a Secretária Estadual do Trabalho e Bem-estar Social assumiu a pasta, o CEAS-Roraima, vem
1741 sendo vítima da sua liberdade de atuação, enquanto instância de controle social da política pública
1742 de assistência social. Muitas são as arbitrariedades cometidas que afetam não somente ao
1743 Conselho Estadual, mas ao SUAS no estado. Como houve mudança de governo, conseqüentemente
1744 80% dos conselheiros governamentais foram exonerados pelas secretarias que compõe o colegiado
1745 e até o momento não foram substituídos. Especificamente, em relação ao CEAS-Roraima, a gestão
1746 estadual não respeitou ao cumprimento do mandato da coordenação do colegiado que encerra em
1747 20 de Março de 2015. Mesmo com a manifestação do colegiado, houve a manifestação oficial da
1748 gestão para substituição da conselheira que hoje é Vice-Presidente do CEAS-Roraima. Quando o
1749 processo eleitoral para composição da Diretoria do CEAS-Roraima, houve a manifestação oficial da
1750 gestão anterior para o cumprimento do mandato de 1 ano, fato desrespeitado pela Secretária. A
1751 Secretária executiva também teve sua portaria revogada sem prévia manifestação ao colegiado,
1752 fato que afeta gravemente ao Conselho. Sobre este assunto, estivemos em conversa com a
1753 Secretária adjunta, pois a titular da pasta não nos recebe, passando a responsabilidade dos

1754 *Conselhos à adjunta, atitude que o Conselho considera desrespeitosa. A Governadora de Roraima,*
1755 *Sueli Campos, publicou em Janeiro um decreto suspendendo viagens para fora do estado, e diárias*
1756 *por 180 dias, o que compromete o cumprimento da agenda deste colegiado com as reuniões*
1757 *regionais do FONASEAS, e outras atividades do Conselho. Mesmo tendo recursos disponíveis no*
1758 *GDSUAS e BBF, somos impedidos através deste decreto de realizar o nosso papel. Diante de todo o*
1759 *exposto, procuramos o Ministério Público para buscarmos um posicionamento, mas estes nos*
1760 *disseram que não podem nos ajudar, que no caso, deveríamos buscar a Defensoria, ou*
1761 *contratássemos um advogado. Anos de conferências municipais de assistência social e da estadual,*
1762 *nos preocupamos com a realização das mesmas, uma vez que temos a responsabilidade de*
1763 *acompanhamento das conferência municipais. Até o presente momento não planejamos nada*
1764 *referente às mesmas, pois não temos... Estamos tendo condições de trabalho. O CEAS-Roraima já*
1765 *não sabe mais como agir diante dessas situações, por isso recorreremos ao Conselho nacional, na*
1766 *esperança que tenhamos uma resposta que satisfaça o colegiado, principalmente, a Sociedade Civil*
1767 *que compõe o SEAS, esta tem sido guerreira na busca da autonomia do Conselho social do SUAS*
1768 *em nosso estado.”. “Encaminhamento: enviar ofício a Secretária estadual de assistência social de*
1769 *Roraima, relacionando os itens da denúncia referente aos recursos solicitando retorno ao CNAS.”.*
1770 *“4.5) Indícios de aplicação inadequada do recurso federal destinado ao CRAS na cidade de*
1771 *Potiraguá, Bahia. Demanda encaminhada por um conselheiro municipal de assistência social do*
1772 *município de Potiraguá, Bahia, por meio do qual informa que o impasse que não foi resolvido*
1773 *relacionado a prestação de contas do governo federal do ano de 2013. Ele solicitou via ofício a*
1774 *cópia dos documentos para apreciação de prestação de contas, porém não foi respondido pela*
1775 *Secretaria Executiva e pela Gestão Municipal, sob alegação informal que os conselheiros teriam*
1776 *que ir até a secretaria municipal de assistência social para terem acesso aos documentos, sem*
1777 *poder fazer cópias ou pedir orientações de especialistas que não fossem do quadro da gestão,*
1778 *tendo em vista que a prestação de contas foi submetida a aprovação sem apreciação dos*
1779 *conselheiros, pede apoio e orientação do CNAS para saber qual conduta que deve ser adotada por*
1780 *ele, enquanto conselheiro do Conselho Municipal.”. “Encaminhamento: enviar expediente ao*
1781 *Conselho Municipal de Potiraguá, Bahia, para manifestação quanto ao assunto.”. “5) Convites: 5.1)*
1782 *A campanha nacional, criança não é de rua (CNER) convida o conselheiro Anderson Miranda, para*
1783 *participar do segundo seminário nacional da rede de atenção a criança e adolescente em situação*
1784 *de rua no dia 18 de Março do cenário da campanha nacional, criança não é de rua, no dia 19 de*
1785 *Março de 2015, em Brasília DF.”. “Encaminhamentos: responder que em virtude do seminário*
1786 *coincidir com a 231ª Reunião Ordinária do CNAS, não será possível a participação do conselheiro.”.*
1787 *“5.2) Convite para o quinquagésimo painel latino-americano de integração que abordará o tema:*
1788 *os avanços integracionistas do desenvolvimento social, saúde e educação da América Latina nos*
1789 *dias 21 de Março de 2015, em Curitiba, Paraná. O Presidente Edvaldo da Silva Ramos foi convidado*
1790 *a participar da plenária no dia 20 de Março às 14 horas com pronunciamento de 20 minutos para*
1791 *expor sobre as ações, programas e projetos na integração do Conselho Nacional de Assistência*
1792 *Social. E às 19 horas para solenidade de recebimento da medalha de prova, a Medalha para*
1793 *Integração Simon Bolívar, por sua liderança e ação política administrativa em prol do*
1794 *desenvolvimento de integração social no Brasil. Com esse dispositivo sobre os estados da*
1795 *federação, os países Latino Americanos. O tradicional evento será realizado no dia 21 de Março em*
1796 *Curitiba, Paraná.”. “Encaminhamento: a Secretaria Executiva do CNAS buscará mais informações*

1797 sobre a referida instituição e após análise, será confirmada a possível participação do Presidente
1798 do CNAS.". "5.3) Segundo fórum municipal de transparência e controle social de Parauapebas,
1799 Pará, o Conselho Municipal de Parauapebas, Pará, convida o conselheiro Anderson Miranda para
1800 participar do segundo fórum municipal de transparência e controle social de Parauapebas, que
1801 será realizado nos dias 19 e 20 de Março de 2015, na qualidade de conferencista para expor sobre
1802 o tema "sociedade no acompanhamento e controle da gestão do SUAS.". "Encaminhamentos:
1803 responder que em virtude do plenário coincidir com a 231ª Reunião do CNAS, não será possível a
1804 participação do conselheiro... (risos)...". "5.4) Conferências municipais de assistência social: o
1805 Conselho Municipal de Assistência Social de Parauapebas, Pará, convida o Presidente do CNAS
1806 para participar como conferencista da décima conferência municipal de assistência social de
1807 Parauapebas, que será realizada nos dias 25 e 26 Junho de 2015.". "Encaminhamento: agradecer o
1808 convite e informar a impossibilidade de participação do CNAS.". "5.5) O Conselho Estadual de
1809 Assistência Social do Mato Grosso, convida o Presidente do CNAS para a cerimônia de posse dos
1810 conselheiros e conselheiras do CEAS-Mato Grosso, para o biênio 2015-2017, no dia 20 de Março de
1811 2015.". "Encaminhamento: agradecer o convite e informar a impossibilidade de participação do
1812 CNAS e parabenizar, e desejar profícuo trabalho a nova gestão.". "5.6) O colegiado nacional de
1813 gestores municipais de assistência social, CONGEMAS, convidam o Presidente do CNAS para
1814 participar do encontro regional Norte do CONGEMAS, cujo tema será: a implementação do Sistema
1815 Único de Assistência Social, SUAS, na prática cotidiana da gestão pública, nos dias 5 e 6 de Março
1816 de 2015, em Barcarena, no Pará. A Presidência ampliada indica participação do Presidente do
1817 CNAS no evento.". "5.7) Conselho Municipal do Direito da Pessoa com Deficiência de Campo
1818 Mourão, Paraná, convida o Presidente do CNAS para proferir palestra magna sobre a inscrição de
1819 entidade de assistência social nos Conselhos de assistência social no encontro regional de
1820 entidades de gestores e trabalhadores no dia 24 de Março de 2015 em Campo Mourão.".
1821 Encaminhamento: informar a impossibilidade de participação do CNAS devido a conflito de
1822 agenda, informando que o CNAS se coloca a disposição para sugerir nome de pessoas de Curitiba,
1823 Paraná para participar do evento..." Pará, não é? Paraná. "6) Moção. 6.1) Moção de repúdio do
1824 Conselho Federal do Serviço Social (SEFEAS) aprovado na quadragésima terceiro encontro
1825 Nacional, SEFESCRES. Os assistentes sociais reunidos no quadragésimo terceiro encontro nacional
1826 do SEFESCRES, realizado de 18 a 21 de Setembro de 2014, na cidade de Brasília, vem por meio
1827 desta, repudiar contratação de pregão de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social,
1828 SUAS, contrariando o que está previsto na norma operacional básica de Recursos Humanos, NOB-
1829 RH SUAS, e toda a luta da classe trabalhadora, reforçando com esta atitude, uma das formas
1830 graves de precarização do trabalho. Repudiamos ainda todo e qualquer contratação de assistentes
1831 sociais por meio de pregão em qualquer contexto ou situação, seja por órgão ou entidades públicas
1832 da união, do estados e dos municípios, por afrontar a dignidade do assistente social enquanto
1833 trabalhador, e por representar um leilão de serviços, com aviltamento da retribuição devida ao
1834 profissional. Brasília, 21 de Setembro de 2014, aprovada na plenária final da quadragésima
1835 terceira... Do quadragésimo terceiro encontro Nacional, SEFESCRES, Conselho Federal do Serviço
1836 Social, CFESS.". "7) Informes: 7.1) A prefeitura municipal de Bueno Brandão, em Minas Gerais, por
1837 meio do ofício 029 de 2014... (intervenção feita fora do microfone)... Que analise a situação do
1838 município em relação ao programa ACSUAS trabalho, tendo em vista que ultrapassou o mínimo
1839 exigido de vagas no ano de 2013 e de 2014. Cópia do expediente foi encaminhada ao

1840 departamento de proteção social especial da SNAS, que respondeu ao interessado informando que
1841 avaliou que o município não recebeu o número de vagas pactuadas pelo PRONATEC, Brasil sem
1842 miséria, em 2014 para o programa ACSUAS, por que o critério de elegibilidade, metas do referido
1843 programa foram definidas com base na pactuação do dia 14 de Maio de 2014 conforme dados do
1844 CISTEC.". "7.2) O Conselho Municipal de Assistência Municipal, o CMAS de Goiânia, informa que foi
1845 editado o Decreto Municipal número 37 de 2015, dia 8 de Janeiro de 2015, pelo prefeito de
1846 Goiânia, que trata da gestão compartilhada do fundo municipal de assistência social, com a
1847 secretaria municipal de finanças. O CMAS de Goiânia enviou o expediente por meio do ofício 18 de
1848 2015, no intuito de dar conhecimento ao CNAS sobre as ações da prefeitura de Goiânia, além de
1849 informar que está tomando medidas cabíveis para continuar atuando em suas funções no sentido
1850 da imediata suspensão e interrupção de toda e qualquer medida tomada sob a vigência do decreto
1851 municipal, número 37 de 2015, especialmente... Especialmente... (risos)... Especialmente, a
1852 aplicação da fatídica gestão compartilhada com a secretaria municipal de finanças com ingerência
1853 com o fundo municipal de assistência social. O SEAS ressalta que tal ato...". É o CMAS, não é? Por
1854 que não é o SEAS aí não. Acho que é CMAS. "O CMAS ressalta que tal ato prova o desconhecimento
1855 do prefeito em relação a política de assistência social, concentrando na secretaria municipal de
1856 finanças, a gestão dos 5 principais fundos municipais. Fere a constituição federal em não promover
1857 a consulta aos órgãos de representação quanto a medida, e ainda prejudica a atuação do CMAS de
1858 Goiânia e autonomia do FMAS.". "7.3) A secretaria municipal de assistência social de Goiânia
1859 encaminhou ofício número 1995 de 2014, GABCEMAS, em resposta ao ofício do CNAS número 109
1860 de 2014, pré SNAS-MDS, que enviou àquela secretaria, manifestação do Conselho Municipal de
1861 Assistência Social de Goiânia, sobre dificuldade existente no município, no que diz respeito a falta
1862 de estrutura para o seu adequado funcionamento, irregularidades no repasse em aplicação de
1863 recursos naquele município, dentre outros. No documento a CEMAS, Goiânia fornece vários
1864 esclarecimentos e afirma compreender a necessidade de fortalecimento do controle social que era
1865 estabelecido pela atuação de um Conselho participativo. Em momento algum a gestão e a pasta
1866 procurou desmobilizar ou retaliar as ações do Conselho Municipal. A dificuldade financeira por quê
1867 passa a prefeitura de Goiânia tem causado sérios problemas em vários setores. As gestoras da
1868 CEMAS tem buscado honrar os compromissos financeiros com as conveniadas, com os locadores de
1869 imóveis, prestadores de serviço, com fornecedores de equipamentos e materiais de consumo.
1870 Reitera que mesmo ao encontrar tantas dificuldades, é ideal manter a coesão entre Conselho,
1871 fundo municipal e plano municipal de assistência social, para que a política de assistência social
1872 para que a política de assistência social se fortaleça.". "Encaminhamento: enviar cópia da resposta
1873 da secretaria municipal de assistência social de Goiânia para o Conselho Municipal de Goiânia.". "7.4) Resposta do cartunista Maurício de Souza, manifestação do CNAS, dia internacional das
1874 pessoas com deficiência. A referida resposta foi encaminhada aos conselheiros do CNAS, incluída
1875 como notícia no blog do CNAS.". "7.5) Retorno dos senadores da república quanto a moção de
1876 apoio a política nacional de participação social e ao sistema de participação social. Senador Blairo
1877 Maggi manifesta em restrito apoio a instituição da política nacional de participação social.
1878 Senador Eduardo Braga tomou conhecimento do documento. Senador Jaime Campos informa que
1879 acompanhará a tramitação com toda a atenção e interesse, levando em consideração as razões
1880 apresentadas.". "7.6) A Secretaria de Desenvolvimento Social da Cidadania de Direitos Humanos
1881 de Olinda, Pernambuco, encaminhou ao CNAS 2 DVDs da décima conferência municipal de
1882

1883 assistência social de Olinda de 2013. 7.7) O Conselho Estadual de assistência social de Santa
1884 Catarina informa que o fórum eletivo da Sociedade Civil para gestão do biênio 2015-2017, ocorrerá
1885 no dia 24 de Fevereiro de 2015, no auditório da Secretaria de Estado da Assistência Social Trabalho
1886 e Habitação, SST, em Florianópolis, Santa Catarina.”. “7.8) O Conselho Municipal de assistência
1887 social de João Batista da Glória, Minas Gerais, informou no dia 20 de Novembro de 2014, ocorreu a
1888 posse da nova gestão.”. “7.9) O Conselho Municipal de Assistência Social de Maritá, Rio de Janeiro,
1889 informou por meio do ofício 96/2014, que o ADIUNE, o programa Bolsa Família, o programa Renda
1890 Melhor Jovem e demais programas de transferência de renda voltarão a ficar sob a
1891 responsabilidade da secretaria municipal de assistência social de Maritá.”. “7.10) Manifestação do
1892 departamento de políticas de saúde e segurança operacional do Ministério da Previdência Social,
1893 em resposta ao ofício número 59/2014/Presidência/CNAS/MDS, por meio do qual aquele CNAS
1894 encaminha àquele Ministério o ofício número 99/2014 da organização nacional do Cegos do Brasil
1895 (ONCB) tecendo críticas ao instrumento utilizado pela perícia do INSS para avaliação da deficiência
1896 para fins de concessão de aposentadoria da pessoa com deficiência. Na nota número 65/2014 o
1897 diretor do departamento de políticas de saúde e segurança operacional faz várias considerações
1898 sobre a portaria interministerial número 01/2014 que aprova o instrumento destinado para
1899 avaliação do segurado da previdência social, e a identificação dos graus de deficiência, bem como
1900 define impedimento de longo prazo. Na mesma nota, informou estar em andamento o estudo por
1901 meio do termo de cooperação técnica com a Universidade de Brasília, sobre o assunto que será
1902 concluído no primeiro semestre de 2015. Embasado nas conclusões apresentadas será possível
1903 aferir a necessidade de alterações na portaria interministerial número 01/2014.”.
1904 “Encaminhamento: enviar resposta ao ofício da Presidência social a organização nacional; enviar
1905 resposta do Ministério da previdência social a organização nacional dos Cegos do Brasil (ONCB).”.
1906 “7.11) Nota do Ministério do Planejamento quanto a indicação do servidor temporário para
1907 compor colegiadas governamentais. A nota estabelece que o contratado temporário não poderá
1908 exercer atividades em colegiado, ou comissões de órgão governamental, permanência ou
1909 transitórios, na condição de representante de ente estatal, salvo na condição sem remuneração e
1910 em assentos não destinados aos órgãos governamentais, observando-se as regras de não
1911 cumulatividade de cargos públicos de conflito de interesse.”. “7.12) Solicitação de Secretaria
1912 Executiva do MDS, Marcelo Cardona de reunião com Presidência ampliada do CNAS, no dia 26 do
1913 02, às 18 horas no CNAS.”. “Encaminhamento: encaminhar e-mail da Presidência para os
1914 conselheiros do CNAS integrantes da Presidência ampliada confirmando a referida reunião.”.
1915 “7.13) A secretaria Nacional de Assistência Social enviou o memorando circular número
1916 53/201/gabinete/CNAS/MDS encaminhando cópia de instrução normativa número 01, de 05 de
1917 Novembro de 2014, publicada pela Ouvidoria Geral da Controladoria Geral da União, cujo
1918 instrumento assegura ao cidadão, o direito participar da gestão da administração pública, bem
1919 como estabelece prazos para respostas às manifestações recepcionadas nas ouvidorias de 20 dias,
1920 prorrogável por mais 10 dias.”. “7.14) Reunião da Secretaria Executiva do CNAS com ouvidoria do
1921 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. A equipe da Secretaria Executiva do
1922 CNAS, representada pelos servidores, Maria Auxiliadora Pereira, Bechara Miranda, Marlene
1923 Azevedo, Carolina Ribeiro, Rosângela Almeida, Silvani Souza, participaram de reunião com a
1924 ouvidora Mônica Ribeiro no dia 4 do 02 de 2015 para tratar da adaptação do tratamento de
1925 denúncia em atendimento. A Instrução Normativa número 1 de 5 de Novembro de 2014 da

1926 ouvidoria geral da União, AGU, que estabelece normas de recebimento e tratamento de denúncias
1927 anônimas, e estabelece diretrizes para reserva de entidade do denunciante. Inicialmente, a
1928 ouvidora, Mônica Ribeiro informou sobre as demandas recebidas pelos três canais formais e
1929 institucionais de atendimento ao cidadão. Central 0800-707-2003, ouvidoria e serviços de
1930 informação ao cidadão (SIC). Comunicou da implantação do sistema de demandas da ouvidoria,
1931 SGD, para tratar as denúncias em cada setor do MDS, objetivando dar celeridade nas respostas ao
1932 denunciante em até 20 dias, conforme dispõe o artigo 8 da Instrução Normativa. Comunicou sobre
1933 a plataforma digital sobre serviço sobre o cidadão no site do MDS nomeado, MDS para você, que
1934 traz informações simples e diretas sobre os programas e ações do Ministério e as formas de
1935 acessá-los. A plataforma digital inovadora de fácil navegação, que com linguagem simples e
1936 direta, constitui a carta de serviço ao cidadão do Ministério, e é a primeira neste formato entre os
1937 órgãos e entidades do poder executivo e federal. Criada pelo decreto número 6.932 da Presidência
1938 da repúblicas, a carta de serviço ao cidadão deve conter informações, horas e precisas em relação
1939 a cada um dos serviços prestados pelos órgãos e entidades do poder executivo federal. O endereço
1940 para acesso do site é, <http://mdsparavoce.mds.gov.br>. A ouvidoria do MDS fez as seguintes
1941 colocações: demonstra interesse em participar da décima Conferência Nacional de Assistência
1942 Social e considera a conferência um espaço importante para promover o acesso da população a
1943 políticas públicas com mais transparência e inclusão. Solicitou a divulgação da carta de serviço ao
1944 cidadão do MDS nos meios de comunicação do CNAS. Colocou-se a disposição para apresentar a
1945 instrução normativa, IN, em reunião do CNAS, e expor sobre os serviços prestados ao cidadão pelos
1946 canais de atendimento, colocou-se a disposição para contribuir se necessário na atualização da
1947 resolução do CNAS número 4/2011, que estabelece os procedimentos aplicáveis as denúncias
1948 recebidas no CNAS, em relação a instrução Normativa.". "7.15) Reunião da Secretaria Executiva do
1949 CNAS com serviço de informação (SIC/SNAS/MDS). No dia 12 de Fevereiro, a Secretaria Executiva
1950 do CNAS, representada pelos servidores, Maria Auxiliadora Pereira, Bechara Miranda, Marlene
1951 Azevedo, Carolina Ribeiro, Rosangela Almeida, Regina Sermolde, Maria Levaneide, Jean Eleto,
1952 Celda Souza, Suzany Oliveira, Thais Braga, Randriene Maia e Silvani Souza, participaram de
1953 reunião com Renata Furtado, assessora da SNAS para tratar da lei de acesso a informação (LAI). A
1954 servidora expôs sobre o trâmite das demandas recepcionadas pelo SNAS, SIC, e o que é
1955 demandado para o CNAS no que diz respeito ao controle social. O prazo de resposta ao cidadão é
1956 de 20 dias. Ainda segundo a LAI, o acesso a informações públicas é assegurado pelo serviço de
1957 informações aos cidadãos (SIC). Os pedidos de informações com base na Lei de Acesso a
1958 Informação devem ser feitos pelo endereço eletrônico
1959 <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>. No dia 13 de Fevereiro, uma equipe da Secretaria
1960 Executiva do CNAS participou de reunião na SNAS, a fim de tratar da unificação do tratamento das
1961 demandas da ouvidoria, e informar os pontos focais que serão responsáveis pela recepção e envio
1962 de resposta ao cidadão no prazo determinado pela LAI.". "Ponto 8) Proposta de pauta da 231ª
1963 Reunião Ordinária do CNAS, Anexo A. Proposta de pauta da 231ª Reunião Ordinária do CNAS, 17
1964 de Março de 2015, comissões temáticas de 9h as 16h, reunião da comissão de acompanhamento
1965 aos Conselhos, reunião da comissão de financiamento e orçamento, reunião da comissão de
1966 normas, reunião da comissão de política. 16h as 19h, reunião da Presidência ampliada, 18 de
1967 Março de 2015, plenária. 9h às 9h15 aprovação da ata da 230ª Reunião Ordinária do CNAS, e da
1968 pauta da 231ª Reunião Ordinária. 9h15 às 10h30 informes da Presidência à Secretaria Executiva

1969 MDS, SIT, FONSEAS, CONGEMAS e conselheiros. 10h30 às 12h, apresentação dos resultados do
1970 encontro nacional sobre o trabalho social com famílias. Convidado, CNAS. 14h as 18h, relato da
1971 comissão organizadora da décima Conferência Nacional de Assistência Social. 19 de Março de
1972 2015, plenária. 9h as 10h30, relato da Presidência ampliada. 10h30 às 12h, relato da comissão de
1973 monitoramento das deliberações, a confirmar. 14h as 15h relato da comissão de financiamento e
1974 orçamento. 15h as 16h relato da comissão de política. 16h às 17h, relato da comissão de
1975 acompanhamento aos Conselhos e 17h as 18h, relato da comissão de normas.”. O Presidente
1976 indicou que no item 3 havia um documento, com a Conselheira Jucileide explicando o tema e
1977 passando à sua leitura: “Data 25 de Fevereiro de 2015. Local: CNAS. O objetivo, conforme
1978 deliberado na plenária do CNAS de 25 de Fevereiro, foi que um grupo de pessoas indicadas pela
1979 plenária, deveriam analisar a proposta de minuta de resolução do CONAD, Conselho Nacional de
1980 Política sobre Drogas, que trata da regulamentação das comunidades terapêuticas e propõe o
1981 encaminhamento do CNAS para apresentação na plenária hoje, 25 de Fevereiro... 26. Então, os
1982 participantes, José Cruz do MDS, a Mariana Souza que, na verdade eu vou solicitar que o nome
1983 dela fique como convidada, por que ela não está ainda como conselheira, e no momento da
1984 redação do documento nós havíamos colocado como conselheira, mas ela fica lá como convidada.
1985 Graça Prola, FONSEAS; Mariana, destaca aí para convidada. Jucileide Nascimento; Leovane; e o
1986 Anderson, a ausência dele no momento da discussão do documento se justifica por que ao mesmo
1987 tempo estava acontecendo a reunião dos usuários, mas ele teve ciência do documento antes de ser
1988 apresentado aqui agora. E como... A Telma do MDS. E como convidados, os representantes do
1989 Ministério da Saúde e do MDS convidaram pessoas que tem assento no CONAD, que vem
1990 discutindo essa temática desde o ano passado. Pode passar lá... A Marlene também do Conselho
1991 Federal, que o Conselho Federal foi o que provocou essa demanda e participa também do fórum
1992 nacional dos trabalhadores do SUAS; a Luziana Maranhão que é do COFITO, foi convidada para
1993 fazer essa discussão, que também representa o fórum nacional dos trabalhadores do SUAS; a Ana
1994 Paula do MDS; o Rodrigo, que ele é do MDS e participa como conselheiro lá do CONAD, ele vem
1995 acompanhando, tem um acúmulo sobre esse discussão; Pedro do Ministério da Saúde, e que
1996 também é conselheiro do CONAD. Esses foram... É. Mariana. Esses foram nossos convidados e aqui
1997 desde já agradecer a participação deles, por que a qualidade do debate se deu muito pela
1998 presença desses convidados, eles trouxeram muitas informações e detalhamentos, como esse
1999 processo está no CONAD. Então, no primeiro momento da reunião, os representantes do MDS e do
2000 Ministério, contextualizaram o debate no governo, em torno da atenção às pessoas com
2001 problemas decorrentes do uso abusivo ou dependência a substâncias psicoativas. Esta
2002 contextualização foi complementada pelos representantes dos Ministérios que estão no CONAD que
2003 foram aquelas pessoas que eu citei anteriormente. Acerca do debate específico da minuta da
2004 resolução do CONAD. Complementaram a contextualização com a vinculação desse debate ao
2005 plano, “crac, é possível vencer”, e à questão das comunidades terapêuticas. Eles explicitaram
2006 também a relação do debate no congresso nacional, onde existe em tramitação o PL 7663 do
2007 deputado Osmar Terra, que reconhece as comunidades terapêuticas, e que já tramitou na câmara
2008 dos deputados e agora está no Senado para ser analisado e aprovado, ou não. Os representantes
2009 defenderam... Os representantes do Ministério da Saúde e do MDS que tem assento no CONAD,
2010 que são os representantes conselheiros. Defenderam a necessidade da regulamentação das
2011 comunidades terapêuticas, tendo em vista o montante dos recursos públicos repassados sem

2012 controle, e a incidência das comunidades terapêuticas, que tem ampliado em quantidade de
2013 unidades e de pessoas acolhidas. Então, na sequência, após esse esclarecimento de como é que
2014 está a discussão no âmbito do governo, o Conselho Federal de serviço social trouxe o debate
2015 realizado no interior do conjunto SEFESCRES, e da produção da nota técnica que já foi divulgada
2016 amplamente no site do Conselho Federal e que inclusive foi apresentada na plenária do CNAS,
2017 onde nessa nota problematiza detalhadamente a minuta de resolução e questiona a posição do
2018 CONAD que reconhece as comunidades terapêuticas propondo a sua regulamentação, o que
2019 segundo o Conselho Federal, caracteriza desrespeito aos princípios do SUS e do SUAS, e da lei da
2020 reforma psiquiátrica, a lei 10.216. Aponta também o não reconhecimento da intersetorialidade,
2021 desrespeitando as demais políticas sociais em instância de controle social. A referida minuta de
2022 resolução, tramitou sem promover o amplo debate do mérito nos Conselhos de políticas envolvidos
2023 nessa temática, como o Conselho Nacional de Assistência, o Conselho Nacional de Saúde, e
2024 CONANDA. Conclui, explicitando a sua posição contra as comunidades terapêuticas em defesa do
2025 SUS. O COFITO por sua vez apresenta situações concretas de violação de direitos humanos
2026 praticado no interior das comunidades terapêuticas, práticas terapêuticas oferecidas sem equipes
2027 de profissionais com competência para tal, colocando em risco a vida das pessoas e causando
2028 desassistência pela ausência da prática terapêutica. Informa que grande parte dessas
2029 comunidades oferece a terapia ocupacional, como parte do tratamento, sem ter profissional
2030 habilitado, o que representa uma fraude e o exercício ilegal da profissão. Coloca-se também,
2031 contra a minuta de resolução em defesa do SUS. Diante do debate, o grupo identificou como
2032 principais pontos polêmicos e de tensão: primeiro ponto: o acolhimento mencionado na resolução
2033 se refere a usuários em todos os ciclos de vida, em situação ou não de rua, homens e mulheres, e
2034 destaque para complexidade de atendimento a crianças e adolescentes. A questão trata de
2035 unidades de acolhimento, mas o texto se refere a uma ação terapêutica de tratamento, mesmo
2036 sem a obrigatoriedade de uma equipe, e sem considerar o SUS como exigência de inclusão na rede.
2037 Na resolução, a descrição do uso de atividades pelos usuários, apresenta contraditórios quando
2038 caracteriza as atividades de alto cuidado, organização e limpeza do ambiente, laborais,
2039 desenvolvimento da espiritualidade, e outras, como sendo terapêuticas sem sê-lo. Enquanto o
2040 serviço é de acolhimento e prestado com recurso público, portanto, laico. O debate feito pelas
2041 comunidades terapêuticas que não querem ficar na saúde, mas na assistência social. O
2042 financiamento das comunidades terapêuticas quer um montante significativo, até Outubro de
2043 2014, o Ministério da Justiça havia repassado 92 milhões de reais segundo os dados do CONAD, o
2044 atendimento e a atenção aos usuários dependentes de drogas, tem interface contra as políticas
2045 que não foram incluídas no debate, assim como os espaços de controle social, Conselhos. E a
2046 posição da minuta já adota as comunidades terapêuticas como sendo consensuada. É necessário
2047 ouvir os Conselhos, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Assistência, CONANDA, e
2048 ampliar o debate com outros atores incluídos no processo. Não se trata de simplesmente regular
2049 as comunidades terapêuticas, mas de fortalecer o SUS e a rede proteção já prevista no sistema,
2050 como CAPS-AD, os leitos de acolhida nos hospitais e o consultório de rua. O prazo exíguo para
2051 manifestação no CNAS, uma vez que entrou em debate no dia 25, e o prazo para consulta termina
2052 no dia 28. Diante disso as propostas de encaminhamento para o Conselho que foi isso que foi
2053 pedido para esse grupo. Primeiro, solicitar o PRONAD prorrogação do prazo para apreciar e votar o
2054 texto final com resultado da consulta pública prevista para próxima plenária, dia 10 e 11 de Março,

2055 a plenária do CONAD. Segundo, promover reunião entre os Conselhos, CNAS, CNS, CONANDA e
2056 CONAD, para discutir o atendimento de usuários e dependentes de drogas, ressaltando o
2057 fortalecimento e a intersectorialidade do SUS e do SUAS, incluindo o debate das comunidades
2058 terapêuticas e da minuta de resolução. Encaminhar junto aos Conselhos estaduais de Assistência
2059 Social documento para se engajarem a esse debate. Encaminhar junto aos Conselhos estaduais de
2060 assistência social documentos para engajarem nessa discussão”. A Conselheira Carmen sugeriu
2061 incluir outros Conselhos, como o CONANDA e o Conselho Nacional de Direitos Humanos, que
2062 também tratavam dessa matéria. A Sra. Mariana esclareceu como o Ministério da Saúde vinha
2063 tratando dessa questão, as normas publicadas, as reuniões que participava e os serviços
2064 prestados, solicitando, também, a inclusão do Conselho Nacional de Juventude e no relatório
2065 incluir representantes e convidados, considerando que ainda não havia sido nomeada. O
2066 Conselheiro Anderson informou que o documento estava sendo encaminhado para o CONAD, e
2067 trazer para a Comissão de Política, considerando a sua relevância. A Sra. Mariana sugeriu enviar
2068 um convite formal do CNAS para o Ministério da Saúde participar dessa discussão, com o
2069 Presidente considerando aprovadas as sugestões feitas. Conforme o encaminhamento, o tema
2070 seria tratado em maio pela Comissão de Política, mas caso não houvesse agenda, seria debatido
2071 em junho, com o Conselheiro Anderson concordando com essa proposta, haja vista a agenda
2072 concreta que havia para maio. No item 4.1, o Conselheiro Thiago citou o terceiro item,
2073 “encaminhar demanda ao Ministério Público”, indagando quem faria esse encaminhamento, com
2074 o Presidente esclarecendo que o CNAS encaminharia ao Ministério Público Estadual, fazendo-se
2075 essa complementação. O Conselheiro Naelson observou que a denúncia procedia, discorrendo
2076 sobre o acontecido e estando correto o encaminhamento da Presidência Ampliada, solicitando
2077 que a questão fosse levada ao conhecimento da Comissão de Apoio aos Conselhos. O Presidente
2078 relatou os procedimentos tomados, estando acatada a sugestão do Conselheiro Naelson. A
2079 Conselheira Jucileide indicou o item 4.2, sugerindo que também fosse encaminhado para o
2080 Conselho Federal de Serviço Social, para acompanhamento junto ao CRES. O Conselheiro
2081 Anderson informou que a Conselheira Margareth fazia essa mesma solicitação para a FENAS, para
2082 apuração dos fatos, com esses encaminhamentos sendo acatados. No item 4.4, o Conselheiro
2083 Thiago informou que constava a manifestação dirigida ao CNAS, mas sem assinatura, com o
2084 Presidente esclarecendo ser enviado pelo Presidente do Conselho de forma pessoal, e com a
2085 Secretaria fazendo essa revisão e indicando o remetente. No item 4.5, o Conselheiro Thiago
2086 indicou que na terceira linha fala assim, “por meio do qual informa que é um impasse que não foi
2087 resolvido relacionado a prestação de contas do Governo Federal”, questionando se seria Federal
2088 mesmo, com a Conselheira Luziele esclarecendo a situação e confirmando esse encaminhamento
2089 mais ampliado. Após mais alguns esclarecimentos, a Conselheira Carmen indicou o item 7.10,
2090 solicitando ter acesso ao ofício encaminhado pela Previdência Social, ao que o Presidente
2091 concordou com esse pedido. O Presidente falou sobre o item 7.12 tem um informe, com a
2092 Secretaria-Executiva do MDS solicitando uma reunião com a Presidência Ampliada, e como alguns
2093 dos Conselheiros governamentais não poder participar devido a outros compromissos, haviam
2094 deliberado por convidar dois outros Conselheiros desse segmento para estabelecer a paridade
2095 nessa reunião com o Secretário Marcelo Cardona, às 18h. O Conselheiro Thiago observou que
2096 como a Ministra participaria da reunião de março, sugeriu que fosse no dia 18 as 14h,
2097 considerando a sua agenda. O Presidente falou sobre a reunião da Comissão Organizadora a ser

2098 realizada em três dias, indicando os temas tratados e sugerindo convidar a Ministra das 10h30 às
2099 12h, trazendo os resultados do Brasil Sem Miséria. A Conselheira Aldenora indicou a proposta da
2100 Comissão de Monitoramento de fazer sua reunião no dia 13 de abril, antecedendo a
2101 Descentralizada, mas não havendo relato, com o Presidente sugerindo retirar esse ponto. O
2102 Presidente submeteu o Relato da Presidência ampliada, com o mesmo sendo aprovado pelo Pleno.
2103 Item Relato da Comissão de Monitoramento das Deliberações da Conferência, pela Conselheira
2104 Aldenora: *“Memória da reunião de comissão de monitoramento das deliberações da Conferências
2105 nacionais da assistência social. Reunião 001/2015 dia 23 de fevereiro de 2015 das 10h as 18h, na
2106 Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, sala 115. Conselheiros presentes: Aldenora
2107 Gomes Gonzalez – coordenadora, Jucileide Nascimento, Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim,
2108 Naelson da Silva Ferreira. Convidados: Quésia de Oliveira Silva – coordenação geral de serviço de
2109 convivência e fortalecimento de vínculos MDS, Raissa Santos Oliveira - coordenação geral de
2110 serviço de convivência e fortalecimento de vínculos MDS. Secretária Executiva: Bechara Miranda,
2111 Celda Maria, Marlene Azevedo, Rosangela Almeida, Suzany Gonçalves. 1 – Informes: a conselheira
2112 Aldenora informou que por motivos de agenda institucional o coordenador adjunto, conselheiro
2113 Fabio Bruni, não poderá participar dessa reunião. 2 – Instrumental do monitoramento das
2114 deliberações da Conferência: após apresentação da plenária do dia 11/12/2014 surgiram
2115 sugestões de encaminhamentos em relação a aprimoramento do instrumental de monitoramento
2116 das deliberações da conferência, segue as orientações da plenária: melhorar o documento no que
2117 se refere a natureza das deliberações, aprimorar, disponibilizar e orientar os conselhos estaduais,
2118 municipais e DF no preenchimento do instrumental, avaliação do SUAS no sentido de monitorar as
2119 deliberações. Descrever em cada bloco de assunto as orientações. Publicação virtual do documento
2120 final do apanhado das deliberações. Caderno de orientações CEAS, CAES-DF, Conselhos Municipais.
2121 A partir das orientações expostas a Comissão encaminhou a reunião com base em atender a essa
2122 demanda conforme explicitamos abaixo: inserir campo para que nas deliberações que estão
2123 implementadas, em andamento e não implementadas possam ser divididas por bloco. Inserir
2124 campo nas deliberações em andamento para que seja informado o estágio em que se encontram
2125 as providências. Orientar que no caso justificar das deliberações não implementadas sejam
2126 descritos fatores que impedem implementação para subsidiar os conselhos em suas ações e
2127 orientar os conselhos para que descrevam as deliberações no documento e não apenas as
2128 quantifiquem. Após a leitura do instrumental 1 a comissão adequou o mesmo visando uma melhor
2129 compreensão para preenchimento colocando em ênfase os encaminhamentos destacados na
2130 plenária na reunião anterior. Anexo instrumental 1 e orientações para preenchimento do
2131 instrumental 1. Encaminhamentos: a comissão sugere a plenária: incorporar todas as orientações
2132 de preenchimento em um caderno de orientações ao CEAS, CAIS-DF e Conselhos Municipais.
2133 Sugerir o tema das orientações aos conselhos na reunião da comissão de acompanhamento aos
2134 conselhos e publicar CNAS Informa com as orientações. Observação: a comissão avalia que é
2135 necessário que seja definido o formato da X Conferência Nacional e de Assistência Social para que
2136 se proceda os encaminhamentos acima. 3 – Estudo do Plano Decenal do SUAS. A comissão achou
2137 pertinente postergar para a próxima reunião o estudo do plano decenal tendo em vista os
2138 desdobramentos da reuniões da comissão organizadora da X Conferência Nacional de Assistência
2139 Social. Encaminhamentos: a comissão sugere a plenária: convidar SNAS para apresentação dos
2140 resultados do Plano Decenal para a próxima reunião. A comissão sugere reunião extraordinária*

2141 para o dia 13/04/2015. 4 – Pauta da próxima reunião: Estudo do plano decenal e debate acerca
2142 dos encaminhamentos da comissão organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social
2143 referente ao plano decenal. Aldenora Gomes Gonzalez, Coordenadora da Comissão de
2144 Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social.” A seguir,
2145 procedeu à leitura do instrumental: “Instrumental 1, avaliação local do SUAS: Esse instrumental
2146 visa sistematizar análise do SUAS em cada esfera de governo tendo em vista o debate das
2147 deliberações por estes a luz das normativas obrigatórias do SUAS e do plano decenal conforme
2148 orientações em anexo. Aí nós temos diversos pontos a serem preenchidos. O primeiro é esfera de
2149 Governo, Município, Estado e DF. O segundo é o eixo, nós estamos aqui falando da nona
2150 Conferência. O terceiro é a situação das deliberações e aí nós temos diversos quadros que podem
2151 ser repetidos quantas vezes forem necessárias que está escrito assim, o primeiro quadro é a
2152 deliberação, no segundo quadro é a letra a) se ela está implementada, b) se ela está em
2153 andamento, c) se é não implementada e ao lado a justificativa de acordo com as normativas. O 3.1
2154 é o consolidado das deliberações por eixo e aí nós trazemos aqui um exemplo dos seis eixos que
2155 foram utilizados na nona Conferência a serem preenchidos, é o eixo 1) consolidado das
2156 deliberações por bloco de assunto. No bloco de assunto do eixo 1 fala sobre os investimentos, o
2157 cofinanciamento dos serviços, o custo dos serviços e as despesas obrigatórias e ao lado tem para
2158 dizer o número de deliberações em relação a cada bloco, as deliberações implementadas, em
2159 andamento e as deliberações não implementadas. E aí prossegue o segundo eixo, tem dois pontos
2160 no bloco de assunto que é a vigilância socioassistencial, monitoramento, avaliação e informação e
2161 gestão compartilhada do SUAS e acompanha o mesmo formato, dizer o número de deliberações
2162 em relação a cada bloco, se foram implementadas, se estão em andamento e se são deliberações
2163 não implementadas. No eixo 3 nós temos 3 blocos de assunto: capacitação e educação
2164 permanente, afetação da Lei de responsabilidade fiscal, gestão do trabalho e ao lado também o
2165 mesmo procedimento, dizer qual número de deliberação em cada bloco, se foram implementadas,
2166 se estão em andamento e se são deliberações não implementadas. No eixo 4, bloco de assuntos é
2167 usuário do SUAS, normatização e equipamentos e serviços e da mesma forma, dizer o número de
2168 deliberações para cada bloco, para cada assunto perdão, as deliberações implementadas,
2169 deliberações em andamento e deliberações não implementadas. Eixo 5 mesmo procedimento, só
2170 que os blocos de assunto é o programa Bolsa Família, benefício de prestação continuada. O eixo 6
2171 nós temos três blocos de assunto: regionalização dos serviços do SUAS e seu financiamento,
2172 comunidades tradicionais e infraestrutura do estado para implementação do SUAS nos municípios
2173 e procede da mesma forma, dizer o número de deliberações para cada assunto, se elas foram
2174 implementadas, se elas estão em andamento e se são deliberações não implementadas. O item 4 é
2175 análise do órgão gestor da assistência social. O 4.1 é assinatura do responsável pelo órgão gestor
2176 da assistência. O 4.2 é a data. O 5 é análise do conselho de assistência social. O 5.1 é assinatura do
2177 responsável pelo conselho de assistência social. Esta é a leitura da proposta de instrumental. Eu
2178 vou fazer a leitura agora das orientações para o preenchimento. Avaliação local do SUAS, o
2179 instrumental apresentado é o recurso da fase preparatória das Conferências municipais, estaduais
2180 e do Distrito Federal para o registro da avaliação das deliberações de Conferências anteriores
2181 conforme documento de orientação do CNAS. Nesse sentido visa contribuir para o debate durante
2182 as conferências permitindo avaliar o acúmulo da política de assistência social em termos de
2183 construção, realização, impedimentos e dificuldades. Será um diagnóstico, portanto, que permitirá

2184 *identificar deliberações realizadas, em andamento ou ainda não realizadas. O preenchimento*
2185 *deste compete ao órgão gestor que conjuntamente com o conselho procederá análise e avaliação*
2186 *de cada um dos eixos temáticos definidos para a IX Conferência nacional de assistência social*
2187 *considerando os objetivos dos eixos e as respectivas normativas, para tanto, deve-se agrupar as*
2188 *deliberações das Conferências anteriores conforme os seis eixos temáticos da IX Conferência*
2189 *nacional de assistência social. Observação: a íntegra das normativas pode ser consultada em*
2190 *http://www.mds.gov.br/cnas/legislação. Segue abaixo as orientações para o preenchimento dos*
2191 *campos do formulário. Aqui eu vou ler, na verdade, o que eu já fiz anteriormente só que de forma*
2192 *mais explicada, mais clara. No campo 1 é esfera de governo: identifica a esfera de governo*
2193 *correspondente do órgão gestor responsável pelo preenchimento desse instrumental. Campo 2,*
2194 *eixo: identificar o eixo conforme descritos abaixo: eixo 1, cofinanciamento obrigatório de*
2195 *assistência social com os objetivos específicos, avaliar o atual quadro da gestão orçamentária*
2196 *financeira, fortalecer o orçamento próprio para o cofinanciamento da política de assistência social,*
2197 *promover o conhecimento sobre o ciclo orçamentário e suas peças bem como prazos,*
2198 *interlocutores. Afirmar junto aos gestores o compromisso do cofinanciamento da política de*
2199 *assistência social por meio de mecanismos institucionais e outros tomando como premissa o*
2200 *exercício do controle social. Lei nº 8.742/93 LOA - Lei Orgânica da Assistência Social que dispõe*
2201 *sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Lei 9.604/98 dispõe sobre a*
2202 *prestação de contas, de aplicação de recursos a que se refere a Lei 8.742 de 7 de dezembro de*
2203 *1993 e dá outras providências. Relação com a ADIN 1.934 prestação de contas da aplicação dos*
2204 *recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social feita diretamente no Tribunal de Contas*
2205 *do Estado e do Distrito Federal. Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 que é a Lei de*
2206 *responsabilidade fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na*
2207 *gestão fiscal e dá outras providência”. Indagou se faria a leitura das legislações colocadas abaixo*
2208 *de cada eixo, com o Presidente considerando não ser necessário. A seguir, passou para o campo 3:*
2209 *“Descrever a situação em que as deliberações se encontram, se implementada, em andamento ou*
2210 *não implementada. Entende-se por implementada aquelas que já foram concluídas, em*
2211 *andamento aquelas que estão em processo de implementação e não implementada aquelas que*
2212 *não foram realizadas. Justificativa de acordo com as normativas; para o preenchimento desse*
2213 *campo será necessário consultar as normativas LOAS, Política Nacional de Assistência Social, NOB*
2214 *SUAS 2012, NOB RH, o Plano de Assistência Social, Política Nacional de Educação Permanente e*
2215 *etc. 3.1) Consolidado das deliberações por eixo: Informar o percentual do atual estágio de*
2216 *implementação deliberações. Campo 4 análise do gestor da assistência social: campo destinado a*
2217 *avaliação sintética sobre o eixo a partir dos elementos destacados na análise. Este documento*
2218 *deve ser assinado e datado pelo responsável pelo órgão gestor da assistência social. Campo 5:*
2219 *análise do conselho de assistência social: campo destinado para avaliação e parecer do Conselho*
2220 *sobre o eixo validando e apontando avanço convergências e divergências na análise”. A*
2221 *Conselheira Claudia parabenizou a comissão, destacando a importância do GT, ponderando que*
2222 *poderiam pensar futuramente em estratégias metodológicas que possibilitassem ter dados de*
2223 *monitoramento sobre a execução das deliberações. A Conselheira Luziele parabenizou a comissão*
2224 *pelo trabalho, ponderando que esse sistema poderia vir a ser disponibilizado para estados e*
2225 *municípios via CNAS, discorrendo como poderia ser implementado, com o Presidente*
2226 *concordando com essa proposta de criação de um aplicativo. A. Conselheira Graça Prola indagou*

2227 sobre a instância nacional, lembrando que na última Conferência haviam deliberado que o resgate
2228 das deliberações seria nos três níveis, questionando, também, que encaminhamentos a Comissão
2229 de Monitoramento e o próprio Conselho estavam dando para as deliberações das Conferências. O
2230 Presidente falou não ter entendido a observação contida abaixo do encaminhamento, que dizia
2231 que a Comissão precisaria aguardar a definição do formato para proceder com os
2232 encaminhamentos. A Conselheira Aldenora esclareceu que o instrumental 2 fazia a avaliação
2233 nacional e o 1 era apenas para município, estado e DF. Quando às deliberações, esclareceu que a
2234 Comissão não havia chegado no estágio de avaliação, discutindo os procedimentos que tomariam.
2235 Manifestou preocupação devido a que a Comissão Organizadora da X Conferência tinha feito a
2236 primeira reunião, não tendo muito material concreto, sugerindo que a próxima reunião da
2237 Comissão de Monitoramento fosse em 13 de abril e não em março, acontecendo duas reuniões da
2238 Comissão Organizadora para poder subsidiar as ações seguintes. O Presidente observou que
2239 pensava o contrário, com a Comissão Organizadora precisando do trabalho da Comissão de
2240 Monitoramento, necessitando saber da situação das deliberações para a X Conferência. A
2241 Conselheira Aldenora sugeriu que a Comissão reunisse em março na data proposta, para poder
2242 dar esses encaminhamentos. A Conselheira Maria Lúcia observou que esse material contemplava,
2243 podendo ser encaminhado para os municípios, ponderando que estavam trabalhando eixos que
2244 não sabiam se a X Conferência teria, esperando encaminhamentos da Comissão Organizadora,
2245 ponderando que não haviam recebido os da IX Conferência. Que para avançar no instrumental de
2246 deliberação de Conferência, precisavam do novo desenho ou do novo desdobramento da X
2247 Conferência, mas se colocando à disposição do Pleno para reavaliar os prazos. O Presidente
2248 esclareceu que a Comissão Organizadora precisava saber das deliberações do evento anterior, mas
2249 que quando fossem pensar a Conferência Nacional não seria o momento de tratar da municipal e
2250 estadual, sendo que após ter o seu formato pensariam nas demais, esclarecendo sua colocação,
2251 com a Conselheira Cláudia concordando com essa posição. A Conselheira Maria Lúcia falou sobre
2252 os encontros municipais que já estavam sendo marcados, havendo pressa para essas orientações.
2253 A Conselheira Aldenora sugeriu que retirassem essa observação, com a Plenária indicando se
2254 encaminhariam os três pontos propostos. O Presidente, após algumas observações, indagou se o
2255 monitoramento da IX Conferência teria a ver com o Plano Decenal, com a Conselheira Maria Lúcia
2256 esclarecendo que não tratava somente da IX, a Comissão era de monitoramento das deliberações
2257 da última Conferência, falando sobre os procedimentos usados para os próximos eventos, com a
2258 Conselheira Aldenora complementando essas informações. O Presidente indicou as dificuldades
2259 para que a reunião fosse em abril, com o Conselheiro Anderson relatando que essa situação havia
2260 acontecido em Porto Alegre, com a Conselheira Cláudia esclarecendo o que havia ocorrido nessa
2261 oportunidade. A Conselheira Maria Lúcia informou que a Comissão colocava-se à disposição para
2262 16 de março, com todos estando em Brasília de 16 a 19 de março, com a Coordenadora Aldenora
2263 complementando que a SNAS precisaria de tempo para fazer a solicitação e prepararem o material
2264 para fazer a apresentação do balanço do plano decenal. Após essas colocações o Presidente
2265 concordou que seria mais viável realizar em abril a reunião, o que foi consensuado. O Presidente
2266 indagou se havia mais algum questionamento. Em não havendo, considerou o Relato da Comissão
2267 aprovado pelo Pleno. Item Relato da Comissão de Normas, pela Conselheira Cláudia: *“Memória de
2268 Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social na Reunião Ordinária 001/2015, de 24 de
2269 fevereiro de 2015, das 9h às 16h, na Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F Ala A Sala 139.*

2270 Conselheiros e conselheiras presentes: Cláudia Laureth Faquinote, coordenadora; Alceu Kuhn;
2271 Carolina Gabas Stuchi; Dulcinéia Reginato Francisco; Léa Lúcia Cecílio Braga; Luziele Maria de
2272 Souza Tapajós; Thiago Barbosa Ferreira Cabral. Convidados: Amanda Silva - DRSP/SNAS; Ana Paula
2273 Gonçalves - DRSP/SNAS/MDS; Douglas Carneiro - DRSP/SNAS; Ester Serra Carneiro - SCFF/SNAS;
2274 Guilherme Ferreira - DRSP/SUAS; Maria Carolina Alves - SCVC/SNAS; Maria Helena Osório; Marília
2275 Carvalho - DRSP/CG/CEB. Ouvintes: Luana Azevedo Martins – COMAS/SP; Marilene Silva de
2276 Oliveira - EXPRO/DF. Secretaria Executiva do CNAS, Rosângela da Silva Almeida, Douglas Amaro e
2277 Ezidênio Pereira. Ponto 1 - Apresentação pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada do
2278 SUAS (DRSP/MDS) do Relatório Anual com as Informações sobre os Processos de Certificação de
2279 Entidades de Assistência Social, conforme disposto no Artigo 3º da Resolução CNAS nº 18/2011 e
2280 apresentação das informações preliminares dos dados do INEAS. A coordenadora geral de
2281 Certificação da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, senhora Maria Helena Osório, apresentou
2282 à Comissão de Normas da Assistência Social o relatório anual sobre a situação dos Processos de
2283 Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social no âmbito do Ministério de
2284 Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), referente ao exercício de 2014. Destacou-se que
2285 nesse ano de 2014 a publicação do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, publicado no Diário
2286 Oficial da União, de 26 do 5 de 2014, e regulamentou a Lei nº 12.101/2009. Em especial,
2287 considerando as alterações realizadas pela Lei nº 12.868 de 2013. Foram apresentados tabelas e
2288 gráficos que evidenciam de forma estatística a situação dos processos de Certificação. A situação
2289 individualizada de cada processo bem como a relação das entidades que possuem certificação
2290 vigente ou válida...”... Me perdi, gente, espera aí. Me perdi. Desculpe. “Foram apresentados
2291 tabelas e gráficos que evidenciam de forma estatística a situação dos processos de Certificação. A
2292 situação individualizada de cada processo, bem como a relação das entidades que possuem
2293 certificação vigente ou válida em 31 do 12 de 2014, constam dos arquivos digitais que
2294 acompanham este relatório. Informou que atualmente há 16.839 entidades inseridas nos
2295 respectivos Conselhos de Assistência Social do município ou do DF. A partir da aplicação das regras
2296 das Resoluções CNAS nº 16/2010 e nº 14/2014, da Resolução CNAS nº 109/2009, na Resolução
2297 CNAS nº 27/2011, da Resolução CNAS nº 33/2011 e da Resolução CNAS nº 34/2011. Essas
2298 entidades integram a base de dados do Sistema de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência
2299 Social - SNEAS. Ressaltando que esse número pode variar para mais, para menos, dependendo das
2300 informações que estão sendo atualizadas pelos gestores municipais por meio do preenchimento do
2301 Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS, precedido de visita técnica
2302 obrigatória a cada uma dessas entidades. A previsão de finalização do preenchimento inicial do
2303 CNEAS é de 31 de julho de 2015. Ressaltou que o CNEAS consolidará as informações que
2304 caracterizam as entidades e as credenciam para ingressar no âmbito da Política de Assistência
2305 Social, em diferentes estágios que trata-se de instrumento de gestão e possibilidade conhecer a
2306 cobertura e os tipos dos serviços ofertados pelas entidades em regular funcionamento no Brasil,
2307 sendo base para certificação na forma da Lei 12.101/2009 e para o reconhecimento do Vínculo
2308 SUAS previsto no Artigo 6B da LOAS. Foram apresentadas as informações iniciais do SNEAS com a
2309 quantidade de entidades inscritas por unidade da Federação, quantidade de ofertas
2310 socioassistenciais por entidade e por município, quantidade de oferta da proteção social básica por
2311 entidade e por município. quantidade de ofertas da proteção social e especial de média
2312 complexidade por entidade e por município, quantidade de ofertas de proteção social especial de

2313 alta complexidade, por entidade e por município, quantidade de benefícios eventuais por entidade
2314 e por município, quantidade de atividades de assessoramento defesa e garantia de direitos por
2315 entidades e por município e a quantidade de ofertas de acordo com as Resoluções CNAS nº
2316 33/2011 e nº 34/2011 por entidades e por município. O departamento apresentou uma nova
2317 ferramenta software do MDS, o Clique e Viu, que possibilita articular dados e monitorar a relação
2318 de entidades na base do INEAS e as entidades com processo de Certificação, possibilitando ver as
2319 principais ofertas, o perfil de receita das entidades e as fontes de financiamento, o cruzamento das
2320 entidades com requerimento de certificação, concessão ou renovação, que estão também presente
2321 no INEAS. Totaliza-se 1.396 entidades no Brasil. Destacou ainda que o fundamento para a
2322 construção da Rede Socioassistencial não se limita ao que as entidades realizam individualmente,
2323 mas a forma como elas partilham a cobertura das necessidades coletivas, por meio da oferta de
2324 serviços socioassistenciais prestados em rede articulada de atenção sobre os princípios da
2325 responsabilidade pública, a universalidade, igualdade, equidade, qualidade e da participação
2326 cidadã. O referido relatório traz algumas considerações sobre o impacto do Decreto nº 8.242/2014
2327 no processo de certificação, que revogou o Decreto nº 7.237/2010 e passou a regulamentar a Lei
2328 12.101 de 2009. O DRSP realizou a notificação das entidades que tiveram a certificação estendida
2329 na forma do Artigo 38ª, da Lei nº 12.101/2009 e que possui requerimento de renovação
2330 protocolado por mais de 360 dias num termo final de validade da certificação. O prazo de validade
2331 de cinco anos, Artigo 38ª, foi conferido a 1.947 entidades. Até 31 do 12 de 2014 foram notificadas
2332 1.261 entidades para apresentação de novo Requerimento de Renovação e Certificação, nos
2333 termos do Artigo 59 do Decreto 8242 de 2014. Em razão das notificações realizadas com
2334 fundamento no Artigo 59 do Decreto foram arquivados 735 processos. Outra alteração cujo
2335 impacto será relevante para o processo de certificação está consubstanciada na nova regra de
2336 validade das certificações renovadas após a publicação do Decerto nº 8.242 de 2014 Diário Oficial
2337 da União de 26 do 5 de 2014. Informou ainda que no exercício de 2014 foram decididos 1.093
2338 processos, sendo 156 de concessão e 937 de renovação. Foram encaminhados para outros
2339 ministérios o total de 73 processos, sendo 38 para o MEC e 35 para o Ministério da Saúde.
2340 Constam da base de processos de certificação no âmbito do MDS o total 7.335 CNPJs, entidades
2341 com requerimento de certificação de concessão ou renovação. No dia 31 do 12 de 2014 do total de
2342 entidades com processo de certificação no MDS havia 4.524 entidades com certificação vigente ou
2343 válida, usufruindo dos efeitos da certificação em razão de protocolo tempestivo de requerimentos
2344 de renovação. Enfatizou que foram recebidos em 2014 cerca de 7.550 e-mails no e-mail
2345 institucional cebas@mds.gov.br, sendo o total de 6.442 e-mails respondidos. As demandas mais
2346 frequentes no e-mail são referentes à solicitação de comprovante de protocolo, consulta sobre
2347 andamento processual, informações sobre documentação necessária para apresentação de
2348 requerimento de certificação. A demanda relativa à comprovante de protocolo é uma das mais
2349 significativas no e-mail institucional da certificação. Em 2014 foram enviados 1.124 comprovantes
2350 concluindo o atendimento represado dessa demanda. Encaminhamentos: 1.1 - A Comissão de
2351 Normas Recomenda à Plenária encaminhar a todos os conselheiros do CNAS o Relatório Anual
2352 sobre o Processo de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social no Âmbito do
2353 MDS, exercício 2014, apresentado pelo DRSP. 1.2 - Repassar o relatório por estados para os
2354 respectivos Conselhos Estaduais de Assistência Sociais e CRAS DF conforme disposto no Parágrafo
2355 2º do Artigo 3º da Resolução CNAS nº 18/2011, solicitando que os mesmos realizem o

2356 *monitoramento da execução das atividades das entidades certificadas de acordo com os dispostos*
2357 *nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º da Resolução CNAS nº 29/2011. Ponto 2 - De*
2358 *pauta:Apresentação do Resultado do Estudo sobre a mobilização e participação dos usuários na*
2359 *Política de Assistência Social, tendo em vista que o CNAS vem retomando a discussão nos últimos*
2360 *anos sobre Representação e Representatividade dos Usuários e Trabalhadores do SUAS e o*
2361 *referido tema tem interface com a Comissão de Política e com a Comissão de Acompanhamentos*
2362 *aos Conselhos, a Comissão de Normas sugere pautar o tema na próxima reunião. A Comissão de*
2363 *Normas recomenda à Plenária e aos conselheiros de referêcia da Comissão de Normas para esse*
2364 *item que retomem o estudo do tema em tela. 2.2 - Apresentar na Presidência Ampliada a proposta*
2365 *de Reunião Conjunta com a Comissão de Política e com a Comissão de Acompanhamento aos*
2366 *Conselhos para discussão sobre o tema. Ponto 3 - De pauta: apresentação da proposta preliminar*
2367 *de trabalho do grupo de estudo sobre a equivalência de serviços socioassistenciais e bolsa de*
2368 *estudo. Conforme deliberado na Reunião Plenária do CNAS do mês de dezembro foi*
2369 *reencaminhado o ofício à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC e ao*
2370 *MDS solicitando a indicação de um representante para compor o Grupo de Estudos para*
2371 *elaboração de Critérios de Aferição de Gratuidade na Assistência Social para as entidades de*
2372 *educação levando em conta a equivalência de serviços socioassistenciais e bolsas de estudo, bem*
2373 *como a definição de usuários que contemplem o reconhecimento duplo de público. A coordenação*
2374 *de normas realizou diversos contatos com o MEC no sentido de ter a indicação do representante*
2375 *para o grupo de estudo. Porém, até a data da reunião da Comissão não houve resposta do MEC.*
2376 *Obteve o retorno quanto à indicação como representante, apenas a indicação da senhora Carolina*
2377 *Stuchi e do MDS/CNAS. Diante disso, a Comissão decidiu por voltar o tema como ponto de pauta*
2378 *após a indicação do MEC. Encaminhamentos: A Comissão de Normas recomenda à Plenária. 3.1 -*
2379 *Reencaminhar o Ofício ao MEC e aguardar a formalização do MDS, com a indicação do*
2380 *representante do grupo de estudo; 3.2 - Após a formalização das indicações agendar uma reunião*
2381 *com o grupo. Ponto 4 de Pauta: Inclusão na pauta do estudo da proposta de alteração da Portaria*
2382 *MDS nº 828 de 13 de dezembro de 2010 que disciplina os procedimentos para concessão de diárias*
2383 *e passagens no país e no exterior no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à*
2384 *Fome. A coordenadora realizou a leitura da síntese da demanda da sociedade civil dos CNAS*
2385 *encaminhada ao MD, que em seguida ocorreu a leitura e discussão acerca da minuta de processo...*
2386 *De proposta de alteração da Portaria MDS nº 828 de 13 de dezembro de 2010. Encaminhamento:*
2387 *A Comissão de Normas recomenda à Plenária. 4.1 - Apresentação da Minuta de Proposta de*
2388 *Alteração da Portaria MDS nº 828 de 13 de dezembro de 2010 para validação e posterior*
2389 *encaminhamento à CONJUR. Cláudia Laureth Faquinote, coordenadora da Comissão de Normas da*
2390 *Assistência Social". A Conselheira Cláudia agradeceu a à Comissão pelo trabalho realizado,*
2391 *destacando a riqueza dos debates e a qualidade do diálogo com o DRSP. Aparteando, a*
2392 *Conselheira Luziele informou que o MEC havia indicado a representante da Secretaria de*
2393 *Regulação, contemplando o item 3.2. A Conselheira Cláudia observou que todos os Conselheiros*
2394 *havia recebido um conjunto de documentos sobre a demanda da Sociedade Civil, e as propostas*
2395 *de alteração, sugerindo ler apenas os itens com alteração, com essa proposta sendo aceita:*
2396 *"Artigo 9º - A diária do colaborador eventual será concedida sobre a classificação de serviço, de*
2397 *acordo com os itens E e F, da tabela de valores de diárias anexo ao Decreto 5992 de 19 de*
2398 *dezembro de 2006, considerando-se o grau de escolaridade do proposto. Parágrafo 1º - Proposta*

